**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA
EP-FEA-IEE-IF**

LARISSA ARAUJO RODRIGUES

**ANÁLISE INSTITUCIONAL E REGULATÓRIA DA INTEGRAÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS
DO MERCOSUL**

**SÃO PAULO
2012**

LARISSA ARAUJO RODRIGUES

ANÁLISE INSTITUCIONAL E REGULATÓRIA DA INTEGRAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (Escola Politécnica / Faculdade de Economia e Administração / Instituto de Eletrotécnica e Energia / Instituto de Física) para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Ildo Luís Sauer

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Rodrigues, Larissa Araujo

Análise Institucional e Regulatória da Integração de Energia Elétrica Entre o Brasil e os Demais Membros do MERCOSUL / Larissa Araujo Rodrigues; orientador Ildo Luís Sauer – São Paulo, 2012.

150 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Energia – EP / FEA / IEE / IF da Universidade de São Paulo.

1.Energia Elétrica 2.Integração Econômica 3.MERCOSUL 4. Legislação-Brasil I.Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Professor Dr. Ildo Luís Sauer, pela valiosa orientação ao presente trabalho, pela atenção dispensada ao longo de toda sua elaboração e pelos muitos ensinamentos transmitidos que transcenderam o tema específico da pesquisa.

Ao meu pai e minha mãe que me possibilitaram chegar até aqui e sempre me apoiaram em minhas decisões e na execução deste trabalho.

Ao Marcelo Masagão Vitali, pelo grande apoio que sempre me dá e pela paciência ao escutar minhas reflexões sobre o curso, sobre a pesquisa e sobre tudo.

Aos amigos que fiz durante o curso, que o tornaram uma experiência única, com muitos momentos agradáveis e que contribuíram à realização deste trabalho por meio de inúmeras conversas e troca de informações.

Aos professores do programa, cujos ensinamentos abriram luz para muitas reflexões e aprendizagem durante o curso.

Aos funcionários do IEE, pelo auxílio que sempre prestaram nas mais diversas questões, em especial a Renata Boaventura da Conceição, a Adriana Fátima Pelege e a Aparecida Luzia Colozza Gama (Cida).

Ao apoio concedido pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para a realização desta pesquisa.

RESUMO

RODRIGUES, Larissa Araujo. Análise Institucional e Regulatória da Integração de Energia Elétrica Entre o Brasil e os Demais Membros do MERCOSUL. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A presente pesquisa analisa a estrutura institucional e regulatória dos intercâmbios internacionais de energia elétrica, realizados por meio de interligações não associadas às centrais binacionais de geração, entre o Brasil e os demais membros plenos do MERCOSUL, ou seja, Argentina, Paraguai e Uruguai. Inicialmente, apresenta o estado atual da integração dos sistemas elétricos entre esses países e, em seguida, apresenta a estrutura institucional envolvida na realização desses intercâmbios. Logo depois, considerando que em muitos estudos a questão regulatória é indicada como um ponto ainda a ser resolvido para que a integração energética seja consolidada entre esses países, a presente pesquisa se debruça em uma análise detalhada dessa questão, considerando o caso do marco regulatório brasileiro, incluindo desde os atos internacionais assinados entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL até as mais diversas normas jurídicas internas que versam sobre a questão. Concluiu-se que há a ausência de um planejamento para que os intercâmbios nessa região ocorram de maneira contínua. Isso está refletido no marco regulatório, cuja análise indicou que os regramentos são definidos de acordo com as necessidades conjunturais e sem indicações para a realização dos intercâmbios no médio ou longo prazo. Os instrumentos normativos estão operacionalizando intercâmbios emergenciais e interruptíveis de excedentes de energia elétrica e não um projeto de integração energética sólida, que possibilite aos países participantes explorar sua complementaridade de recursos.

Palavras-chave: Energia Elétrica. Integração Econômica. MERCOSUL. Legislação-Brasil.

ABSTRACT

RODRIGUES, Larissa Araujo. **Institutional and Regulatory Analysis of the Electricity Integration Between Brazil and the Other Mercosur Members**. 2012. 150 f. Master's Dissertation - Graduate Program on Energy, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This research analyzes the institutional and regulatory framework of electricity exchanges between Brazil and other Mercosur members, i.e. Argentina, Paraguay and Uruguay, by interconnections not associated with binational power plants. Initially, it presents the current state of electric systems integration followed by the institutional structure that oversees and operates the electricity exchanges among these countries. Considering that in many studies the regulatory framework is indicated to be an issue to be improved to consolidate the energy integration in the region, this study focuses on a detailed analysis of it. The Brazilian regulatory framework is analyzed as well as its complex and varied system of norms and legal instruments. This research also assesses international agreements signed between Brazil and other Mercosur members and its consequences in electricity exchanges. It was concluded that there is a lack of planning in order to enable electricity exchanges to occur in the region on a regular basis. This can be seen in the regulatory framework, whose analysis showed that the rules and procedures are defined according to the conjuncture needs and without indications about the exchanges occurring in the medium or long term. The normative instruments are operationalizing interruptible and emergency exchanges of electricity surpluses and not a solid energy integration project, which could enable participating countries to exploit their complementary resources.

Keywords: Electricity, Economic Integration, Mercosur, Legislation-Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais Interligações e Centrais Hidroelétricas Binacionais	12
Figura 2 – Interligações entre Brasil e Argentina.....	29
Figura 3 – Interligações entre Brasil e Paraguai	30
Figura 4 – Interligações entre Brasil e Uruguai.....	31
Figura 5 – Interligações entre Argentina e Paraguai	32
Figura 6 – Interligações entre Argentina e Uruguai	32
Figura 7 – Principais Instituições do Setor Elétrico Brasileiro	36
Figura 8 – Principais Instituições do Setor Elétrico Argentino	43
Figura 9 – Principais Instituições do Setor Elétrico Paraguaio	48
Figura 10 – Principais Instituições do Setor Elétrico Uruguaio	51
Figura 11 – Estrutura Institucional do MERCOSUL para a Área de Energia.....	54
Figura 12 – Principais Procedimentos para a Importação de Energia Elétrica	105
Figura 13 – Principais Procedimentos para a Exportação de Energia Elétrica	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Interligações Internacionais entre os Países Membros do MERCOSUL	13
Tabela 2 – Abordagens e Métodos Aplicados às Fontes de Pesquisa	22
Tabela 3 – Volume dos Intercâmbios de Energia Elétrica entre o Brasil e a Argentina e o Uruguai (GWh).....	33
Tabela 4 – Instrumentos Jurídicos da Legislação Brasileira	56
Tabela 5 – Principais Atos Internacionais na Prática Diplomática Brasileira	58
Tabela 6 – Principais Características do Setor Elétrico Brasileiro	62
Tabela 7 – Leis e Decretos com Referência aos Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica não Associados às Centrais Binacionais de Geração	63
Tabela 8 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Década de 1950 a 1980	69
Tabela 9 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Década de 1990	75
Tabela 10 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2000 a 2003	80
Tabela 11 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2004 a 2011	101

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ELEMENTOS DA PESQUISA	19
2.1. Objetivos.....	19
2.2. Métodos e Materiais	21
3. OS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCOSUL	23
3.1. Unidades Binacionais de Geração de Energia Elétrica	23
3.1.1. Yacyretá.....	23
3.1.2. Salto Grande	24
3.1.3. Itaipu Binacional.....	24
3.1.4. Garabi-Panambi	25
3.1.5. Corpus Christi.....	26
3.2. Interligações entre os Sistemas Elétricos.....	27
3.2.1. Brasil e Argentina.....	28
3.2.2. Brasil e Paraguai	29
3.2.3. Brasil e Uruguai.....	30
3.2.4. Argentina e Paraguai e Argentina e Uruguai.....	31
3.3. Os Volumes dos Intercâmbios de Eletricidade entre o Brasil e os Demais Países do MERCOSUL	32
4. MARCO INSTITUCIONAL PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCOSUL	36
4.1. Estrutura Institucional do Setor Elétrico Brasileiro.....	36
4.2. Estrutura Institucional do Setor Elétrico Argentino	42
4.3. Estrutura Institucional do Setor Elétrico Paraguaio	47

4.4.	Estrutura Institucional do Setor Elétrico Uruguaio	51
4.5.	Estrutura Institucional do MERCOSUL na Área de Energia	53
5.	O MARCO REGULATÓRIO PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA: O CASO BRASILEIRO	56
5.1.	O Marco Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro	59
5.2.	O Marco Regulatório Brasileiro para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica.....	64
5.2.1.	Os Instrumentos Promulgados entre as Décadas de 1950 e 1980	65
5.2.2.	Os Instrumentos Promulgados na Década de 1990	69
5.2.3.	Os Instrumentos Promulgados entre os Anos 2000 e 2003	75
5.2.4.	Os Instrumentos Promulgados entre os Anos de 2004 e 2011	80
5.3.	Procedimentos Aplicados aos Intercâmbios por Meio de Interligações Não Associadas às Unidades Binacionais de Geração.....	104
6.	CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES SOBRE O MARCO INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO DOS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL POR INTERLIGAÇÕES NÃO ASSOCIADAS ÀS CENTRAIS BINACIONAIS DE GERAÇÃO.....	115
6.1.	Considerações Gerais	115
6.2.	Planejamento	120
6.3.	Estrutura dos Mercados	122
6.4.	Operação dos Intercâmbios	125
6.5.	Considerações Finais e Recomendações	127
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICES	135

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dedica-se à análise do marco institucional e regulatório dos intercâmbios de energia elétrica realizados entre o Brasil e os demais membros plenos do MERCOSUL¹, ou seja, Argentina, Paraguai e Uruguai, por meio de interligações não associadas a centrais binacionais de geração elétrica.

Conforme será apresentado ao longo do trabalho, os intercâmbios por meio das interligações não associadas a centrais binacionais são regidos por uma normativa comum, ainda pouco explorada na literatura. Por outro lado, os intercâmbios do Brasil por meio de centrais binacionais ocorrem atualmente apenas por Itaipu Binacional, que possui um regramento específico dado pelo Tratado de Itaipu e por instrumentos legais subsequentes, já tratados por outros trabalhos².

Com essa opção, busca-se identificar se há problemas no regramento geral dos intercâmbios de energia elétrica para, a partir daí, identificar suas implicações para o processo de integração energética entre os países selecionados.

Esse processo de integração energética, no qual se inserem os intercâmbios aqui tratados, pode ser considerado como uma das esferas de um processo mais amplo de integração econômica regional.

Na América Latina, o pensamento acerca de projetos para a integração econômica foi difundido principalmente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com notoriedade para os trabalhos de alguns de seus colaboradores, como aqueles do argentino Raúl Prebisch³ e do brasileiro Celso Furtado⁴.

¹ O MERCOSUL foi formado em 1991 pelo Tratado de Assunção. Seus membros plenos são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Atualmente, a Venezuela está em processo de adesão ao bloco como membro pleno. São membros associados do bloco Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

² Para referência sobre o caso de Itaipu Binacional consultar OXILIA DÁVALOS, 2009.

³ Raúl Prebisch foi secretário executivo da CEPAL entre 1950 e 1963. Para referência consultar: RODRIGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

⁴ Para referência consultar: FURTADO, C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 e FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Ao longo dos anos, por meio da instituição, foram propostas distintas agendas para a integração econômica dos países latinoamericanos. Na década de 1950, período em que a agenda continha a lógica dos trabalhos de Prebisch e Furtado, priorizava-se a integração dos mercados como ferramenta para auxiliar os processos nacionais de desenvolvimento por meio da industrialização baseada em políticas de substituição de importações. Já na década de 1990, a agenda para a integração estava focada no livre comércio e imbuída do contexto da liberalização econômica (BAUMAN, 2005; BRAGA, 2002; SOUZA e RODRIGUES, 2009).

Hoje ainda discute-se qual o projeto que está sendo de fato colocado em prática, ou seja, se aquele que prioriza a integração produtiva ou se aquele calcado no livre comércio.

Essa discussão sobre a orientação dos projetos de integração regional também está presente quando se trata da esfera da integração energética, que é aquela relacionada aos projetos de aproveitamento conjunto dos recursos energéticos de uma região, seja por meio da construção de infraestruturas, por meio do comércio ou por meio de negociações que de algum modo envolvem o setor.

Fato é que os projetos de integração relacionados à energia entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL surgiram muito antes da formação do bloco. Desde a segunda metade do século XX, foram desenvolvidos projetos conjuntos na área energética, os mais antigos sendo a usina hidroelétrica Itaipu Binacional e a interligação⁵ de Acaray, ambos realizados entre Brasil e Paraguai. Mais tarde, outros projetos foram conduzidos, envolvendo também a Argentina e o Uruguai.

Atualmente, além dos projetos já em operação, há alguns em fase de estudos ou implantação, como, por exemplo, a central hidroelétrica binacional de Garabi, entre Brasil e Argentina e uma nova interligação entre Brasil e Uruguai.

Tanto os projetos existentes como os planejados no âmbito do MERCOSUL, entre centrais hidroelétricas binacionais e interligações, podem ser visualizados na Figura 1 a seguir.

⁵ Interligação: Conexão entre dois ou mais sistemas elétricos (ONS & CAMMESA, 2006a).

Figura 1 – Principais Interligações e Centrais Hidroelétricas Binacionais

Fonte: Elaboração própria, com base em CIER, 2010.

Na tabela abaixo estão listadas todas as interligações que conectam atualmente os países do MERCOSUL e que estão ilustradas na figura anterior.

Tabela 1 – Interligações Internacionais entre os Países Membros do MERCOSUL

Países	Localização	Tensão
Brasil – Argentina	Garabi (BR) – Rincón Santa Maria (AR)	500 Kv
Brasil – Argentina	Uruguiana (BR) – Paso de los Libres (AR)	132/230 kV
Brasil – Paraguai	Ponta Porã (BR) – Pedro Caballero (PY)	22 kV
Brasil – Paraguai	Central Itaipú	500/220 kV
Brasil – Paraguai	Foz do Iguaçu (BR) – Acaray (PY)	138 kV
Brasil – Uruguai	Livramento (BR) – Rivera (UY)	230 kV
Brasil – Uruguai	Presidente Médici (BR) – Melo (UY)	500 kV
Argentina – Paraguai	Posadas (AR) – Encarnación (PY)	33 kV
Argentina – Paraguai	El Dorado (AR) – Mcal. A. López (PY)	132 kV
Argentina – Paraguai	Clorinda (AR) – Guarambaré (PY)	132/220 kV
Argentina – Paraguai	Central Yacyretá	500/220 kV
Argentina – Uruguai	Concórdia (AR) – Salto (UY)	30 kV
Argentina – Uruguai	Central Salto Grande	500 kV
Argentina – Uruguai	Concepción (AR) – Paysandú (UY)	132/150 kV
Argentina – Uruguai	Colonia Elia (AR) – San Javier (UY)	500 kV

Fonte: Elaboração própria, com base em CIER, 2010.

As usinas hidroelétricas binacionais hoje em operação foram construídas entre esses países antes da formação do MERCOSUL, entre as décadas de 1970 e 1980 (BEHRENS, 1990; DÁVILA-VILLERS, 1992).

Itaipu Binacional foi construída entre Brasil e Paraguai após a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, que acordou o aproveitamento conjunto do potencial hidroelétrico do Rio Paraná (ITAIPU BINACIONAL, 2011). Alguns estudos já se dedicaram a analisar esse projeto sob diversos enfoques, como, por exemplo, o de Nickson (1982) e o de Oxilia Dávalos (2009), que apresentam detalhes sobre as negociações entre Brasil e Paraguai e as motivações que viabilizaram a obra.

No mesmo período, Paraguai e Argentina também construíram uma central binacional, a usina hidroelétrica Yacyretá, que foi fruto do Tratado de Yacyretá, assinado pelos dois países em 1973 (EBY, 2011). Uma terceira central hidroelétrica binacional, a usina de Salto Grande, foi construída por Argentina e Uruguai a partir de 1974 e oficialmente inaugurada em 1983 (CTMSG, 2011).

Além dessas centrais, já construídas e em operação, há o projeto para a construção de uma nova central entre Brasil e Argentina, a usina de Garabi, que está em fase de estudos.

Esse projeto foi idealizado ainda na década de 1980 e quase três décadas mais tarde, em 2008, a Eletrobras e a empresa EBISA (*Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A.*) assinaram um convênio de cooperação para executar conjuntamente um estudo de inventário do rio Uruguai no trecho compartilhado entre os dois países para analisar as possibilidades de aproveitamento hidroelétrico. O estudo indicou dois aproveitamentos, que foram o de Garabi e o de Panambi, somando uma capacidade instalada estimada em 2.200 MW. Em 10 de janeiro de 2011, a EBISA publicou uma licitação internacional para contratar os estudos de engenharia, os estudos socioambientais e o plano de comunicação social do projeto Garabi-Panambi (ELETROBRAS, 2011b).

Conforme mencionado anteriormente, além das centrais hidroelétricas binacionais, a integração energética por meio dos intercâmbios de energia elétrica também ocorre por interligações não associadas às centrais e que conectam seus mercados de eletricidade. As principais conexões, ao contrário das centrais já construídas entre as décadas de 1970 e 1980, fazem parte de um projeto de integração mais recente, já inserido no âmbito do MERCOSUL.

À exceção da interligação de Acaray e da interligação Ponta-Porã – Pedro Caballero, ambas entre Brasil e Paraguai, as demais interligações do Brasil com outros países foram construídas a partir da década de 1990.

A primeira conexão entre Brasil e Argentina ocorreu em 1994, quando foi inaugurada a estação⁶ conversora de frequência de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, que está conectada a cidade de Paso de los Libres, na Argentina. Mais tarde, nos anos 2000 e 2002, entraram em operação as interligações Garabi 1 e Garabi 2, respectivamente (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 4; ELETROBRAS, 2011c; ONS, 2010).

A conexão entre Brasil e Uruguai ocorreu em 2001, quando entrou em operação a estação conversora de frequência de Rivera, em território uruguaio, que é conectada à subestação Livramento 2, no Rio Grande do Sul (ELETROBRAS, 2011c; ONS, 2010). Atualmente, já foi licitada a construção de outras linhas de transmissão para interligar a estação conversora de

⁶ Estação ou subestação: Conjunto de equipamentos elétricos e das edificações necessárias localizados em um mesmo lugar, para a conversão, transformação e compensação da energia elétrica e/ou para a interligação de duas ou mais redes ou sistemas (ONS & CAMMESA, 2006a).

freqüência de Melo, no Uruguai, ao sistema elétrico brasileiro, formando uma nova conexão entre os dois países (UTE, 2009; UTE, 2011).

Conforme apresentado, os intercâmbios ocorrem há algumas décadas, inicialmente por conta da eletricidade gerada nas centrais binacionais e, posteriormente, através de contratos de intercâmbios por meio das novas interligações instaladas na região.

Assim, o processo de integração energética se desenvolveu entre esses países e passou também a ser discutido e a compor a pauta de compromissos assumidos no âmbito das organizações regionais, ganhando institucionalidade.

Nesse sentido, e extrapolando o enfoque da pesquisa no Brasil e demais países do MERCOSUL, cabe mencionar que na ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) há alguns entendimentos na área energética, como, por exemplo, um acordo sobre Gás Natural entre a Argentina e o Uruguai e um Acordo de Cooperação e Integração Energética entre o Paraguai e o Uruguai (ANTUNES, 2007). Há também um Acordo de Complementação Energética Regional com a participação dos países membros do MERCOSUL, além da Colômbia, do Chile e da Venezuela.

Já no âmbito do próprio MERCOSUL existe o Subgrupo de Trabalho N° 9 (SGT N° 9) destinado apenas às negociações sobre energia⁷ e um Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis (GAHB)⁸. Além disso, o bloco possui alguns documentos assinados na área energética. Atualmente, são sete decisões, nove resoluções, um acordo de complementação energética e um memorando de entendimento sobre biocombustíveis. Uma dessas decisões, a MERCOSUL/CMC/DEC N° 10/98, versa sobre o entendimento relativo aos intercâmbios e integração elétrica no bloco (MERCOSUR, 2011).

Não obstante, em termos de cooperação energética, a região sulamericana conta com organizações específicas, como, por exemplo, a OLADE (Organização Latino-Americana de Energia), o CIER (Comissão de Integração Energética Regional) e a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). Cabe também mencionar a UNASUL, bloco regional criado em 2008 e que possui como um de seus pilares a integração física e energética da região, com um Conselho para conduzir um programa regional de cooperação em energia (ANTUNES, 2007).

⁷ Criado pela decisão MERCOSUL/CMC/DEC N° 07/05.

⁸ Criado pela decisão MERCOSUL/CMC/DEC N° 49/07.

Fato é que o processo de integração energética, por meio dos intercâmbios de eletricidade entre os países que hoje formam o MERCOSUL, é possível, pois esses países possuem uma complementaridade entre os seus sistemas de geração e consumo de energia elétrica, devido aos seus distintos regimes hidrológicos e distintas condições bioclimáticas, o que lhes confere a possibilidade de otimizar a utilização de seus recursos (sazonalidade) (ARANGO, DYNER e LARSEN, 2006, p. 204; IEE, 2005a; OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Como apontam diversos estudos, ao explorar essa complementaridade é possível, além de promover um uso mais racional dos recursos naturais da região, (i) ou atender uma mesma demanda com custos inferiores aos encontrados nos sistemas nacionais, através da energia não utilizada no país vizinho; (ii) ou aumentar a geração de energia a partir das próprias usinas já existentes, fazendo uso mais efetivo da capacidade instalada na região, expandindo a oferta também com custos inferiores, poupando combustíveis, investimentos e possibilitando um preço mais competitivo à energia elétrica (BEHRENS, 1990, p. 175-178; CAF, 2009; CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 9; IEE, 2005b; OLIVEIRA, 2007, p. 134)

Sobre o primeiro aspecto, que diz respeito ao atendimento de uma mesma demanda com custos inferiores, cabe mencionar um estudo desenvolvido pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP) que verificou por meio de simulações os custos de operação dos sistemas de eletricidade do Brasil e da Argentina com a integração e sem a integração, chegando à conclusão de que os mesmos quando integrados apresentam custos de operação cerca de 5% inferiores aos custos de quando operados de maneira isolada (IEE, 2005b), indicando que a opção da integração quando considerada de maneira mais ampla, com o envolvimento de outras interconexões, pode representar ganhos econômicos ainda mais significativos.

Ainda sobre os benefícios do processo de integração energética, deve-se mencionar a possibilidade de aumentar a confiabilidade do suprimento de energia para os países envolvidos, como já foi calculado por alguns trabalhos. Um desses trabalhos, também desenvolvido pelo IEE, analisou por meio de simulações o impacto das interconexões de energia elétrica entre Brasil e Argentina na otimização do uso dos recursos energéticos desses países e verificou que se a operação das mesmas tivesse sido antecipada teria sido possível evitar ou minimizar a crise de abastecimento elétrico que o Brasil vivenciou entre 2001 e 2002 (IEE, s.d.).

Não obstante, cabe mencionar que, por meio das interconexões, os agentes do setor elétrico podem conquistar ganhos de escala e a expansão de seus mercados, já que só conseguem

vender seu produto (energia elétrica) para fora da área onde estão estabelecidos com a existência de uma infraestrutura para o transporte, o que só é viável nesse caso na própria região (BEHRENS, 1990, p. 176; QUINTO, 2007, p. 65).

Entretanto, se esse é um processo viável e que traz benefícios aos países envolvidos, fica o questionamento do motivo pelo o qual ele não ocorre em maior escala, uma vez que a demanda por energia é crescente nos países analisados, o que naturalmente levaria a processos onde os recursos energéticos pudessem ser mais bem aproveitados.

Apesar dos diversos projetos já conduzidos e planejados no âmbito da integração energética, há de se notar que no processo de integração também ocorrem problemas. No caso da integração energética entre os países do MERCOSUL situações de conflitos existem, por exemplo, entre Brasil e Paraguai em relação à usina hidroelétrica de Itaipu e também já ocorreram entre Brasil e Argentina em relação ao fornecimento de energia elétrica através das interligações instaladas em suas fronteiras.

No caso do Brasil, há, por parte de alguns setores, argumentos contrários ao comprometimento do país em projetos dessa natureza. Os argumentos normalmente estão fundados na idéia de que se estaria atrelando o desenvolvimento nacional, que depende da energia, a outro país. Por um lado, teme-se a possibilidade de um desabastecimento nacional por conta do não recebimento da energia comprada de outro país e, por outro lado, temem-se situações em que o país se veja obrigado a aceitar acordos com termos não favoráveis. Esses argumentos, em parte, se baseiam nas situações de conflitos vivenciadas até o momento, que estão atreladas a questão da insegurança jurídica.

Diante desse contexto, cabe ressaltar que obstáculos e situações de conflitos nem sempre indicam que o processo de integração seja inviável ou que esteja enfraquecido, já que os conflitos ocorrem em qualquer relação entre duas ou mais partes, mas torna ainda mais relevante a existência de regras bem definidas para mediar e resolver os problemas quando eles acontecerem, conferindo maior estabilidade ao relacionamento.

Além disso, a existência de regras é importante para definir outros aspectos da cooperação e não somente no que diz respeito aos potenciais conflitos. É necessário que a distribuição dos ganhos esperados com a execução dos diversos projetos também seja definida e esteja ancorada no entendimento das partes envolvidas. Isso, além de evitar potenciais conflitos, pode fomentar a participação das partes nos projetos, sejam elas entes públicos ou privados,

ao passo que terão conhecimento dos ganhos que poderão obter na medida do seu envolvimento.

Não obstante, regramentos definidos, que permitam vislumbrar como se dará a operação do processo de integração, tornam possível a existência de um planejamento setorial de longo prazo, programando a utilização ótima dos recursos energéticos regionais, inclusive considerando o potencial para um aumento no fluxo de energia e as necessidades de infraestruturas adicionais.

Alguns estudos já apontam a questão institucional e regulatória como um dos principais entraves para o avanço do processo de integração dos sistemas de eletricidade no MERCOSUL (ARANGO, DYNER e LARSEN, 2006, p. 206; BEHRENS, 1990, p. 176-178; CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010; OLIVEIRA, 2007, p. 134-136; QUINTO, 2007, p. 65-68; RUIZ-CARO, 2010, p. 58-61).

Nesse sentido, um estudo sobre o arcabouço institucional e regulatório do Brasil para os intercâmbios de energia elétrica com os demais membros do MERCOSUL, por meio de interligações não associadas a centrais binacionais de geração, parte como complemento a uma base de estudos prévios dedicados as mais diversas questões relacionadas ao tema da integração energética na região, no sentido de contribuir para o avanço desse processo para que o mesmo possa beneficiar os países envolvidos, explorando suas potencialidades de maneira ótima.

2. ELEMENTOS DA PESQUISA

2.1. OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o intercâmbio internacional de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros plenos do MERCOSUL, ou seja, Argentina, Paraguai e Uruguai, por meio das interligações não associadas a centrais binacionais de geração elétrica.

O objetivo principal é analisar a estrutura institucional e, no caso brasileiro, a estrutura regulatória que circunda os intercâmbios internacionais de energia elétrica com os demais países mencionados, a fim de verificar se elas representam um entrave ao avanço e ao aprofundamento do processo de integração energética na região.

Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para preencher a lacuna apresentada por outros autores no que diz respeito ao aspecto regulatório da integração energética como sendo um dos principais entraves para sua consolidação.

Primeiramente, será elaborado um panorama da integração elétrica entre esses países, o que possibilitará avaliar qual é o estado atual desse processo na região e as perspectivas futuras para novos projetos. Para tal, serão apresentados os projetos existentes e planejados, incluindo centrais binacionais de geração e interligações não associadas. Também será identificada a evolução dos volumes dos intercâmbios de eletricidade entre o Brasil e esses países.

Em seguida, será apresentada a atual estrutura institucional que circunda os intercâmbios, tanto no Brasil como em cada um dos países analisados e também no âmbito do MERCOSUL, o que possibilitará identificar, de maneira comparativa, quem são os principais atores envolvidos nesse processo, como o mesmo se desdobra pelas diversas instâncias nacionais e as semelhanças e diferenças entre as estruturas.

Por fim, será elaborada uma análise sobre o arcabouço regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica por meio de interligações não associadas às

centrais binacionais de geração, compreendendo os atos internacionais assinados pelo Brasil em matéria de integração elétrica com os demais membros do MERCOSUL e também os instrumentos da legislação brasileira para o setor elétrico e suas definições para os intercâmbios internacionais.

Com a análise combinada da estrutura institucional e estrutura regulatória vigentes no Brasil, será possível avaliar se as mesmas representam ou não um obstáculo ao aprofundamento da integração hoje e no longo prazo.

Cabe mencionar que a escolha pela análise do arcabouço regulatório do caso brasileiro e não a dos demais países se deve ao fato de que o Brasil realiza intercâmbios internacionais com todos os membros plenos do MERCOSUL e possui com eles os projetos mais significativos em termos de magnitude no campo da integração elétrica regional. Portanto, ao analisar o caso brasileiro, acaba-se analisando em grande parte os demais. Não obstante, a análise da estruturação de seu arcabouço regulatório requer uma pesquisa extensa, já que as definições sobre os intercâmbios internacionais de energia elétrica estão pulverizadas por um grande número de instrumentos legais.

É também importante mencionar que a presente pesquisa concentra-se na análise do marco regulatório para os intercâmbios realizados por meio de interligações não associadas às centrais binacionais de geração. Portanto, os instrumentos legais relativos à Itaipu Binacional e ao projeto Garabi-Panambi não serão analisados, apesar de serem apresentados na seção referente aos atos internacionais assinados pelo Brasil e de os projetos serem brevemente referenciados ao longo do trabalho.

Isso se deve ao fato de que a pesquisa opta pela análise da normativa geral para os intercâmbios e não pela normativa específica, que rege uma única situação. Busca-se assim identificar se há problemas no regramento geral para, a partir daí, identificar suas implicações para o projeto de integração energética entre os países selecionados.

As etapas a serem cumpridas ao longo do trabalho são listadas a seguir:

- Identificação dos projetos de integração elétrica existentes entre os membros plenos do MERCOSUL, incluindo centrais binacionais de geração e interligações não associadas a essas centrais;
- Análise da evolução dos intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e os países selecionados;

- Identificação das instituições envolvidas no planejamento energético e coordenação da geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil e em cada um dos países selecionados;
- Análise comparativa das estruturas institucionais vigentes no Brasil e nos demais países selecionados para os intercâmbios internacionais de energia elétrica por interligações não associadas às centrais binacionais de geração;
- Identificação da estrutura institucional do MERCOSUL para a área de energia;
- Identificação dos atos internacionais assinados pelo Brasil com os demais membros plenos do MERCOSUL em matéria de integração elétrica e análise dos documentos referentes aos intercâmbios por meio de interligações não associadas às centrais binacionais de geração;
- Análise da legislação brasileira para o setor de energia elétrica e identificação das definições pertinentes aos intercâmbios internacionais por meio de interligações não associadas às centrais binacionais de geração;
- Análise das regras e procedimentos pertinentes aos intercâmbios internacionais de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros plenos do MERCOSUL;
- Avaliação geral da atual estrutura institucional e regulatória brasileira para os intercâmbios internacionais de energia elétrica.

2.2. MÉTODOS E MATERIAIS

De acordo com o problema apresentado e os objetivos propostos na seção anterior, o presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, já que tem a finalidade de tornar explícito o problema levantado, ainda pouco explorado na literatura, avaliar seu estado atual e propor novas hipóteses sobre o mesmo (SILVA e MENEZES, 2001). Dotado de uma abordagem basicamente qualitativa e do método descritivo, o trabalho conduzirá:

(1) Pesquisas bibliográficas, a partir do levantamento e análise bibliográfica de livros, artigos científicos e materiais eletrônicos para a elaboração de um panorama da integração elétrica

entre os países selecionados e para a análise da estrutura institucional que circunda os intercâmbios de energia elétrica em cada um desses países (SILVA e MENEZES, 2001).

(2) Um estudo de caso do marco regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica por meio de interligações não associadas às centrais de geração, que será analisado detalhadamente a partir de uma pesquisa documental, a partir de fontes primárias como os atos internacionais assinados pelo Brasil, a legislação nacional e outros instrumentos legais ou oficiais vinculados ao tema estudado (SEVERINO, 2007, p. 122-125; SILVA e MENEZES, 2001).

Apesar da abordagem basicamente qualitativa, o trabalho contará em sua parte inicial com a análise de dados quantitativos, referentes aos volumes dos intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL, o que fornece uma visão da ordem de grandeza atual dos intercâmbios aos quais se referem o presente trabalho.

Um resumo preliminar das abordagens e métodos aplicados a cada etapa da pesquisa encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 2 – Abordagens e Métodos Aplicados às Fontes de Pesquisa

Etapa	Abordagem		Método de Pesquisa	
	Qualitativa	Quantitativa	Bibliográfico	Documental
Revisão Bibliográfica	✓		✓	
Infraestrutura existente para os intercâmbios de eletricidade	✓		✓	
Volumes dos intercâmbios de eletricidade		✓	✓	
Instituições no planejamento energético e coordenação da geração, transmissão, distribuição e comercialização de eletricidade	✓		✓	✓
Acordos e entendimentos realizados entre os países e no âmbito do MERCOSUL	✓			✓
Regulação brasileira vigente para os intercâmbios de eletricidade	✓			✓

3. OS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCOSUL

3.1. UNIDADES BINACIONAIS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1.1. YACYRETÁ

A usina hidroelétrica binacional Yacyretá, localizada no rio Paraná, foi construída por Argentina e Paraguai a partir de 1983 e iniciou sua operação em 1994. Ela possui uma potência instalada de cerca de 3.200 MW e sua energia chega à Argentina por meio de três linhas de transmissão que vão até a subestação de Rincón-Santa Maria e ao Paraguai por meio de uma linha de transmissão até a subestação Ayolas (EBISA, 2011; EBY, 2011).

As negociações entre Argentina e Paraguai para explorar conjuntamente o potencial hidroelétrico do Rio Paraná no trecho de suas fronteiras remontam do início do século XX. Em 1926, ambos os países assinaram um protocolo expressando a intenção de explorar a região dos Saltos de Apipé. Mais tarde, em 1958, assinaram um convênio que deu início a uma Comissão Técnica Mista que conduziria um estudo sobre o aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná na região das ilhas de Yacyretá e Apipé. Em 1973, foi firmado então o Tratado de Yacyretá, pelo qual Argentina e Paraguai se comprometeram a explorar o potencial hidroelétrico daquela região e a melhorar suas condições de navegabilidade (EBISA, 2011; EBY, 2011).

Pelo Tratado de Yacyretá foi estabelecida Entidade Binacional Yacyretá, que se tornou responsável pela gestão da usina. A Entidade Binacional Yacyretá é constituída pela ANDE (*Administración Nacional de Electricidad*), do lado paraguaio, e pela EBISA, do lado argentino, que possuem a mesma participação no capital da instituição. A energia gerada pela usina é vendida através da entidade a própria ANDE e à EBISA, esta última sendo compradora da maior parte (EBISA, 2011; EBY, 2011).

3.1.2. SALTO GRANDE

A usina hidroelétrica binacional de Salto Grande, localizada no rio Uruguai, entre as cidades de Concórdia, na Argentina, e Salto, no Uruguai, foi construída por esses dois países a partir de 1974. Sua operação iniciou em 1979 e ela foi finalizada e oficialmente inaugurada em 1983, com uma potência instalada de 1.890 MW (CTMSG, 2011; EBISA, 2011).

As negociações entre Argentina e Uruguai para explorar conjuntamente a região compartilhada do Rio Uruguai datam da primeira metade do século XX. Em 1938, os dois países assinaram um acordo definindo o aproveitamento comum do potencial do Rio Uruguai e em 1946 assinaram um convênio reafirmando suas intenções e criando a Comissão Técnica Mista de Salto Grande, que trabalharia pelo desenvolvimento econômico e social de ambos os países (CTMSG, 2011; EBISA, 2011).

No entanto, o convênio de 1946 somente foi ratificado pelo parlamento Uruguai em 1958. Além disso, o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento atrasou o início das obras da usina, que foi postergada até 1974. Desde o início de sua operação, em 1979, a gestão da usina é de responsabilidade da Comissão Técnica Mista de Salto Grande (CTMSG, 2011).

A energia elétrica gerada pela usina pertence em igual parte aos dois países. A usina abastece cerca de 9% da energia consumida na Argentina e cerca de 50% da energia consumida no Uruguai (CTMSG, 2011; EBISA, 2011).

3.1.3. ITAIPU BINACIONAL

A usina hidroelétrica Itaipu Binacional, localizada no Rio Paraná, foi construída por Brasil e Paraguai a partir de 1974. A usina foi inaugurada em 1982 e em 1984 entrou em operação sua primeira unidade de geração. Nos anos seguintes, foram sendo instaladas as outras dezenove unidades até que em 2007 a usina já possuía as 20 unidades operativas totalizando uma

potência instalada 14.000 MW. Atualmente, a usina fornece aproximadamente 16,4% da energia consumida no Brasil e 71,3% da energia consumida no Paraguai (ITAIPU BINACIONAL, 2011).

As negociações entre Brasil e Paraguai para explorar o potencial de geração hidroelétrica na região do Rio Paraná datam da década de 1950. No ano de 1956, os dois países assinaram um convênio de cooperação para estudar o potencial hidroelétrico dos rios Acaray e Monday, afluentes do Rio Paraná em território paraguaio e nas imediações da cidade brasileira de Foz do Iguaçu. Mais tarde, em 1966, os dois países assinaram a Ata do Iguaçu, que formalizou sua disposição para estudar o potencial e explorar conjuntamente os recursos hidrelétricos do Rio Paraná.

Em 1973, os dois países assinaram o Tratado de Itaipu, que acordou o aproveitamento conjunto do potencial hidroelétrico do Rio Paraná e plantou as bases para o andamento do projeto. A partir daí, em 1974, foi criada a entidade Itaipu Binacional, uma empresa internacional, que gerenciaria a construção da obra que iniciaria no mesmo ano (ITAIPU BINACIONAL, 2011).

Alguns estudos já se dedicaram a analisar esse projeto sob diversos enfoques, como, por exemplo, o de Nickson (1982) e o de Oxilia Dávalos (2009), que apresentam detalhes sobre as negociações entre Brasil e Paraguai e as motivações que viabilizaram a obra.

3.1.4. GARABI-PANAMBI

A usina hidroelétrica binacional de Garabi, no trecho médio do Rio Uruguai, está atualmente em fase de estudos. Ela foi idealizada por Brasil e Argentina ainda na década de 1970, época em que foram assinados os primeiros documentos formalizando a intenção de explorar o potencial energético do Rio Uruguai, como, por exemplo, o Convênio assinado em 1972 entre a Agua y Energía (atualmente EBISA) pelo lado argentino e a Eletrobras pelo lado brasileiro para conduzir um estudo do trecho limítrofe do Rio Uruguai (EBISA, 2011).

Em 1980, os dois países assinaram o “Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-

Guaçu” (ELETROBRAS, 2011b). Pelo Tratado ficou estabelecido que os estudos e as obras do aproveitamento hidroelétrico seriam realizados pela Eletrobras e pela Agua y Energía (atualmente EBISA), que para tal criaram uma Comissão de Coordenação para o projeto. Nesse período, os dois governos também formaram uma Comissão Técnica Mista para acelerar os entendimentos e processos necessários. O estudo sobre o aproveitamento foi finalizado em 1988 com um projeto básico, prevendo uma potência instalada de 1.800 MW (EBISA, 2011).

Em 2006, após um grande período em que esteve parado, o projeto foi retomado pelos dois países. Em 2008, foi solicitado à Eletrobras e à EBISA que executassem novos estudos sobre o aproveitamento. Nesse mesmo ano, as duas empresas assinaram um Convênio de Cooperação para executar conjuntamente um estudo de inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre os dois países para analisar as possibilidades de aproveitamento hidroelétrico. O estudo indicou dois aproveitamentos, que foram o de Garabi e o de Panambi, somando uma capacidade instalada estimada em 2.200 MW. Em 10 de janeiro de 2011 a EBISA publicou uma licitação internacional para contratar os estudos de engenharia, os estudos socioambientais e o plano de comunicação social do projeto Garabi-Panambi (ELETROBRAS, 2011b).

3.1.5. CORPUS CHRISTI

A usina hidroelétrica de Corpus Christi é um projeto concebido por Argentina e Paraguai, ainda na década de 1970, que estaria localizada no Rio Paraná entre as usinas de Yacyretá e Itaipu. De acordo com projetos de viabilidade da usina e considerando sua localização, há a previsão de que a mesma possua uma potência instalada da ordem de 3.000 MW, podendo gerar cerca de 20.000 GWh por ano (COMIP, 2011).

O primeiro entendimento formal sobre a usina data de 1971, quando Argentina e Paraguai assinaram um convênio criando a Comissão Mista do Rio Paraná (COMIP), que foi aprovada internamente pelos dois países no mesmo ano, já entrando em vigor (COMIP, 2011).

A Comissão foi criada para estudar e avaliar as possibilidades técnicas e econômicas do aproveitamento dos recursos do Rio Paraná, no trecho fronteiro entre Argentina e Paraguai, recursos estes referentes não somente à geração de eletricidade, mas também com relação à navegabilidade, pesca, usos industrial e agrícola, entre outros (COMIP, 2011).

Com o passar dos anos as atribuições da Comissão foram aumentando. Em 1979, quando da assinatura do Acordo Tripartite, entre Argentina, Paraguai e Brasil, para disciplinar o uso dos recursos do Rio Paraná compartilhados entre os três Estados, foi outorgada à COMIP a responsabilidade pelo intercâmbio de dados hidrológicos com Itaipu Binacional e também de fiscalizar a velocidade das águas e variações de nível no Rio Paraná estipuladas no acordo. Mais tarde, em 1989, com a assinatura de um Acordo por troca de Notas entre os dois países, a Comissão passou a controlar também a qualidade da água. Em 1992, após novo Acordo por Troca de Notas, Argentina e Paraguai decidiram colocar a COMIP como instituição responsável por todos os aspectos do trecho do Rio Paraná dividido pelos dois países (COMIP, 2011).

Nos anos seguintes, Argentina e Paraguai também assinaram outros documentos relacionados ao projeto da usina hidroelétrica de Corpus Christi. Em 15 de maio do ano 2000, foi assinado um Memorando de Entendimento específico ao projeto. No ano seguinte, em 5 de setembro de 2001, foi assinado o documento Diretrizes Gerais para a Concessão do Projeto Corpus Christi. Em 2006, no dia 18 de julho, assinaram um novo Memorando de Entendimento sobre o projeto (COMIP, 2011).

3.2. INTERLIGAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS ELÉTRICOS

Além das usinas hidroelétricas binacionais que já foram construídas e das que estão em planejamento, os países membros do MERCOSUL possuem interligações que conectam seus sistemas de eletricidade, interligações estas que podem ou não estar associadas às centrais binacionais de geração. Informações mais detalhadas sobre essas interligações são apresentadas a seguir.

3.2.1. BRASIL E ARGENTINA

Atualmente, os sistemas elétricos do Brasil e da Argentina estão interligados pelas instalações de Uruguaiana e de Garabi I e II, construídas entre as décadas de 1990 e 2000 e que podem ser visualizadas na Figura 2.

A interligação de Uruguaiana, inaugurada em 1994, foi construída por meio de um acordo entre a Eletrosul e a antiga empresa argentina *Agua y Energía Eléctrica Sociedad del Estado*, hoje EBISA. Ela é composta por uma estação conversora de frequência com capacidade de 50 MW, na cidade de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, e uma linha de transmissão de 132 kV que a conecta à Paso de los Libres, na Argentina. As instalações em território brasileiro são de propriedade da Eletrosul e em território argentino são de propriedade da TRANSNEA (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010; EBISA, 2011; ELETROBRAS, 2011c; ONS & CAMMESA, 2006b; ONS, 2010)

No ano 2000, entrou em operação a estação conversora de frequência Garabi I, também no Rio Grande do Sul e com capacidade nominal de 1.100 MW. Em seguida, no ano de 2002, entrou em operação a estação conversora de frequência Garabi II, também com capacidade nominal de 1.100 MW. A interligação de Garabi (I e II) é conectada ao sistema argentino pela linha de transmissão “Garabi – Rincón S.M.” e à rede básica brasileira por um sistema de transmissão de 500 kV até as subestações de Santo Ângelo (RS) e Itá (SC) (ONS, 2010).

No Brasil, as instalações são de propriedade da CIEN (Companhia de Interconexão Energética) e na Argentina da CTMSA (Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.) e da TESA (Transportadora de Energía S.A.). Elas foram construídas com o intuito de importar energia elétrica da Argentina e também para ser utilizada em situações de emergência. Atualmente, tem sido mais utilizada para a exportação à Argentina e também já foi utilizada para enviar eletricidade ao Uruguai, via Argentina (ONS & CAMMESA, 2006b; ONS, 2010).

Figura 2 – Interligações entre Brasil e Argentina

Fonte: Elaboração própria, com base em CIER, 2010.

3.2.2. BRASIL E PARAGUAI

A primeira conexão do sistema elétrico brasileiro com o de outro país ocorreu por meio da interligação de Acaray, com o Paraguai. Essa interligação foi construída a partir de acordos estabelecidos entre os governos dos dois países e também entre a COPEL (Companhia Paranaense de Energia) e a ANDE, que é a proprietária da estação conversora de frequência.

A conexão entrou em operação em 1973 com o intuito de suprir com eletricidade paraguaia a região da cidade brasileira de Foz do Iguaçu. Sua operação foi interrompida em 1981 e depois retomada em 1999. Entretanto, desde o dia 3 de setembro de 2007, a operação da interligação de Acaray foi novamente interrompida por conta do baixo nível dos reservatórios paraguaios (ONS, 2010; VAINER e NUTI, 2008).

Mais tarde, em 1980, foi inaugurada uma segunda interligação entre Brasil e Paraguai, que foi a interligação entre Ponta Porã (BR) – Pedro Caballero (PY), a partir de acordos entre a Enersul e a ANDE (CIER, 2010; ELETROBRAS, 2011c; VAINER e NUTI, 2008).

Também em 1980 entraria em operação a interligação com origem na usina hidroelétrica de Itaipu Binacional.

Figura 3 – Interligações entre Brasil e Paraguai

Fonte: Elaboração própria, com base em CIER, 2010.

3.2.3. BRASIL E URUGUAI

Atualmente, Brasil e Uruguai possuem a interligação de Rivera, composta pela estação conversora de frequência de Rivera, em território uruguaio, inaugurada em 2001 e com capacidade nominal de 70 MW; e por uma linha de transmissão em 230 kV que a conecta à subestação Livramento 2, em território brasileiro, no estado do Rio Grande do Sul (ONS, dezembro de 2010; Eletrobras, 2011c).

A estação conversora de frequência é de propriedade da UTE (Uruguai) e o sistema de transmissão em território brasileiro é de propriedade da Eletrosul (ONS, dezembro de 2010; Eletrobras, 2011c).

Além da conexão por Rivera, está em construção uma nova interligação, que irá conectar a estação conversora de frequência de Melo, em território uruguaio, à subestação Presidente Médici, em território brasileiro, no estado do Rio Grande do Sul (UTE, 2010; UTE, 2009).

Figura 4 – Interligações entre Brasil e Uruguai

Fonte: Elaboração própria, com base em CIER, 2010.

3.2.4. ARGENTINA E PARAGUAI E ARGENTINA E URUGUAI

Os sistemas elétricos da Argentina e do Paraguai estão conectados pelas interligações: (i) El Dorado (Argentina) – Carlos Antonio López (Paraguai), com capacidade de transmissão de 30 MW; (ii) Clorinda (Argentina) – Guarambaré (Paraguai), com capacidade de transmissão de 80 MW; (iii) Posadas (Argentina) – Encarnación (Paraguai); (iv) e pela interligação da central binacional de Yacyretá (CIER, 2010; EBISA, 2011).

Atualmente, Argentina e Uruguai estão conectados pelas instalações da usina de Salto Grande (500 kV); pela interligação Colonia Elia (Argentina) – San Javier (Uruguai); pela interligação Concepción (Argentina) – Paysandú (Uruguai) e pela interligação Concórdia (Argentina) –

Salto (Uruguai), esta última não está em operação (ARGENTINA, 1987; CIER, 2010; EBISA, 2011).

Figura 5 – Interligações entre Argentina e Paraguai

Figura 6 – Interligações entre Argentina e Uruguai

Fonte: Elaboração própria, com base em CIER, 2010.

3.3. OS VOLUMES DOS INTERCÂMBIOS DE ELETRICIDADE ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS PAÍSES DO MERCOSUL

A presente seção analisa os volumes dos intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e os demais países membros do MERCOSUL realizados ao longo da última década por meio das interligações não associadas a centrais binacionais de geração.

Dessa maneira, são analisados os volumes intercambiados desde o ano de 2001 até o mês de setembro de 2011 entre Brasil e Argentina, por meio das interligações de Garabi e Uruguiana e entre Brasil e Uruguai, por meio da interligação de Rivera. Os intercâmbios com o Paraguai não são analisados, pois os mesmos se referem basicamente à energia proveniente de Itaipu Binacional. A interligação de Acaray está desligada desde 2007 e até então os volumes intercambiados foram pouco significativos.

Na tabela a seguir, estão registrados os volumes desses intercâmbios, que na região sulamericana são compilados pelo CIER (*Comisión de Integración Energética Regional*) e no Brasil são registrados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), que acompanha e controla os intercâmbios internacionais do Brasil que se conectam à rede básica, ou seja, que não são realizados nos sistemas isolados, como ocorre, por exemplo, com os intercâmbios com a Bolívia e com a Venezuela.

Tabela 3 – Volume dos Intercâmbios de Energia Elétrica entre o Brasil e a Argentina e o Uruguai (GWh)

	Exportações Brasileiras à Argentina	Importações Brasileiras da Argentina	Exportações Brasileiras ao Uruguai	Importações Brasileiras do Uruguai
2001	3,0	3.983,0	6,0	73,0
2002	1,0	446,0	0,0	0,0
2003	4,0	3,0	0,0	0,0
2004	1.112,0	4,0	413,0	0,0
2005	550,0	527,0	750,0	10,0
2006	593,0	76,0	809,0	10,0
2007	1.999,0	5,0	215,0	34,0
2008	1.277,0	1,0	129,0	14,0
2009	993,0	0,0	505,0	14,0
2010	794,0	17,0	42,0	0,0
2011	2.338,0	0,0	130,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em CIER, vários anos e ONS, 2010 e 2011.

Nos Gráficos 1 e 2 abaixo é possível visualizar como se comportaram esses intercâmbios ao longo dos últimos anos. O que se pode perceber de início é que os intercâmbios mais expressivos são entre Brasil e Argentina, que se realizam por interligações com capacidade superior à interligação que existe com o Uruguai (Garabi I, Garabi II e Uruguiana somam uma capacidade de 2.250 MW e Rivera possui uma capacidade de 70 MW).

Gráfico 1 – Intercâmbios de Energia Elétrica entre Brasil e Argentina

Gráfico 2 – Intercâmbios de Energia Elétrica entre Brasil e Uruguai

Fonte: Elaboração própria com dados de CIER, vários anos e ONS, 2010 e 2011.

Além disso, é possível visualizar que ao longo dos anos ocorreu uma inversão no fluxo de energia elétrica entre esses países (Gráfico 3). Ou seja, no ano de 2001, principalmente, o Brasil importava energia elétrica tanto da Argentina como do Uruguai, já que enfrentava uma crise de abastecimento. Anos mais tarde, a crise de desabastecimento seria enfrentada principalmente pela Argentina, mas também pelo Uruguai, o que colocou o Brasil no papel de exportador de energia elétrica a esses países, situação que perdura até os dias atuais.

Gráfico 3 – Intercâmbios de Energia Elétrica entre o Brasil e a Argentina e o Uruguai

Fonte: Elaboração própria com dados de CIER, vários anos e ONS, 2010 e 2011.

Desde o ano de 2004, quando Argentina e Uruguai passaram a depender da importação de energia elétrica para suprir seus mercados, o Brasil tem exportado em média cerca de 1.087 GWh à Argentina e cerca de 470 GWh ao Uruguai.

Parte dessa energia exportada é posteriormente devolvida ao Brasil, quando a situação do setor elétrico do país importador encontra-se mais favorável, e aparece nos registros como energia importada pelo Brasil. No entanto, como também se pode visualizar nos gráficos, nem toda a energia exportada é devolvida. Os entendimentos e as modalidades contratuais desses intercâmbios, que ora indicam a possibilidade de devolução de energia, são tratados mais adiante.

4. MARCO INSTITUCIONAL PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCOSUL

4.1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A seguir são apresentadas as principais instituições do setor elétrico brasileiro com influência sobre a integração dos sistemas de eletricidade com o dos demais países membros do MERCOSUL. Essas instituições e suas relações hierárquicas podem ser visualizadas na Figura 7.

Figura 7 – Principais Instituições do Setor Elétrico Brasileiro

Fonte: Elaboração própria.

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) é um órgão vinculado diretamente à Presidência da República, presidido pelo ministro de Minas e Energia, que propõe as políticas para o setor energético articulando-as com as demais políticas públicas nacionais (BRASIL, 2011).

O CNPE é uma das instituições brasileiras envolvidas no processo de intercâmbios de energia elétrica do Brasil com outros países. Atualmente, os intercâmbios realizados entre o Brasil e a Argentina e entre o Brasil e o Uruguai são norteados, dentre outros instrumentos, por suas Resoluções.

A mais recente delas, que diz respeito a esses intercâmbios, é a Resolução CNPE nº 3, de 13/12/2010, que estabelece as diretrizes para o suprimento de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai durante o ano de 2011.

MME – Ministério de Minas e Energia

O Ministério de Minas e Energia (MME) é responsável por formular e programar as políticas para o setor energético nacional em consonância com as diretrizes que são estabelecidas no CNPE.

O MME possui uma Secretaria dedicada somente ao setor elétrico. Além disso, estão vinculados a sua estrutura o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a empresa Eletrobras e também a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A Secretaria de Energia Elétrica do MME é quem coordena as ações relacionadas ao setor de energia elétrica com o intuito de garantir o suprimento ao país, considerando, dentre outras premissas, a integração energética nacional e com os países vizinhos (BRASIL, 2011).

De maneira geral, as atribuições da Secretaria incluem o monitoramento da expansão e do desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a participação na formulação da política tarifária e em sua implementação, a coordenação geral da comercialização de energia elétrica, o gerenciamento de programas e projetos relacionados ao setor e a coordenação, em alguns casos, das outorgas de concessões, autorizações e

permissões para serviços de energia elétrica no país. Além disso, a Secretaria assessora o CNPE e o CMSE (BRASIL, 2011).

No que diz respeito ao processo de integração energética, é a Secretaria quem acompanha e coordena as ações de integração elétrica com os países vizinhos, considerando os acordos internacionais que são firmados. Nesse sentido, ela coordena a comercialização de energia elétrica com esses países e também participa das negociações, como, por exemplo, no Subgrupo de Trabalho nº 9 do MERCOSUL, dedicado à área de energia (BRASIL, 2011).

CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

O CMSE foi criado em 2004⁹ para acompanhar a segurança do suprimento de energia no país. Ele é presidido pelo Ministro de Minas e Energia e composto por quatro representantes do MME e por um representante de cada uma das seguintes instituições: ANEEL, EPE, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) (BRASIL, 2011).

A avaliação do CMSE referente às condições do suprimento energético nacional transcende o acompanhamento exclusivo dos sistemas elétricos, incluindo também os mercados de gás natural, petróleo e derivados. Para todos esses, o CMSE acompanha as atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação, considerando a configuração dos sistemas de produção e oferta de energia e dos sistemas de transporte e interconexões locais, regionais e internacionais (BRASIL, 2011).

A partir de suas avaliações, o CMSE é então responsável por identificar os aspectos que afetam a segurança do abastecimento energético nacional e por elaborar as propostas de ajustes, que, em alguns casos, são encaminhadas ao CNPE (BRASIL, 2011).

Como o CMSE acompanha a segurança do suprimento considerando aspectos como a importação e exportação de energia e também as interconexões internacionais, ele é uma das instituições brasileiras envolvidas no processo de integração energética regional.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

⁹ Lei 10.848 de 2004 e Decreto 5.175 de 2004.

A ANEEL é considerada uma autarquia em regime especial vinculada ao MME. A Agência foi criada em 1996, à luz da reestruturação do setor elétrico na década de 1990 e com a missão de propiciar as condições para que o mercado de energia elétrica funcionasse em equilíbrio entre os agentes (ANEEL, 2008; BRASIL, 2011).

Atualmente, dentre suas atribuições estão a regulação e a fiscalização da geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica; o poder de conceder, permitir e autorizar as instalações e serviços de energia; a realização de leilões de concessão de empreendimentos de geração e transmissão; os processos de licitação para a aquisição de energia para os distribuidores; a mediação de conflitos entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; o estímulo à competição entre os operadores e a garantia de tarifas justas e serviços de boa qualidade (ANEEL, 2011; BRASIL, 2011).

Todos os intercâmbios de energia elétrica que ocorrem entre o Brasil e outros países dependeram até o ano de 2010 de autorizações emitidas pela ANEEL, publicadas por meio de Resoluções, assim como também dependiam de autorização da agência a instalação da infraestrutura necessárias para essas trocas¹⁰.

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

O ONS foi criado em 1998, como resultado da reestruturação do setor elétrico na década de 1990 (ONS, 2011).

Ele é constituído por membros associados, que são os agentes de geração, transmissão e distribuição que fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), além dos agentes importadores e exportadores e dos consumidores livres conectados à rede. Não obstante, possui membros participantes que são o MME, os Conselhos de Consumidores, os agentes de geração que não estão no despacho centralizado e os pequenos distribuidores (ONS, 2011).

Sob fiscalização da ANEEL, o ONS é responsável por operar e supervisionar a geração de energia elétrica e a rede de transmissão no SIN, definindo as condições de acesso à rede sempre buscando garantir a segurança e a moderação econômica no suprimento de energia elétrica no país (BRASIL, 2011; CCEE, 2011; ONS, 2011).

¹⁰ Com a promulgação do Decreto Nº 7.246/2010, foi estabelecido que essas autorizações passassem a ser emitidas pelo MME e não mais pela ANEEL, o que iniciou no ano de 2011.

Com informações externas recebidas principalmente do MME, da ANEEL e dos proprietários das instalações integrantes do SIN, o ONS também realiza diversos estudos que avaliam continuamente as condições atuais e futuras de operação, o desempenho do sistema e suas necessidades de ampliações e reforços (ONS, 2011).

Todas as interligações entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL são monitoradas pelo ONS, que é também quem define os montantes de energia elétrica brasileira que podem ser exportados a esses países.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

A CCEE foi criada em 2004, em substituição ao Mercado Atacadista de Energia (MAE), como resultado da reestruturação pela qual passou o modelo do setor elétrico brasileiro no início da década dos anos 2000.

Ela é uma associação civil, composta pelos agentes de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica (CCEE, 2011).

Suas atividades estão sempre de acordo com as definições da ANEEL e sua principal função é registrar e administrar os contratos de compra e venda de energia elétrica firmados entre os agentes no SIN, tanto no mercado regulado como no mercado livre. Além disso, é responsável pela contabilização e liquidação financeira das operações de comercialização no mercado de curto prazo (mercado *spot*) (BRASIL, 2011; CCEE, 2011).

As transações realizadas por conta dos intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL são registradas na CCEE e devem seguir suas regras de contabilização e liquidação.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

A EPE foi criada em 2004, por meio da Lei nº 10.847 e pelo Decreto nº 5.184, como resultado da reestruturação pela qual passou o setor elétrico brasileiro nessa época.

A EPE é responsável, basicamente, por realizar os estudos, pesquisas e projeções que servem de base para a elaboração do planejamento energético do país, dentre eles, por exemplo, o Balanço Energético Nacional (BEN), os Planos Nacionais de Energia, os Planos Decenais de Energia, entre outros (EPE, 2011).

Eletrobras

A Eletrobras é uma empresa de economia mista, de capital aberto, vinculada ao MME. Ela foi criada em 1962 para coordenar o setor de energia elétrica, promovendo estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e de subestações, o que a tornou um importante ator na expansão da oferta de energia elétrica no país (ANEEL, 2008; BRASIL, 2011; ELETROBRAS, 2011a).

Por meio de suas subsidiárias, a empresa atua e possui participação expressiva nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Atualmente, possui 12 subsidiárias, além de metade do capital de Itaipu Binacional, uma empresa de participações (Eletropar) e um centro de pesquisas (CEPEL) (ELETROBRAS, 2011a).

Na área da geração e transmissão controla: Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE, Eletronuclear e metade do capital de Itaipu Binacional (ELETROBRAS, 2011a).

Em 2008, a empresa foi autorizada¹¹ a atuar no cenário internacional e atualmente já possui atividades na Venezuela, no Peru, no Uruguai e na Argentina, além de estar presente em países de outras regiões (ELETROBRAS, 2011a).

Itaipu Binacional

Itaipu Binacional foi criada entre Brasil e Paraguai em 1974, como uma empresa internacional, após os dois países terem assinado o Tratado de Itaipu, em 1973, acordando o aproveitamento conjunto do potencial hidroelétrico do Rio Paraná (ITAIPU BINACIONAL, 2011).

A central hidroelétrica binacional começou sua operação em 1984 e ao longo dos anos seguintes foram sendo instaladas unidades geradoras adicionais até que em 2007 a usina completou a instalação das 20 unidades previstas no projeto (ITAIPU BINACIONAL, 2011).

Estruturada como uma empresa binacional, sua Diretoria Executiva é composta por representantes paraguaios e brasileiros em igual número. Os representantes são indicados por

¹¹ Lei 11.651, de 7/4/2008.

seus governos, que o fazem por meio das empresas Eletrobras e ANDE. A Diretoria é responsável pelos assuntos gerais da instituição e por propor ao Conselho de Administração as diretrizes e normas para condução da empresa (ITAIPU BINACIONAL, 2011).

No Conselho de Administração o número de postos também é dividido. São seis representantes por país, sendo três indicados pelo governo, dois pela Eletrobras ou ANDE e um pelo Ministério de Relações Exteriores. Há também outro representante do Ministério de Relações Exteriores para cada país. O Conselho é que define as diretrizes gerais de administração da empresa e que aprova seu orçamento (ITAIPU BINACIONAL, 2011).

4.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SETOR ELÉTRICO ARGENTINO

A seguir são apresentadas as principais instituições do setor elétrico argentino com influência sobre a integração de seu sistema de eletricidade com o dos demais países do MERCOSUL. Essas instituições e suas relações hierárquicas podem ser visualizadas na figura abaixo.

Figura 8 – Principais Instituições do Setor Elétrico Argentino

Fonte: Elaboração própria.

Secretaría de Energía

Na estrutura institucional do setor elétrico argentino a Secretaría de Energía é a principal instituição que atua no processo de integração energética regional, uma vez que estabelece os acordos internacionais e a regulação geral do setor e dos processos de intercâmbios de energia elétrica com os países vizinhos. Além disso, sob sua estrutura estão as demais instituições envolvidas no processo de integração.

A Secretaría de Energía está vinculada ao *Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios*. Ela é responsável por todas as políticas e normas do setor energético argentino e, portanto, pelas questões relativas à energia elétrica (ARGENTINA, 2011).

Com relação ao setor elétrico, estão sob sua estrutura a Subsecretaria de Energía Eléctrica, a Dirección General de Planeamiento y Coordinación de Políticas Energéticas e as Administraciones Descentralizadas, que incluem, dentre outras instituições, o Ente Nacional Regulador da Eletricidade (ENRE), a Unidade Especial Sistema de Transmisión Yacyretá (UESTY) e a Entidad Binacional Yacyretá (EBY) (ARGENTINA, 2011).

A Subsecretaria de Energía Eléctrica é responsável, dentre outras coisas, pela elaboração de políticas setoriais, pelo monitoramento da relação entre os distintos operadores do sistema

elétrico, pela avaliação dos recursos naturais disponíveis para aproveitamento energético, pela assessoria na elaboração de normas para o setor elétrico, pela assessoria nos acordos de cooperação e integração internacional e pela coordenação das negociações com as instituições internacionais envolvidas nesses acordos (ARGENTINA, 2011).

Já a Direção Geral de Planejamento e Coordenação de Políticas Energéticas é encarregada não somente dos assuntos relacionados à energia elétrica, mas de todos os setores energéticos do país. Ela é responsável, dentre outras coisas, pela coordenação do planejamento energético nacional e pela coordenação das relações internacionais da Secretaria de Energia, o que a torna parte da estrutura institucional argentina envolvida no processo de integração energética (ARGENTINA, 2011).

O papel desempenhado pelas Administrações Descentralizadas será abordado separadamente mais adiante.

CFEE – Conselho Federal da Energia Elétrica

O CFEE, criado em 1960¹², é presidido pelo Secretario de Energia e composto por um representante da Secretaria de Energia, que preside o comitê executivo e dois representantes de cada uma das Províncias argentinas (CFEE, 2011).

O conselho é responsável por administrar os fundos específicos destinados ao setor elétrico e por assessorar o governo nacional e os governos das províncias em relação ao desenvolvimento de políticas e em questões regulatórias. Dentre as temáticas de sua assessoria estão, por exemplo, as prioridades em relação à execução de estudos e obras, as concessões e autorizações do setor e os preços e tarifas aplicados (CFEE, 2011).

ENRE – Ente Nacional Regulador da Eletricidade

¹² Lei Nº 15.336 e Decreto Nº 2.073 ambos de 1960.

O ENRE é uma autarquia, que foi criada em 1993¹³ no âmbito da Secretaria de Energia, responsável por supervisionar e regular as atividades do setor elétrico argentino (CAMMESA, 2011; ENRE, 2011).

Suas principais funções incluem controlar o cumprimento dos contratos de concessão, prevenir condutas anticompetitivas ou discriminatórias, participar do processo de seleção das concessionárias, controlar a qualidade do suprimento e participar dos processos de resolução de conflitos entre agentes do setor (CAMMESA, 2011).

CAMMESA – Companhia Administradora do Mercado Elétrico Atacadista

A CAMMESA (*Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico S.A.*) é uma empresa de gestão privada com propósito público, criada em 1992¹⁴ e composta por todos os agentes do Mercado Atacadista argentino de energia elétrica (MEM – *Mercado Mayorista*) (CAMMESA, 2011).

Sua principal função é coordenar as operações de despacho de cargas no sistema elétrico argentino (SADI) e administrar o MEM. Para cumprir com esses objetivos, suas atribuições incluem a definição dos agentes do MEM que entregarão energia ao sistema, o estabelecimento dos preços praticados, o gerenciamento das transações realizadas entre os agentes, o gerenciamento das cobranças e pagamentos, a definição do uso das instalações de transporte no mercado *spot*, além da atuação como agente de comercialização de energia proveniente de importações e empreendimentos binacionais, quando determinado pelo Estado argentino (CAMMESA, 2011).

Por ser composta por todos os agentes do MEM e ser responsável por administrá-lo, é sobre a CAMMESA que recai a responsabilidade de aplicar a regulação vigente para o setor elétrico argentino (CAMMESA, 2011).

EBISA – Empreendimentos Energéticos Binacionais S.A.

A EBISA (*Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A.*) é uma sociedade anônima de capital estatal (99% da Secretaria de Energia e 1% da empresa Nucleoeléctrica Argentina

¹³ Lei N° 24.065.

¹⁴ Criação dada pela Lei 24.065 e Decreto 1.192 de julho de 1992. Funções dadas pela Lei 15.336.

S.A.), criada em 1997¹⁵ e, assim como ocorre com a CAMMESA, também é responsável por comercializar no MEM a energia elétrica proveniente de aproveitamentos binacionais e interconexões internacionais das quais a Argentina faz parte (EBISA, 2011).

Atualmente, a EBISA é a comercializadora da energia proveniente da central hidroelétrica binacional de Salto Grande, da energia proveniente da central hidroelétrica binacional de Yacyretá, da energia proveniente da interligação Uruguaiana – Paso de los Libres com o Brasil, da energia proveniente do anel de interconexões de Salto Grande, que liga o país ao Uruguai e da energia proveniente das interligações Clorinda – Guarambaré e El Dorado – Carlos Antonio López com o Paraguai (EBISA, 2011).

EBY – Entidade Binacional Yacyretá

A EBY foi criada por meio do Tratado de Yacyretá, em 1973, para gerir a usina hidroelétrica binacional. Ela é constituída pela ANDE (Paraguai) e pela EBISA (Argentina), que dividem igualmente a participação na entidade (EBY, 2011).

CTMSG – Comissão Técnica Mista de Salto Grande

A CTMSG (*Comisión Técnica Mixta de Salto Grande*) é uma instituição binacional, criada por Argentina e Uruguai por meio de um convenio assinado em 1946 para aproveitar conjuntamente o potencial hidráulico do rio Uruguai (CTMSG, 2011).

O convenio só foi ratificado pelo governo uruguaio em 1958 e em 1974 a CTMSG instrui que iniciassem as obras para a construção da central hidroelétrica de Salto Grande. A central começou a operar em 1979, com uma turbina, sob gerência da CTMSG. Em 1983, já com as instalações completas, foi oficialmente inaugurada (CTMSG, 2011).

Como uma instituição binacional, a CTMSG é composta pelo mesmo número de delegados argentinos e uruguaios, que formam seu corpo administrativo e técnico. Ela também possui um tribunal de arbitragem para dirigir as eventuais controvérsias que possam ocorrer (CTMSG, 2011).

¹⁵ Decreto 616/97.

ENARSA – Energía Argentina S.A.

A ENARSA (*Energía Argentina S.A.*) foi criada em 2004¹⁶ pelo Estado argentino para ser uma empresa de referência no setor energético nacional (ENARSA, 2011).

A empresa está habilitada para atuar nas áreas de exploração, transporte, armazenagem, distribuição, comercialização e industrialização de petróleo e gás natural e seus derivados, além de poder atuar na geração, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica (ENARSA, 2011).

4.3. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SETOR ELÉTRICO PARAGUAIO

A seguir são apresentadas as principais instituições do setor elétrico paraguaio com influência sobre a integração de seus sistemas de eletricidade com o dos demais países do MERCOSUL. Essas instituições e suas relações hierárquicas podem ser visualizadas na Figura 9.

¹⁶ Lei 25.943 e Decreto 1.529 de 2004.

Figura 9 – Principais Instituições do Setor Elétrico Paraguaio

Fonte: Elaboração própria.

MOPC – Ministério de Obras Públicas e Comunicações

O MOPC é a instituição do poder executivo paraguaio responsável pelas áreas de Administração e Finanças, Minas e Energia, Obras Públicas e Comunicações e Transportes, áreas estas que estão estruturadas em vice-ministérios (PARAGUAY, 2011a).

Além de abranger todos os assuntos da área de energia do país, o MOPC também é responsável por elaborar e executar as políticas referentes à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), que fica sob a responsabilidade de sua Unidade de Coordenação Institucional (PARAGUAY, 2011a). Assim, o Ministério é a principal instituição, logo após a presidência, que atua no processo de integração energética do Paraguai com os países vizinhos.

Viceministério de Minas e Energia

O Viceministério de Minas e Energia foi criado em 1990¹⁷, sob a estrutura do MOPC, e é a instituição que rege todo o setor energético do país, estudando as alternativas e propondo as políticas e regulamentações para o setor (PARAGUAY, 2011b).

Sob sua estrutura estão a Direção de Recursos Minerais¹⁸, a Direção de Hidrocarbonetos e a Direção de Recursos Energéticos e, sob esta última, está a Administração Nacional de Eletricidade (ANDE) e o Centro de Monitoramento de Centrais e Sistemas Elétricos (CEMOCSE) (PARAGUAY, 2011b).

O Viceministério também mantém relações com instituições de diversos países, em especial com as dos países vizinhos, com quem o país possui projetos no âmbito energético. Ele representa o Paraguai no MERCOSUL, participando dos Subgrupos de Trabalho Nº 9 (Energia) e Nº 15 (Mineração), na Organização Latinoamericana de Energia (OLADE) e na UNASUL, participando do Conselho Energético e na Reunião de Especialistas em Energia. Além disso, mantém relações com instituições de fora da região como, por exemplo, a Agência Internacional de Energia (AIE), o Conselho Mundial de Energia (WEC) e a CEPAL (PARAGUAY, 2011b).

ANDE – Administração Nacional de Eletricidade

A ANDE é uma empresa estatal, verticalmente integrada¹⁹, que exerce o monopólio legal do serviço público de eletricidade. A empresa possui um parque gerador próprio instalado no país, composto pela hidroelétrica de Acaray e algumas usinas térmicas. Além disso, por meio dela, o Paraguai participa com 50% do capital social das centrais hidroelétricas binacionais de Itaipu e Yacyretá e compra parte da energia gerada por essas duas usinas (PARAGUAY, 2011b).

A empresa é quem comercializa majoritariamente a energia elétrica no Paraguai e os preços ao consumidor final são estabelecidos pela estrutura tarifária estabelecida pela própria ANDE, que é aprovada pelo Poder Executivo (PARAGUAY, 2011b).

¹⁷ Decreto Lei Nº 5 de 1991 e Lei 167 de 1993.

¹⁸ Será substituída pelo Servicio Geológico y Minero del Paraguay, após a regulamentação da Lei 3.180 de 2007.

¹⁹ Participa dos mercados de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e em seus serviços e produtos associados (ANDE 2011).

Além da ANDE, há no mercado de energia elétrico paraguaio duas empresas privadas, com uma pequena parcela do mercado, a CLYFSA e a Associação de Colônias Menonitas, que compram energia da ANDE e a comercializam com preços sujeitos aos Pliegos Tarifários (PARAGUAY, 2011b).

CEMOCSE – Centro de Monitoramento de Centrais e Sistemas Elétricos

O CEMOCSE é uma repartição da Direção de Recursos Energéticos do Viceministério de Energia, criada em 2009 para monitorar o estado e o funcionamento em tempo real dos sistemas elétricos do país e da região em relação às centrais hidroelétricas binacionais de que o Paraguai faz parte (PARAGUAY, 2011b).

Suas principais atribuições incluem a supervisão da operação em tempo real do sistema seguindo o programa de operação de despacho da ANDE, a supervisão de todas as ações executadas no sistema e em seus equipamentos para garantir sua segurança e a qualidade do serviço e a coletar informações sobre os níveis dos reservatórios para as centrais hidráulicas e sobre o volume de combustível armazenado para as centrais térmicas (PARAGUAY, 2011b).

CEBH – Comissão de Entes Binacionais Hidroelétricos

A CEBH é um órgão assessor do Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai, criado em 2008²⁰, quando foi outorgada ao Ministério a coordenação das negociações bilaterais referentes às centrais hidroelétricas binacionais que o país faz parte²¹ (CEBH, 2011).

A Comissão foi então instituída para assessorar o Ministério nas esferas técnica, financeira e jurídica nos assuntos da área de energia, mas principalmente aqueles relativos às centrais hidroelétricas binacionais (CEBH, 2011).

Atualmente, a Comissão está dividida em quatro subcomissões, a saber: (i) Técnica, de Energia e Obras, (ii) Financeira e Econômica, (iii) Jurídica e de Direito Internacional e de (iv) Difusão e Comunicação (CEBH, 2011).

²⁰ Resolução Nº 1.199 do MRE em 24/10/2008.

²¹ Decreto do Poder Executivo Nº 393 em 3/10/2008.

4.4. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SETOR ELÉTRICO URUGUAIO

A seguir são apresentadas as principais instituições do setor elétrico uruguaio com influência sobre a integração de seus sistemas de eletricidade com o dos demais países do MERCOSUL. Essas instituições e suas relações hierárquicas podem ser visualizadas na Figura 10.

A Comissão Técnica Mista de Salto Grande faz parte da estrutura institucional do setor elétrico uruguaio, no entanto, não será novamente referenciada, considerando que já foi apresentada no decorrer da descrição das instituições do setor elétrico argentino.

Figura 10 – Principais Instituições do Setor Elétrico Uruguaio

Fonte: Elaboração própria.

MIEM – Ministério de Indústria, Energia e Mineração

O MIEM é a instituição responsável por estabelecer e executar as políticas dos setores industrial, energético, de mineração, de telecomunicações e de micro, pequenas e médias empresas no Uruguai (URUGUAY, 2011a).

Sob sua estrutura, essas áreas estão divididas em diversas direções, dentre as quais a Direção Nacional de Energia e Tecnologia Nuclear (DNETN), referida também como Direção Nacional de Energia (DNE) (URUGUAY, 2011a).

DNE – Direção Nacional de Energia

A DNE é responsável por assessorar o MIEM na formulação e execução das políticas energéticas do país. Não obstante, é responsável por identificar e quantificar as fontes de energia primária e os serviços da tecnologia nuclear que podem contribuir para o desenvolvimento nacional (URUGUAY, 2011b).

A DNE também é responsável por coordenar os agentes que atuam no setor energético e por participar da elaboração e execução do marco regulatório. Ainda, coordena junto a outras instituições nacionais ou internacionais as ações do país na área energética, o que a torna uma instituição diretamente participante do processo de integração energética regional (URUGUAY, 2011b).

URSEA – Unidade Reguladora dos Serviços de Energia e Água

A URSEA, criada em 2002²², é o órgão regulador dos serviços de energia, água e saneamento no Uruguai. No âmbito energético, regula os setores de eletricidade, gás e combustíveis líquidos (URSEA, 2011).

Ela é uma instituição independente, vinculada administrativamente com o MIEM, que garante o cumprimento das normas vigentes nos setores sob sua responsabilidade, estando encarregada de promover a concorrência, de regular os monopólios, de propor ao poder executivo as tarifas adequadas aos serviços e de garantir a segurança do suprimento (URSEA, 2011).

ADME – Administração do Mercado Elétrico

A ADME foi criada em 1997²³ para operar e administrar o despacho nacional de cargas elétricas. Em 2002, pelo marco regulatório do setor elétrico instituído pelo Decreto N° 360, de

²² Lei N° 17.598 de 13/12/2002.

²³ Artigo 4° da Lei N° 16.832, de 17/06/1997.

17/09/2002, ficou estabelecido que a ADME é a instituição responsável por operar o sistema e também por administrar o mercado elétrico uruguaio (ADME, 2009).

Em relação à operação do sistema, suas atribuições incluem: centralizar as informações para programar o despacho e a operação do sistema, administrar o sistema de medições e de operação em tempo real, administrar situações de emergência e garantir a recuperação do serviço nesses casos, coordenar a manutenção dos equipamentos de geração e transmissão e programar a operação dos reservatórios (ADME, 2009).

Em relação à administração do mercado elétrico, suas atribuições incluem: centralizar as informações comerciais, calcular a potência firme e as solicitações de garantia de suprimento, determinar a valoração da água para a otimização dos reservatórios e despacho das centrais hidroelétricas, calcular os preços e transações no mercado *spot* e dos serviços que administra, administrar o sistema de medições comerciais e administrar o sistema de liquidação e cobrança das transações fora de contratos (ADME, 2009).

Além disso, a ADME é responsável por administrar as importações e exportações *spot* de energia elétrica. Nesse caso, a ADME não compra e não vende a energia, mas aplica os procedimentos estabelecidos pelo marco regulatório para determinar quando uma oferta *spot* de importação ou exportação é aceita no mercado *spot* do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (*Mercado Mayorista de Energía Eléctrica* – MMEE) (ADME, 2009).

UTE – Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas

A UTE é uma empresa estatal, atuante nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de prestar serviços em áreas relacionadas a essas atividades (UTE, 2011).

A demanda por energia elétrica no país é suprida principalmente pelas próprias centrais de geração da UTE, pela energia proveniente da central hidroelétrica binacional de Salto Grande e, em menor escala, por usinas de geração de terceiros (UTE, 2011).

4.5. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL NA ÁREA DE ENERGIA

A estrutura institucional do MERCOSUL é composta por diversos foros onde são tratados cada um dos assuntos que compõe a agenda de negociações e discussões entre os membros do bloco.

As questões energéticas são abordadas em alguns foros específicos, que podem ser localizados, sob a estrutura do bloco, na Figura 11.

Figura 11 – Estrutura Institucional do MERCOSUL para a Área de Energia

Fonte: Elaboração própria.

Na estrutura do bloco, o órgão superior é o Conselho do Mercado Comum (CMC), sob o qual são realizadas as reuniões de Ministros, uma para cada pasta dos países membros. Nessa esfera, as questões energéticas são tratadas nas reuniões de Ministros de Minas e Energia (RMME).

Na estrutura do bloco há também, logo abaixo do CMC, o Grupo do Mercado Comum (GMC), sob o qual estão os subgrupos de trabalho, as reuniões especializadas, os grupos *ad hoc* e algumas outras instituições, que tratam de temáticas bastante específicas, dedicando-se inclusive a questões de setores econômicos em particular. Nessa esfera, as questões energéticas são tratadas no Subgrupo de Trabalho nº 9 (SGT-9), dedicado às negociações sobre energia, e também no grupo *ad hoc* sobre biocombustíveis (GAHB).

O GAHB foi criado para implantar o Plano de Ação do MERCOSUL para a Cooperação em Matéria de Biocombustíveis, criado entre os membros do bloco mais a Venezuela e aprovado pela Decisão CMC Nº 49/07 (MERCOSUR, 2011).

No âmbito do MERCOSUL, há alguns documentos que versam sobre a integração energética entre seus membros. Especificamente sobre as interligações entre os sistemas de eletricidade, há a Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 10 de 1998 (MERCOSUL/CMC/DEC Nº 10/98), que estabelece diretrizes gerais para a realização desses intercâmbios como, por exemplo, a garantia de condições competitivas nos mercados de geração, o livre acesso às instalações de transporte e distribuição e o cumprimento dos contratos livremente pactuados entre os agentes.

5. O MARCO REGULATÓRIO PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA: O CASO BRASILEIRO

O marco regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica é formado por diversos instrumentos jurídicos, que estão inseridos no sistema normativo do país, formado por diversas espécies de normas jurídicas.

No sistema normativo brasileiro esses instrumentos jurídicos seguem uma ordem hierárquica: (i) Constituição Federal; (ii) Leis Complementares; (iii) Lei Ordinária; (iv) Lei Delegada; (v) Medida Provisória; (vi) Decreto Legislativo; (vii) Resolução; e (viii) os atos normativos inferiores, como o Decreto, a Portaria e a Instrução (PACHECO, 2009). Esses instrumentos e suas destinações são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 4 – Instrumentos Jurídicos da Legislação Brasileira

Instrumento	Caracterização
Constituição Federal	A Constituição Federal dá as diretrizes dos direitos fundamentais do cidadão e da organização do Estado. É a principal fonte de referência para todas as demais normas do país e nenhuma pode estar em desacordo ou ser incompatível com ela.
Emendas à Constituição	As emendas à Constituição destinam-se a alterar o texto da Constituição Federal. Elas podem ser apresentadas pelos membros do Congresso Nacional ou pelo presidente da República ou por assembleias legislativas das unidades da Federação. Além disso, as emendas só podem ter andamento se suas disposições não tiverem impacto sobre as normas fundamentais da Constituição que não são modificáveis.
Lei Complementar	As leis complementares tratam de assuntos considerados de importância institucional pela Constituição Federal, fixando normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Sua aprovação exige um processo mais difícil do que as demais leis. O quórum para aprovação é de maioria absoluta tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.
Lei Ordinária	As leis ordinárias tratam de assuntos diversos e constituem a maior parte das normas jurídicas do país, regulando quase todas as matérias de competência da União, com sanção do presidente da República. Sua aprovação se dá por maioria simples.
Lei Delegada	A lei delegada é feita pelo presidente da República, que solicita ao Congresso uma delegação legislativa para elaborar a lei. Não podem ser objetos de lei delegada: atos de competência exclusiva do Congresso, organização do Judiciário e do Ministério Público, nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos, eleitorais, planos plurianuais e orçamentos.

Continua...

Instrumento	Caracterização
Medida Provisória	As medidas provisórias são leis de caráter precário, ou seja, tem força e aplicabilidade imediata, mas ficam em vigor por tempo limitado. Uma vez editada uma medida provisória, o presidente do Congresso Nacional deve criar uma comissão mista de deputados e senadores para emitir um parecer sobre a medida, que deve concluir por sua aprovação, rejeição ou pela apresentação de um projeto de lei de conversão, para propor alterações no texto original da medida provisória.
Decreto	O decreto tem natureza administrativa e é de competência do presidente da República. Eles podem ser singulares, quando tratam, por exemplo, de nomeações ou desapropriações; ou regulamentares, para executar normas instituídas por lei ordinária.
Decreto Legislativo	O decreto legislativo regula matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, como, por exemplo, ratificar atos internacionais, apreciar a concessão de emissoras de rádio e televisão, autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas, entre outros.
Resolução	As resoluções destinam-se a regular todos os assuntos de competência privativa do órgão que as emite.
Portarias e Instruções	As portarias e instruções destinam-se a detalhar normas genéricas ou a complementar vazios e lacunas deixados por outros instrumentos normativos.

Fonte: Elaboração própria com dados de (BRASIL, 2011b; PACHECO, 2009).

Além dos instrumentos jurídicos de ordem interna, o marco regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica é formado também por atos internacionais assinados entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL²⁴, que são instrumentos que fornecem as bases da relação que se estabelece entre os dois ou mais Estados

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal, a celebração de atos internacionais é competência do Presidente da República. No entanto, após sua celebração, os atos internacionais estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional sempre que incorrerem em encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (BRASIL, 2011c). Assim, após a aprovação pelo Congresso Nacional, esses instrumentos evoluem para normas jurídicas nacionais, quando são ditos internalizados pela legislação.

²⁴ O Brasil também possui com os países do MERCOSUL outros atos na área de energia, mas que não estão relacionados à integração dos sistemas elétricos e, por isso, não lhes é feita menção no presente trabalho; no entanto, os mesmos também norteiam a integração energética entre esses países em termos mais gerais.

No Brasil²⁵, os atos internacionais possuem diversas denominações, sendo as mais comuns o tratado, o acordo, a convenção, o protocolo e o memorando de entendimento. A denominação é escolhida pelas partes envolvidas e não influencia o caráter do documento, mas, na prática, cada denominação é utilizada para uma espécie de conteúdo, tornando possível estabelecer certa diferença entre os documentos (BRASIL, 2011c).

A primeira distinção que se pode fazer em relação aos atos internacionais se dá entre os atos bilaterais (trilaterais ou plurilaterais), realizados entre dois ou mais Estados, e os atos multilaterais, que são negociados no âmbito de uma organização internacional (BRASIL, 2011c). A partir daí, são assinados, usualmente, os atos apresentados na tabela seguir.

Tabela 5 – Principais Atos Internacionais na Prática Diplomática Brasileira

Ato Internacional	Caracterização
Tratado	O termo foi escolhido pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) para designar de maneira geral um acordo internacional. Ele é utilizado para denominar os atos bilaterais ou multilaterais de especial relevância política, como, por exemplo, o Tratado da Bacia do Prata
Convenção	Possui formalidade similar ao Tratado e é normalmente empregado para atos multilaterais de conferências internacionais, que estabelecem normas para os Estados em assuntos de interesse geral, como, por exemplo, na área da aviação civil, trabalhista, entre outras. Há, no entanto, algumas convenções bilaterais.
Acordo	É muito utilizado em negociações bilaterais em diversas áreas (política, econômica, cultural, científica, entre outras) e pode também ser utilizado em atos firmados entre um Estado e uma organização internacional. Para alguns juristas o termo refere-se a atos com poucos participantes e com importância relativa, apesar de na prática existir acordos de grande relevância e com um número expressivo de participantes.
Ajuste ou Acordo Complementar	É utilizado para atos que dão execução a outro ato anterior, já em vigor, ou que detalham assuntos contidos no ato anterior, criando o arcabouço institucional para orientar a cooperação. Normalmente, estão sob um acordo-quadro ou acordo-básico, dedicados a grandes áreas de cooperação.
Protocolo	É utilizado para acordos bilaterais e multilaterais menos formais que os tratados, acordos ou acordos complementares e também para atas finais de conferências internacionais. Na prática brasileira, o termo é muito utilizado na expressão "Protocolo de Intenções" indicando o início de um compromisso.

Continua...

²⁵ O ato internacional é definido no Direito Internacional Público pela Convenção de Viena do Direito dos Tratados (1969), que o coloca como um acordo por escrito entre Estados, qualquer que seja sua denominação específica (BRASIL, 2011). Os Estados podem adotar internamente a denominação desejada para os atos internacionais, mas na prática é comum a utilização de algumas poucas denominações.

Tabela 5 – Principais Atos Internacionais na Prática Diplomática Brasileira (continuação)

Ato Internacional	Caracterização
Memorando de Entendimento	O termo é muito utilizado para atos redigidos de forma simples e que registram as diretrizes gerais do relacionamento entre as partes envolvidas, podendo abranger as mais diversas áreas.
Convênio	O termo é utilizado em atos de cooperação multilateral em diversas áreas (econômica, comercial, cultural, científica, entre outras) e em atos de acordos bilaterais em assuntos específicos.
Acordo por Troca de Notas	É utilizado para atos relativos a assuntos administrativos e também para alterar ou interpretar cláusulas de atos já concluídos. As notas trocadas pelos Estados podem ter o formato de carta, apresentando o mesmo conteúdo e data, ou podem ser compostas por uma nota de proposta e outra de resposta ou aceitação.

Fonte: Elaboração própria com dados de (BRASIL, 2011c).

Antes de passarmos para a análise dos instrumentos que compõe a estrutura regulatória para os intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e demais países do MERCOSUL, é pertinente apresentar brevemente como se deu e como está estruturado atualmente o marco regulatório do setor elétrico do país, que é fruto de reestruturações ocorridas nas últimas décadas.

5.1. O MARCO REGULATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Desde o período em que foi inaugurada a primeira interligação do sistema elétrico brasileiro com o de outro país, que foi a interligação de Acaray, entre Brasil e Paraguai, na década de 1970, o marco regulatório do setor elétrico brasileiro sofreu diversas mudanças, passando por grandes reestruturações.

As novas interligações que foram sendo construídas ocorreram em contextos já muito diferentes daquele em que havia sido inaugurada a interligação de Acaray e os novos projetos hoje também já encontram outro ambiente.

Levando isso em consideração, o presente tópico pretende analisar brevemente as reestruturações realizadas desde a década de 1990 no marco regulatório do setor elétrico brasileiro e, posteriormente, com maior detalhamento, identificar no conjunto de instrumentos

normativos as disposições relativas aos intercâmbios internacionais de energia elétrica, a fim de entender como esses intercâmbios são tratados pela legislação brasileira.

Até a década de 1990, o setor elétrico brasileiro era caracterizado como um monopólio. Ele era composto por empresas verticalizadas, ou seja, que desempenhavam conjuntamente as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Não obstante, a maior parte das empresas era estatal e os recursos para as obras tinham origem pública (CCEE, 2010).

No entanto, na década de 1990, em um contexto marcado pela adoção de políticas em direção à liberalização econômica, guiadas pelos preceitos de organismos multilaterais, que foram reunidos no que ficou conhecido como o Consenso de Washington, foram criadas as justificativas para que fosse conduzida uma reforma no setor elétrico brasileiro, assim como em muitos outros setores da economia (SAUER, 2003, p. 15-16).

Para tal, a capacidade de investimento do Estado foi reduzida ao mesmo tempo em que era necessário continuar expandindo a oferta de energia elétrica no país. Isso limitou os sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, levando o país a apagões nos anos de 1984, 1985, 1992, 1996, 1997 e 1999 (FERNANDES, 2009).

Assim, com a situação de apagões recorrentes e com a capacidade de investimento do Estado enfraquecida, conduziu-se uma reforma profunda na estrutura do setor elétrico. A responsabilidade sobre os investimentos e operação do setor foi transferida à iniciativa privada, por meio do Programa Nacional de Desestatizações (PND). As empresas estatais foram desverticalizadas e passou-se a estimular a competição nos segmentos de geração e comercialização (ANEEL, 2008; COOPERS & LYBRAND, 1997; MENDONÇA e DAHL, 1999; SAUER, 2003, p. 16-17).

Em 1993, foi promulgada a Lei 8.631, que, dentre outros, extinguiu a tarifa única de energia elétrica e instituiu tarifas por empresa, conforme as características da área de concessão (ANEEL, 2008; CCEE, 2011).

Em 1995, foi promulgada a Lei 8.987 (Lei das Concessões), que instituiu a obrigatoriedade de licitação para a outorga das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. No mesmo ano, foi promulgada a Lei 9.074, que estabeleceu os procedimentos para as licitações para as concessões, além de ter permitido a participação privada nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica e ter criado as figuras do Produtor Independente de Energia e do Consumidor Livre, este último com liberdade para escolher seu

fornecedor de energia elétrica, negociando de forma livre as cláusulas contratuais de fornecimento (ANEEL, 2008; CCEE, 2010; MENDONÇA e DAHL, 1999).

No ano seguinte, em 1996, seria formalmente implantada a reestruturação do setor elétrico brasileiro por meio de um projeto sob a coordenação do MME e com a participação de especialistas brasileiros e também da empresa de consultoria contratada, *Coopers & Lybrand*. O projeto concluiu, basicamente, que as empresas do setor deveriam ser desverticalizadas e que deveria ser estimulada a competição nos segmentos de geração e comercialização (iniciada com a Lei 9.074/1995), permanecendo os segmentos de transmissão e distribuição regulados por se tratarem de monopólios naturais (ANEEL, 2008; CCEE, 2010; COOPERS & LYBRAND, 1997).

Não obstante, como resultado do projeto, foi apontada a necessidade de criar uma agência reguladora autônoma para o setor, assim como um operador do sistema e um ambiente para a realização das transações de compra e venda, o que deu origem a ANEEL, em substituição ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), ao ONS e ao antigo MAE por meio da promulgação da Lei 9.427 de 1996, da Lei 9.648 de 1998, do Decreto 2.335 de 1997 e do Decreto 2.655 de 1998 (ANEEL, 2008; CCEE, 2010).

Fato é que os resultados verificados com a reestruturação do setor ficaram muito distantes do que foi prometido à sociedade. Houve perda na qualidade do serviço e as tarifas aumentaram substancialmente, principalmente no segmento residencial. Também não chegaram os investimentos privados necessários para a manutenção e ampliação da capacidade de geração e transporte, prejudicando a oferta de eletricidade no país (SAUER, 2003, p. 17,19).

Nesse contexto, o país enfrentaria uma grave crise de abastecimento em 2001, conhecida como a crise do “apagão”, quando a população foi obrigada a racionar seu consumo de energia elétrica.

Com essa situação, ficava claro que o setor carecia de planejamento e de investimentos para aumentar sua potência instalada e os sistemas de transmissão. Conforme se constatou, as condições hidrológicas no período da crise foram normais e suas oscilações poderiam ter sido gerenciadas caso a operação do sistema estivesse de acordo com os fundamentos pelos quais ele foi concebido e construído (SAUER, 2003, p. 18).

Nesse período, no ano de 2001, foi criada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) para elaborar o Plano Estratégico de Emergência para Energia Elétrica, que tinha a finalidade de aumentar a oferta de energia e diminuir os riscos de racionamentos. No ano de

2002, foi criado o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, que trabalhou em uma proposta para uma nova estrutura para o setor.

O novo modelo para o setor elétrico foi implantado em 2004 com a promulgação das Leis 10.847 e 10.848 e pelo Decreto 5.163 e trouxe novamente o Estado como responsável pelo planejamento do setor.

Foi criada a CCEE, que seria o novo ambiente para as transações de compra e venda de energia elétrica em substituição ao MAE, sendo instituído o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), para os geradores e distribuidores e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), para os geradores, distribuidores, importadores e exportadores e consumidores livres. Além disso, foi criada a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que seria a responsável pelo planejamento de longo prazo do setor elétrico e também o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), para avaliar as condições da segurança de suprimento de energia elétrica no país. Não obstante, a Eletrobras e suas subsidiárias foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização (PND) (CCEE, 2010).

Na tabela abaixo é possível comparar alguns aspectos principais do setor elétrico brasileiro e como os mesmos foram alterados durante as reestruturações pelas quais passou o setor nas últimas décadas. No APÊNDICE A estão os principais instrumentos que formaram o marco regulatório do setor elétrico brasileiro ao longo dos anos.

Tabela 6 – Principais Características do Setor Elétrico Brasileiro

	Até 1995	Entre 1995 e 2003	A partir de 2004
Financiamento	Recursos públicos	Recursos públicos e privados	Recursos públicos e privados
Organização do Mercado	Monopólios	Competição nos segmentos de geração e comercialização	Competição nos segmentos de geração e comercialização
Comercialização	Mercado regulado	Mercado livre	Mercados livre e regulado
Estrutura das empresas	Empresas verticais	Empresas desverticalizadas nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização	Empresas desverticalizadas nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização
Propriedade das Empresas	Principalmente estatais	Abertura às empresas privadas	Empresas estatais e privadas

Continua...

Tarifas	Reguladas em todos os segmentos	Negociação livre de preços na geração e comercialização	(i) Ambiente livre: livre negociação de preços na geração e comercialização (ii) Ambiente regulado: leilões e licitações por menor tarifa
---------	---------------------------------	---	--

Fonte: Elaboração própria, com base em (CCEE, 2011).

Com relação ao objeto do presente estudo, ou seja, os intercâmbios internacionais de energia elétrica não associados às centrais binacionais de geração, vale mencionar que as disposições acerca dos mesmos estão espalhadas pelos diversos instrumentos da legislação brasileira para o setor elétrico.

As leis e decretos que fazem referência a esse tipo de intercâmbio estão listados na tabela abaixo e serão apresentados com mais detalhamento no tópico a seguir, que discorre sobre o marco regulatório brasileiro para esses intercâmbios, incluindo também outros instrumentos, como aqueles com origem no CNPE, no MME e na ANEEL, assim como os atos internacionais.

Tabela 7 – Leis e Decretos com Referência aos Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica não Associados às Centrais Binacionais de Geração

Instrumento	Data	Conteúdo
Lei 9.074	1995	Estabelece normas para a outorga e prorrogação de concessões e permissões para a prestação de serviços públicos. Estabelece o PIE e o Consumidor Livre. Dispõe sobre os serviços de energia elétrica e outros.
Lei 9.427	1996	Institui a ANEEL, disciplina as concessões de serviços públicos de energia elétrica, entre outros.
Lei 9.648	1998	Cria o ONS, estabelece o MAE, autoriza a reestruturação da Eletrobras e de suas subsidiárias para a privatização, entre outros.
Decreto 2.655	1998	Estabelece diretrizes gerais para o funcionamento do setor elétrico. Estabelece o ambiente competitivo nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica e o livre acesso às instalações de transmissão e distribuição. Regulamenta o MAE. Define as regras de organização do ONS, entre outros.
Lei 10.848	2004	Constitui o novo modelo para o setor elétrico. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, estabelecendo o mercado regulado e o mercado livre. Cria a CCEE e o CMSE. Retira a Eletrobras e suas empresas controladas do PND, entre outros.
Decreto 5.177	2004	Regulamenta a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE, entre outros.

Continua...

Instrumento	Data	Conteúdo
Lei 11.943	2009	Estabelece o Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE), que presta garantias a empresas estatais do setor elétrico para empreendimentos do PAC ou considerados estratégicos; entre outros.
Lei 12.111	2009	Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados e sobre a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); entre outros.
Decreto 7.129	2010	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica no mercado livre por agentes vendedores sob controle público.
Decreto 7.246	2010	Regulamenta a Lei no 12.111/2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no SIN e dá outras providências.

Fonte: Elaboração própria.

5.2. O MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA

Na presente seção são apresentados com mais detalhamento os instrumentos que balizam os intercâmbios internacionais de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL.

Dentre esses instrumentos estão os atos internacionais assinados entre o Brasil e esses países, assim como os instrumentos jurídicos da legislação brasileira, entre leis, decretos, portarias e resoluções do CNPE, do MME e da ANEEL. Todos esses instrumentos estão dispostos desde o APÊNDICE A ao APÊNDICE H no final do presente trabalho.

A apresentação desses instrumentos nesta seção foi organizada cronologicamente, o que permite verificar como se deu o marco regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica e como o mesmo foi se alterando ao longo dos anos até os dias atuais.

É possível perceber a mudança de orientação desses instrumentos conforme a conjuntura econômica e política em que se deram e acompanhando as reestruturações pelas quais passou o setor elétrico brasileiro, já que as diferenças se mostram mais marcadamente ao comparar o teor dos instrumentos do período anterior à década de 1990 com aqueles da própria década dos anos 1900 e, depois, com aqueles dos anos 2000 aos dias atuais.

Deve-se mencionar que dentre os atos internacionais assinados entre o Brasil e o Paraguai em matéria de integração de seus sistemas de eletricidade, a maior parte deles diz respeito à usina hidroelétrica binacional de Itaipu. Os atos internacionais realizados por conta desta usina, bem como seus diversos desdobramentos até os dias atuais, não serão analisados no presente trabalho, já que este tem como foco as interligações não associadas às centrais binacionais de geração.

O caso de Itaipu *per se* levaria a realização de outro trabalho completo devido a sua complexidade e já foi retratado por alguns dos autores aqui citados, como, por exemplo, Nickson (1982) e Oxilia Dávalos (2009).

5.2.1. OS INSTRUMENTOS PROMULGADOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980

Os primeiros instrumentos disponíveis que tratam da integração elétrica entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL são atos internacionais assinados entre as décadas de 1950 e 1980.

O primeiro deles, assinado entre Brasil e Paraguai em 1956, foi o “Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaí”²⁶, que inaugurou o projeto da interligação de Acaray, que seria construída mais tarde entre os dois países.

O Convênio discorre sobre os estudos que seriam realizados pelo Brasil para determinar os potenciais hidroelétricos desses rios paraguaios, os projetos de obras necessárias e os anteprojetos de linhas de transmissão desde as hidroelétricas que seriam construídas até as cidades de Assunção e Foz do Iguaçu. Como contrapartida, seria assegurado ao Brasil o direito de consumir, mediante pagamento, até vinte por cento da potência elétrica que as hidroelétricas produzissem, por até 20 anos.

²⁶ No Brasil, o Convênio foi promulgado pelo Decreto Nº 42.919, de 1957.

Na década seguinte, o Brasil também assinou com o Paraguai a “Ata Final (Sete Quedas) e Memorando” (1966) e um “Contrato de Interconexão e Abastecimento de Energia Elétrica” (1969), realizado entre as empresas ANDE e COPEL, fruto do Convênio assinado entre os países em 1956. Esses documentos não estão disponíveis para consulta.

O Brasil também assinou com o Uruguai o “Acordo para a Criação de uma Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim” (1963), o “Ajuste Complementar ao Acordo sobre a Criação da Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim” (1965) e o “Convênio de Interconexão e Intercâmbio de Energia Elétrica entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a UTE” (1968). Esses documentos também não estão disponíveis para consulta.

Já na década de 1970, o Brasil assinou com a Argentina o “Convênio entre a Eletrobras e a Agua y Energia Eléctrica (AyE)” (1972). Também assinou com o Uruguai o “Acordo sobre a Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim” (1974); o “Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio” (1975); o “Acordo sobre Interconexão Energética” (1975); o “Tratado da Bacia da Lagoa Mirim” (1977); e por fim o “Protocolo do Rio Jaguarão” (1977).

Dentre esses documentos, está disponível para consulta o “Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio”, assinado entre Brasil e Uruguai em 1975, que, além de criar a Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguiaia, para analisar os assuntos de interesse comum, menciona a possibilidade de interconexão dos sistemas elétricos, o projeto de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e o auxílio brasileiro para a construção da represa hidrelétrica de Palmar, através de financiamento para a aquisição e utilização de equipamentos e serviços brasileiros.

Também está disponível o “Tratado da Bacia da Lagoa Mirim”, assinado entre os dois países em 1977, que discorre sobre a colaboração para desenvolver a Bacia da Lagoa Mirim, inclusive para a geração de energia elétrica.

Nessa mesma década foi inaugurada a primeira interligação do sistema elétrico brasileiro com o de outro país, que foi a interligação de Acaray com o Paraguai (1973), resultado da parceria entre a COPEL e a ANDE.

Além disso, o Brasil assinou com o Paraguai diversos atos internacionais, iniciando em 1973 com o Tratado de Itaipu. No mesmo ano e no ano seguinte viriam algumas Notas Interpretativas ao Tratado. Também assinaram o “Acordo sobre Integralização do Capital da Itaipu” (1974); o “Acordo sobre Estudos dos Rios do Alto Paraná” (1975); o “Acordo sobre o Número de Unidades Geradoras em Itaipu” (1978); e o “Acordo Modificativo do Anexo "B"

ao Tratado de Itaipu” (1979). Conforme já mencionado, os instrumentos relativos à Itaipu não serão objeto de análise do presente trabalho.

Mais tarde, nos anos de 1980, foi inaugurada a segunda interligação do sistema elétrico brasileiro com o Paraguai, que foi a interligação entre Ponta Porã e Pedro Caballero (1980), resultado de uma parceria entre a Enersul e a ANDE.

No mesmo período, o Brasil assinou com a Argentina o “Acordo sobre a Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Argentino” (1980), não disponível; o “Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu” (1980); a “Declaração do Iguaçu” e o “Programa de Integração e Cooperação Econômica” (1989).

O “Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu” (1980) faz referência ao aproveitamento conjunto do potencial hidroelétrico do rio Uruguai, o que ficou mais tarde conhecido como o projeto da usina hidroelétrica de Garabi (referenciada no Item 3.1.4 do presente trabalho).

O Tratado define (Artigo IV) que as obras para o aproveitamento hidroelétrico e sua posterior operação serão executadas pela Eletrobras e pela empresa argentina Agua y Energía Eléctrica, Sociedad del Estado (AyE)²⁷ (hoje papel desempenhado pela EBISA), que terão propriedade exclusiva das obras e instalações. Além disso, estabelece (Artigo V) que haverá a divisão em partes iguais da energia elétrica gerada e que, caso um dos dois países não utilize toda a sua parte, a energia poderá ser transferida ao outro país. Por fim, o Tratado coloca (Artigo XI) que os Estados, direta ou indiretamente, propiciarão as duas empresas a obtenção de recursos e darão garantias para as operações de crédito necessárias à execução das obras.

Já a “Declaração do Iguaçu” (1985) faz referência à criação de uma Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, no âmbito da qual haveria uma subcomissão para coordenar a realização de projetos conjuntos na área de energia.

Além disso, a Declaração manifesta que será dado prosseguimento ao projeto de aproveitamento hidroelétrico de Garabi, prevendo sua entrada em operação entre os anos de 1995 e 2000 (o que não ocorreu até hoje). Também menciona o avanço das obras de

²⁷ A AyE era uma empresa pública argentina que atuava nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica e também na construção de hidroelétricas. Em 1992, foi privatizada.

interconexão elétrica que estão sendo realizadas no âmbito do convênio assinado em 1980 sobre interligações dos sistemas e que não está disponível para consulta.

O documento “Programa de Integração e Cooperação Econômica” (1989) apresenta o relatório da Comissão de Execução do Programa, que analisou e aprovou uma série de documentos que versam sobre a integração entre os dois países. Dentre eles, constam documentos da área de energia, que versam, entre outros, sobre: a intenção de acelerar as obras da Estação Conversora de Frequência de Uruguiana, para fornecimento de 50.000 kW a partir do primeiro trimestre de 1990; o compromisso da Argentina em impulsionar as obras da Estação Conversora de Frequência de Santo Tomé, que poderá fornecer outros 50.000 kW; e a intenção de acelerar a conclusão do projeto básico para o aproveitamento hidroelétrico de Garabi.

Na década de 1980, o Brasil também assinou atos internacionais com o Uruguai. O “Memorando de Entendimento Relativo ao Tratado da Lagoa Mirim e ao Protocolo do Rio Jaguarão” (1985) discorre sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos do Rio Jaguarão, inclusive para a geração de energia elétrica. No ano seguinte, os dois países assinaram o “Segundo Memorando de Entendimento Relativo ao Tratado da Lagoa Mirim e ao Protocolo do Rio Jaguarão (1986), que não está disponível para consulta.

Também foram realizados entendimentos com o Paraguai no que diz respeito à interligação de Acaray. Em 1980, foi promulgada a Portaria MME Nº 1.509, que aprovou o “Instrumento de Aditamento” entre a COPEL e a ANDE, com a finalidade de ampliar o “Contrato de Assistência Recíproca, Interconexão e Abastecimento de Energia Elétrica” que havia sido assinado em 1969.

No mesmo ano, foi assinado um “Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica” entre a empresa brasileira ENERSUL e a ANDE, referente ao suprimento de energia elétrica à cidade paraguaia de Salto del Guairá. Em 1983, a Portaria MME Nº 834 aprovou o Aditamento nº 1 a esse contrato, para ampliar o suprimento à cidade paraguaia.

Vale mencionar que Brasil e Paraguai também assinaram, em 1986, outro documento referente à Itaipu, o “Acordo que Modifica os Anexos "A" e "C" do Tratado de Itaipu”.

Tabela 8 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Década de 1950 a 1980

Ano	Acontecimento
Vários	Entendimentos entre o Brasil e o Uruguai e entre o Brasil e a Argentina sobre o desenvolvimento de intercâmbios de energia elétrica.
1956	Entendimentos entre o Brasil e o Paraguai sobre o aproveitamento dos potenciais hidroelétricos dos rios paraguaios, instalação de uma interligação entre os dois países e futuro intercâmbio de energia elétrica.
1973	Inauguração da interligação de Acaray com o Paraguai, que foi a primeira interligação do sistema elétrico brasileiro com o de outro país.
1973	Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Itaipu.
1980	Inauguração da segunda interligação com o Paraguai, entre Ponta Porã e Pedro Caballero.
1980	Brasil e Argentina assinam o “Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu”, formalizando o projeto da usina hidroelétrica de Garabi.
1980	Brasil e Argentina assinam um convênio que formalizaria a construção de uma interconexão entre seus sistemas de energia elétrica, que seria a interligação de “Uruguaiana – Paso de los Libres”.

Fonte: Elaboração própria.

5.2.2. OS INSTRUMENTOS PROMULGADOS NA DÉCADA DE 1990

Durante a década de 1990 foram promulgados diversos outros atos internacionais entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL no que se refere aos intercâmbios internacionais de energia elétrica.

Nesse período, o setor elétrico brasileiro também passou por uma reestruturação em seu marco regulatório, no sentido de liberalizar suas atividades, resultando na promulgação de diversas normas jurídicas, algumas delas com referência aos intercâmbios internacionais.

Além disso, foi inaugurada a primeira interligação entre o Brasil e a Argentina, com a instalação da estação conversora de frequência de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul e uma linha de transmissão que a conecta à Paso de los Libres, na Argentina.

O primeiro instrumento desse período com referência aos intercâmbios internacionais de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL foi o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, Protocolo N° 08 (Energia) Diretriz de Prioridade” (1990), assinado com a Argentina, que define como prioritário os projetos de

integração energética entre os dois países. No entanto, não versa sobre os intercâmbios de energia elétrica, mas sim sobre a venda de gás argentino ao Brasil.

No ano seguinte, o Brasil assinou com o Uruguai o “Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí” (1991), que discorre sobre o desenvolvimento dessa bacia, inclusive para a geração de energia elétrica. Também assinaram o “Terceiro Memorando de Entendimento Relativo ao Tratado da Lagoa Mirim e ao Protocolo do Rio Jaguarão” (1991), que reafirma a vontade dos dois países de promover as obras já acordadas no Rio Jaguarão, inclusive para geração de eletricidade.

Em 1993, Brasil e Argentina assinaram o “Anexo V ao Protocolo Nº 8 – Energia”, que não está disponível para consulta. No ano seguinte, foi inaugurada a primeira interligação entre os dois países, com as instalações da estação conversora de frequência de Uruguiana, no estado do Rio Grande do Sul e uma linha de transmissão que a conecta à Paso de los Libres, na Argentina.

Também em 1994, o Brasil assinou com o Uruguai o “Protocolo de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio para a Interconexão Elétrica”, que define que devem ser realizados, sob coordenação da Eletrobras e da UTE: (i) estudos para a interconexão dos sistemas elétricos; (ii) análises dos aspectos operacionais, prevendo possíveis relacionamentos entre empresas, órgãos de coordenação e órgãos regulatórios; (iii) e análises das formas de comercialização e marcos jurídicos de referência para as relações comerciais nos intercâmbios de energia elétrica.

Em 1996, Brasil e Argentina assinaram o “Protocolo de Intenções sobre Cooperação e Interconexão Energéticas”. O documento enfatiza a promoção da participação da iniciativa privada no projeto da hidroelétrica de Garabi e nos intercâmbios por interligações não associadas a centrais binacionais de geração.

Pelo documento, os governos comprometem-se a apoiar as atividades empresariais para a implantação de interconexões elétricas, concedendo as autorizações necessárias e comprometem-se a estabelecer as condições para que as negociações sobre os intercâmbios ocorram livremente entre a iniciativa privada dos dois países. Além disso, comprometem-se a apresentar as recomendações jurídicas, técnicas, operativas e comerciais para viabilizar o projeto de Garabi, mediante sua outorga em concessão, para construção, manutenção e operação a capitais privados de risco.

Nesse mesmo ano é promulgada no Brasil a Portaria DNAEE²⁸ N° 234, que autoriza a interconexão dos sistemas elétricos do Brasil e do Uruguai e a exportação de energia elétrica para o Uruguai, regulamentados pelo Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Interconexão e Intercâmbio de Energia Elétrica, assinado em 1968 entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a UTE e que não está disponível.

No ano seguinte, Brasil e Argentina assinaram o “Memorando de Entendimento Sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração Elétrica” (1997), que, assim como o Protocolo assinado por eles no ano anterior, reafirma o papel da iniciativa privada nos projetos de intercâmbios de energia elétrica.

O documento estabelece que sejam criadas ou mantidas as condições para que esses intercâmbios possam se concretizar baseados na livre negociação entre as empresas dos dois países. Além disso, estabelece que seja assegurado o caráter competitivo nos mercados nacionais de geração, o livre acesso às instalações de transmissão e distribuição e que seja permitido aos distribuidores, comercializadores e grandes consumidores a contratação livre da energia elétrica, tanto no mercado nacional, como fora do país. Também versa sobre o despacho de cargas, estabelecendo que os mesmos considerem a oferta de energia excedente nas interligações internacionais e que sejam realizados os estudos necessários para permitir a operação conjunta dos sistemas dos dois países.

Também em 1997, o Brasil assinou com o Uruguai o “Memorando de Entendimento sobre Interconexão em Extra-Alta Tensão entre os Sistemas Elétricos dos dois Países”, que define que serão levados a diante os estudos de viabilidade da interconexão em extra-alta tensão entre os dois países e que a concretização das obras será levada à iniciativa privada. Também assinaram o “Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração”, pelo qual acordam, basicamente, em assegurar as condições de competição em seus mercados de geração de energia elétrica, o livre acesso às instalações de transmissão e distribuição e a livre negociação de compra e venda de energia elétrica.

Em 1997, foi promulgada no Brasil a Portaria Interministerial MME/MRE N° 002, que dispõe sobre a criação de um Grupo de Trabalho para a realização de estudos sobre novas interligações elétricas entre o Brasil e o Uruguai.

²⁸ DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, foi substituído pela ANEEL com a criação da agência em 1997.

No mesmo ano, também foi promulgada a Resolução ANEEL N° 031, que autorizou o Consórcio Enron de Energia Mercosul a importar energia elétrica da Argentina, mediante a construção de um sistema de transmissão, para comercializar esta energia no Brasil com a Eletrosul e com Furnas. Esta Resolução foi revogada no ano seguinte pelas Resoluções ANEEL N° 129 e N° 130, já que a Enron renunciou a operação.

Em 1998, foram promulgados alguns instrumentos que estabeleceram novas regras para o funcionamento do setor elétrico brasileiro, em decorrência da reestruturação pela qual passava o marco regulatório do setor na década de 1990.

Conforme visto anteriormente no Item 5.1, foram liberalizadas as atividades de geração e comercialização de energia elétrica, sendo estimulada a competição nesses segmentos. Os segmentos de transmissão e distribuição, caracterizados como monopólios naturais, permaneceram regulados, mas com garantia de livre acesso aos demais agentes do setor.

Essas definições, encontradas na Lei 9.648/1998, que foi regulamentada pelo Decreto 2.655/1998, também incluíram as operações de exportação e importação de energia elétrica, que possuem caráter competitivo e cujos agentes envolvidos possuem livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, mediante pagamento da utilização desses sistemas.

Decreto 2.655/1998 – Art. 2º – As atividades de geração e de comercialização de energia elétrica, inclusive sua importação e exportação, deverão ser exercidas em caráter competitivo, assegurado aos agentes econômicos interessados livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, mediante o pagamento dos encargos correspondentes e nas condições gerais estabelecidas pela ANEEL.

A Lei 9.648/1998 (alterando a Lei 9.427/1996) e o Decreto 2.655/1998 também definem que, ainda que sejam realizadas em bases livres, as atividades de comercialização de energia elétrica no país dependem de autorização da ANEEL, incluindo as atividades de importação e exportação de energia elétrica, bem como suas instalações de transmissão associadas²⁹.

²⁹ Atualmente, as instalações de transmissão de energia elétrica destinadas às interligações internacionais e conectadas à rede básica são objeto de concessão de serviço público de transmissão, mediante licitação por concorrência ou leilão, devendo ser precedidas de Tratado Internacional (§6º do Art. 17 da Lei 9.074/1995, incluído pela Lei 12.111/2009).

Esses dois instrumentos também criaram a figura do ONS para operar o despacho de cargas no sistema interligado do país. Dentre as atribuições da nova instituição, foi incluída a supervisão e o controle da operação das interligações internacionais.

Ainda em 1998, foi promulgada a Resolução ANEEL N° 129, que revogou a Resolução que dava autorização ao Consórcio Enron de Energia Mercosul e autorizou a CIEN a importar 1.000 MW de potência firme e respectiva energia elétrica associada, proveniente do “*Mercado Eléctrico Mayorista – MEM*” da Argentina e a construir o sistema de transmissão associado, para comercializar essa energia no Brasil com a COPEL e com a CELESC.

A autorização foi concedida por um período de 21 anos e dez meses, não prorrogáveis, sendo 22 meses para a implantação do sistema de transmissão, contados da celebração de contratos de venda de energia com a COPEL e com a CELESC e de vinte anos para importar e comercializar os 1.000 MW de potência firme e energia associada por meio do sistema de transmissão associado, contados da entrada em operação comercial do referido sistema. Ao término do prazo os bens e instalações do sistema de transmissão são revertidos à União. Vale mencionar que também ficou estabelecido que a comercialização da energia elétrica importada com terceiros depende de prévia autorização da ANEEL.

No mesmo ano, a Resolução ANEEL N° 130, que também revogou a Resolução que dava autorização ao Consórcio Enron de Energia Mercosul, autorizou a CIEN a importar outros 1.000 MW de potência firme e respectiva energia elétrica associada, proveniente do “*Mercado Eléctrico Mayorista – MEM*” da Argentina e a construir o sistema de transmissão associado, para comercializar essa energia no Brasil com a Gerasul (300 MW) e com Furnas (700 MW), nos mesmos prazos e condições que foram estabelecidos na Resolução N° 129.

Os contratos entre a CIEN e a Gerasul e entre a CIEN e Furnas tiveram estipulados os preços de R\$ 9,56/kW (potência) e de R\$ 16,91/MWh (energia associada) e foram homologados pela ANEEL por meio da Resolução ANEEL N° 192³⁰.

Ainda em 1998, a ANEEL autorizou a CIEN a realizar os estudos geológicos e topográficos para a elaboração do projeto de linha de transmissão para a interligação entre Brasil e Argentina, em municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Resolução ANEEL N° 259).

³⁰ Informações sobre os preços constam no Relatório da Resolução ANEEL N° 130 de 1998.

Logo depois, aprovou os projetos básicos da interligação entre Brasil e Argentina, apresentados pela CIEN, que incluíam as seguintes obras, que deveriam estar prontas até 11/03/2000 (Despacho ANEEL Nº 63):

- Trecho de linha de transmissão entre a divisa Brasil-Argentina e a subestação conversora de frequência de Garabi;
- Subestação conversora de frequência de Garabi, no município de Garruchos, Rio Grande do Sul;
- Linha de transmissão entre a subestação conversora de Garabi e a subestação de Itá, no município de Itá, Santa Catarina;
- Ampliação do vão de entrada na subestação de Itá.

Assim, em 1998, resumidamente, foi concedida à CIEN autorização para construir interligações com o sistema argentino e posteriormente importar um total de 2.000 MW de potência firme e energia elétrica associada para ser comercializada no Brasil com a COPEL, com a CELESC, com a GERAUL e com FURNAS por um período de 20 anos.

Por fim, em 1998, por meio da Resolução ANEEL Nº 240, foi concedida uma nova autorização para a COPEL para a importação de até 50 MW de potência firme e energia elétrica associada do Paraguai, mediante intercâmbio com a ANDE, por meio da interligação de Acaray, para a comercialização no mercado brasileiro em sua área de concessão.

A autorização foi concedida considerando o aditamento do contrato assinado entre as duas empresas, prorrogando sua validade para até o fim do ano de 2004. No ano seguinte, em 1999, foi retomada a operação comercial por meio da interligação, que estava interrompida desde o ano de 1981.

Vale mencionar que na década de 1990, Brasil e Paraguai também assinaram outro documento referente à Itaipu, o “Acordo, por Troca de Notas Reversais, Prorrogando a Vigência do Anexo "A", do Tratado de Itaipu” (1993).

Tabela 9 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Década de 1990

Ano	Acontecimento
Vários	Entendimentos entre o Brasil e o Uruguai e entre o Brasil e a Argentina sobre o desenvolvimento de intercâmbios de energia elétrica.
1994	É inaugurada a estação conversora de frequência de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul e uma linha de transmissão que a conecta à Paso de los Libres, na Argentina.
1996	É autorizada a interconexão dos sistemas elétricos do Brasil e do Uruguai e a exportação de energia elétrica para o Uruguai, por meio da Portaria DNAEE N° 234.
1998	Promulgação da Lei 9.648 e do Decreto 2.655, alterando ao funcionamento do setor elétrico brasileiro. É definido o caráter competitivo das operações de exportação e importação de energia elétrica, cujos agentes possuem livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição. É definido que, ainda que sejam realizadas em bases livres, essas operações dependem de autorização da ANEEL.
1998	É autorizada à CIEN a importar da Argentina 2.200 MW de potência firme e energia elétrica associada e a construir o sistema de transmissão associado para comercializar a energia no Brasil com a COPEL, CELESC, GERASUL e FURNAS.
1999	É retomada a operação comercial da interligação de Acaray, entre Brasil e Paraguai, que estava interrompida, após ser concedida autorização à COPEL para a importação de até 50 MW de potência firme e energia elétrica associada do Paraguai, mediante intercâmbio com a ANDE, para a comercialização no mercado brasileiro em sua área de concessão.

Fonte: Elaboração própria.

5.2.3. OS INSTRUMENTOS PROMULGADOS ENTRE OS ANOS 2000 E 2003

No início dos anos 2000, o setor elétrico brasileiro enfrentou uma grave crise de abastecimento, conhecida como a crise do “apagão”, que levou o país ao racionamento de energia elétrica.

Nesse período, também foi inaugurada outra interligação com a Argentina, com a instalação das estações conversoras de frequência Garabi I (2000) e Garabi II (2002) e uma interligação com o Uruguai, com a instalação da estação conversora de frequência de Rivera (2001).

Com a inauguração das interligações e em função da crise interna de desabastecimento, os fluxos de importação de energia elétrica proveniente desses dois países foram expressivos, conforme apresentado no item 3.3. Essas situações se refletiram nos instrumentos normativos promulgados no período, como se apresenta a seguir.

O primeiro instrumento promulgado no período foi a Resolução ANEEL N° 015, no ano 2000, que autorizou a Eletrobras a importar energia elétrica do Uruguai através da Estação Conversora de Frequência de Rivera, em território uruguaio, responsabilizando-a pela implantação e operação das instalações em território brasileiro para comercializar a energia. Esta Resolução foi atualizada mais tarde pela Resolução ANEEL N° 043, de 2001.

Poucos meses depois, por solicitação da Eletrobras, a Resolução ANEEL N° 153 concedeu delegação de responsabilidade à Eletrosul para implantar, operar e manter as instalações em território brasileiro para a importação de energia elétrica do Uruguai, através da Estação Conversora de Frequência de Rivera de que tratou a autorização concedida pela ANEEL através da Resolução N° 015.

As instalações compreendiam: (i) a linha de transmissão “Livramento 2 – Rivera” e (ii) a ampliação da subestação Livramento 2. De acordo com o documento, os gastos da Eletrosul com essas atividades deveriam ser ressarcidos pela Eletrobras e uma parcela da receita proveniente dessas atividades deveria contribuir para a modicidade da tarifa de transmissão da Eletrosul.

Também no ano 2000, a Resolução ANEEL N° 280 autorizou a empresa Tradener, transportadora e agente comercializador, a importar da Argentina 3.000 MW de potência firme e energia elétrica associada, responsabilizando-a pela implantação e operação das instalações de transmissão para posterior comercialização da energia no mercado brasileiro. No entanto, a Resolução foi revogada em 2002 pela Resolução ANEEL N° 303.

Ainda no mesmo ano, foi inaugurada a interligação Garabi I, entre Brasil e Argentina, de propriedade da CIEN. A ANEEL também concedeu nova aprovação ao projeto básico da interligação Garabi II (Despacho ANEEL N° 448), apresentado pela CIEN, prorrogando o prazo para a conclusão das obras até abril de 2002 (pelo Despacho ANEEL N° 63/1998, o prazo para a conclusão dessas instalações era até março de 2000).

Também foi declarada de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa em favor da CIEN, a área de terra necessária à passagem da linha de transmissão entre a fronteira Brasil-Argentina e a Estação Conversora Garabi II e da linha de transmissão Garabi – Itá (Resolução ANEEL N° 481).

Em 2001, a Resolução CNPE N° 1 criou um Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre a política nacional referente aos projetos de integração energética, importações de gás natural e de energia elétrica.

De acordo com a resolução, esses estudos deveriam ser norteados, dentre outras, pelas seguintes premissas: (i) a necessidade de se formular uma política para conduzir a integração energética com países vizinhos; (ii) a conceituação de "corredores energéticos", para importação e exportação de energia elétrica e gás natural; (iii) a possibilidade de criação de "pólos energéticos" em regiões de fronteira; (iii) a necessidade de se estabelecer "protocolos de intercâmbio", relacionados aos aspectos de segurança do suprimento e ao cumprimento dos contratos de intercâmbio em condições de racionamento; (v) e a análise de eventuais assimetrias regulatórias nos países envolvidos nos corredores energéticos.

Também no ano de 2001, por meio da Resolução ANEEL N° 043, foi dada nova autorização à Eletrobras, desta vez não somente para a importação, mas também para a exportação de energia elétrica ao Uruguai, por meio da interligação de Rivera, atualizando assim a Resolução ANEEL N° 015, do ano 2000, que já autorizava a importação. A autorização também foi concedida pelo prazo de vinte anos prorrogáveis.

Ainda em 2001, a Resolução ANEEL N° 266 autorizou a Eletrobras a importar e exportar energia elétrica para a Argentina, por meio da interligação de Uruguaiana, sendo a energia importada destinada à comercialização no mercado brasileiro.

Como as instalações da interligação de Uruguaiana são de propriedade da Eletrosul, ela continuou como responsável por sua operação e manutenção, devendo submeter à ANEEL o contrato de prestação de serviços e cessão de uso dos bens vinculados ao intercâmbio. Por outro lado, cabe à Eletrobras celebrar os contratos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, assim como os de conexão, com as concessionárias de transmissão ou de distribuição que forem necessárias. A autorização foi concedida pelo prazo de vinte anos prorrogáveis.

Vale ressaltar que a promulgação desse instrumento é realizada a partir de algumas considerações, que constam em seu texto e que revelam a conjuntura do setor elétrico brasileiro à época, em meio à crise de desabastecimento. São mencionadas, por exemplo, a política nacional de incentivo à oferta de energia para garantir o abastecimento do país e a busca por investimentos do setor privado em novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica. É interessante notar essas menções, já que, logo depois, a conjuntura seria alterada e o Brasil passaria a ser exportador de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai.

Ainda em 2001, a Resolução ANEEL Nº 273 autorizou a CIEN a importar da Argentina, por meio da interligação de Garabi, até 100 MW de potência e energia elétrica associada em caráter adicional ao volume já autorizado pela Resolução ANEEL Nº 130, do ano de 1998.

A importação adicional de energia caracterizada como interruptível, seria para comercialização no mercado brasileiro, após ser dada preferência de compra por Furnas e pela Gerasul.

No mesmo ano, a Resolução ANEEL Nº 443 autorizou a CIEN a exportar energia elétrica para a Argentina, em caráter excepcional, temporário, interruptível e de acordo aos montantes estabelecidos pelo ONS, por meio da interligação de Garabi, considerando a disponibilidade daquele momento de excedentes de energia elétrica na Região Sul do Brasil e de já estar sendo utilizada a capacidade máxima de transferência de energia dessa região para a Região Sudeste do País.

Nessa ocasião, a exportação de energia elétrica para a Argentina já seria para auxiliar esse país a reduzir as possíveis consequências negativas frente ao risco de desabastecimento de seu mercado interno.

Ainda nesse mesmo ano, por meio da Resolução ANEEL Nº 101, foi dada autorização à empresa EDS (Energia do Sul Ltda) para importar da Argentina 1.200 MW de potência e energia elétrica associada, responsabilizando-a pela implantação e operação das instalações associadas para posterior comercialização da energia no mercado brasileiro. No entanto, esta resolução foi revogada em 2002 pela Resolução ANEEL Nº 253.

Em 2002, Brasil e Argentina assinaram o "Acordo, por troca de Notas, para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética", que criou a comissão que consta em seu título para conduzir todos os assuntos da agenda bilateral do setor de energia.

A Comissão é co-presidida pelo Ministro de Economia da Argentina e pelo Ministro de Minas e Energia do Brasil. Ela possui um Comitê Executivo, que é responsável por manter um cronograma de trabalho, que inicialmente incluiu os seguintes temas: (i) mercado; (ii) operação do sistema; (iii) regulamentação; (iv) financiamento; (v) compatibilização dos tratamentos dados ao tema energético nos dois países à luz de seus respectivos marcos regulatórios; (vi) projetos bilaterais; (vii) outros.

Também em 2002, a Resolução CNPE Nº 3, considerando os resultados apresentados pelo grupo de trabalho criado no ano anterior para realizar estudos sobre a integração energética, criou um comitê técnico no âmbito do CNPE, denominado "Relações com Países Vizinhos na

Área de Energia”, para propor políticas para nortear as negociações com países vizinhos na área energética.

Em 2002, a Resolução ANEEL N° 117 alterou alguns dispositivos da Resolução ANEEL N° 129, de 1998, que havia autorizado a CIEN a importar energia elétrica da Argentina para comercializá-la no Brasil com a COPEL e com a CELESC.

A nova resolução estabelece que a CIEN está autorizada a importar 1.100 MW de potência e energia associada da Argentina, dos quais 800 MW destinam-se à comercialização com a COPEL e 300 MW destinam-se à comercialização com os agentes do MAE, consumidores finais livres e no mercado de curto prazo. Ou seja, a comercialização de parte da energia que anteriormente seria destinada à CELESC agora será destinada a outros agentes.

Além disso, a resolução estabelece que a importação ocorra em duas etapas: (i) 550 MW até 1° de maio de 2002; (ii) 550 MW até 1° de agosto de 2002. Em 1998, previa-se a conclusão das obras da interligação em março do ano 2000 (Despacho ANEEL N° 63). Já no ano 2000 a conclusão das obras foi postergada para abril de 2002 (Despacho ANEEL N° 448). Já em 2002, após a apresentação de justificativas pela CIEN para o atraso no cronograma, devido aos procedimentos de internalização de equipamentos estrangeiros para a implantação do sistema de transmissão, foram estabelecidas essas duas etapas para o início da importação, prorrogando mais um pouco o prazo. A interligação Garabi II foi finalmente inaugurada no ano de 2002.

Também em 2002, a Resolução ANEEL N° 227 autorizou a empresa de geração Tractebel Energia S.A. (antiga Gerasul, com quem a CIEN havia firmado contrato para comercializar a energia elétrica proveniente da Argentina e que foi privatizada em 1998) a exportar para a Argentina energia elétrica interruptível, considerando os entendimentos firmados entre Brasil e Argentina no sentido de mútua assistência em caso de emergência nos sistemas elétricos e de acordo com os montantes estabelecidos pelo ONS, em função da disponibilidade energética excedente existente na Região Sul do Brasil.

Conforme colocado na resolução, a empresa Tractebel Energia S.A. teria o direito de uso do sistema de interligação Garabi I, conforme estabelecido no contrato de compra de 300 MW de potência firme e energia associada que celebrou com a CIEN no ano de 1998 (homologado pela ANEEL por meio da Resolução N° 192, de 22/6/1998). No entanto, a exportação somente poderia ocorrer quando o sistema não estiver sendo utilizado para a importação de energia elétrica nos montantes autorizados à CIEN pelas Resoluções N° 130 e N° 273.

Tabela 10 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2000 a 2003

Ano	Acontecimento
2000	É inaugurada a estação conversora de frequência Garabi I, no estado do Rio Grande do Sul, conectada ao sistema argentino pela linha de transmissão “Garabi – Rincón Santa Maria” e à rede básica brasileira por uma linha de transmissão até a subestação de Santo Ângelo, no mesmo estado.
2000	Foi concedida autorização à Eletrobras para importar energia elétrica do Uruguai, por meio de uma interconexão que seria ainda implantada entre os dois países.
2000	Foi concedida autorização à Eletrosul para implantar, operar e manter as instalações em território brasileiro para a interconexão com o Uruguai.
2001	É inaugurada a interligação entre Brasil e Uruguai, que conecta a estação conversora de frequência de Rivera, no Uruguai, à subestação Livramento 2, no estado do Rio Grande do Sul.
2001	Foi concedida autorização à Eletrobras para também exportar energia elétrica ao Uruguai, por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera.
2001	Foi concedida autorização à Eletrobras para importar e exportar energia elétrica com a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Uruguiaiana, de propriedade da Eletrosul
2001	Foi concedida autorização à CIEN para exportar energia elétrica para a Argentina, em caráter excepcional, temporário, interruptível, por meio da interligação de Garabi, considerando a disponibilidade de excedentes de energia elétrica na Região Sul do Brasil.
2002	Foi concedida autorização à Tractebel para exportar energia elétrica interruptível para a Argentina, por meio da interligação de Garabi I.
2002	É inaugurada a estação conversora de frequência Garabi II, no estado do Rio Grande do Sul, conectada ao sistema argentino pela linha de transmissão “Garabi – Rincón Santa Maria” e à rede básica brasileira por uma linha de transmissão até a subestação de Itá, no estado de Santa Catarina.

Fonte: Elaboração própria.

5.2.4. OS INSTRUMENTOS PROMULGADOS ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2011

A situação de desabastecimento de energia elétrica no país em 2001 colocou em xeque o modelo implantado no setor elétrico na década de 1990 e abriu caminho para uma nova reestruturação em sua orientação, o que incorreu na promulgação de novos instrumentos no âmbito do seu marco regulatório.

A principal norma promulgada foi a Lei 10.848 de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.163/2004 e conhecida como sendo aquela que implantou um novo modelo para o setor

elétrico brasileiro, dispondo sobre as novas diretrizes para a comercialização de energia elétrica no país.

A partir desses instrumentos, foram implantados dois ambientes para a contratação de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o Ambiente de Contratação Regulado (ACR), neste último sendo firmados os contratos referentes à maior parte da energia comercializada no país.

No entanto, isso não alterou as contratações referentes à importação e exportação de energia elétrica, que permaneceram sendo realizadas de maneira livre e regidas por contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica, ambiente agora chamado de ACL.

Com a Lei 10.848/2004, também foi extinto o MAE e criada a CCEE, onde passaram a ser firmados os contratos de compra e venda de energia elétrica, tanto do mercado regulado como do mercado livre e a ser realizadas as liquidações desses contratos.

Assim, os contratos firmados relativos aos intercâmbios internacionais de energia elétrica migraram do antigo MAE para a recém criada CCEE, onde os agentes de importação e exportação, classificados como comercializadores, tem participação obrigatória quando possuem autorização para a importação ou exportação de volume igual ou superior a 50 MW (Decreto 5.177/2004).

Além disso, as novas normas do setor elétrico brasileiro fazem referência às interligações internacionais ou aos intercâmbios a elas associados estabelecendo:

- Que as interligações internacionais sejam consideradas no cálculo do preço de liquidação das diferenças (PLD) no mercado de curto prazo (mercado “*spot*”), calculado pela CCEE (Decreto 5.163/2004);
- Que o regulamento da atividade de comercialização de energia elétrica, a ser instituído posteriormente, disponha sobre as regras e procedimentos para os intercâmbios internacionais e sobre os limites de contratação relativos à importação de energia elétrica (Lei 10.848/2004 - Art. 1º);
- Que seja mantida a necessidade de autorização da ANEEL para as operações de importação de energia elétrica, incluindo os sistemas de transmissão associados, que devem oferecer livre acesso aos demais agentes, conforme já estabelecido pela legislação anterior (Lei 9.648/1998 e Decreto 2.655/1998) (Decreto 5.163/2004 – Art. 60).

No ano de 2004 também ocorreu outra mudança relevante. Tanto a Argentina como o Uruguai passaram a importar energia elétrica do Brasil para minimizar os problemas que enfrentavam no abastecimento de suas demandas nacionais³¹. Assim, o Brasil passou da posição de importador para a posição de exportador de energia elétrica para esses países.

Por conta dessa situação, foi promulgada em 2004 a Resolução 0434 da Secretaria de Energia da Argentina, que, apesar de não ser um instrumento bilateral, foi considerado de importante análise, pois definiu os parâmetros de como seria realizada a exportação de energia elétrica brasileira para esse país.

Por meio da Resolução, o Estado Argentino instruiu a CAMMESA a adquirir energia elétrica do Brasil através da realização de uma licitação, cujos prazos e diretrizes foram definidos pela própria resolução (Anexo I e Anexo II).

De acordo com o documento, a importação argentina de energia elétrica proveniente do Brasil deveria seguir as seguintes diretrizes:

- A importação deveria ser realizada entre 1º de junho e 30 de novembro de 2004;
- Deveria ser realizado um processo de licitação, após o qual as empresas ganhadoras, brasileiras ou argentina, assinariam Acordos de Suprimento de energia elétrica com a CAMMESA, que seria a compradora dessa energia;
- Os volumes máximos de energia elétrica a serem ofertados seriam: até 500 MWh de origem hidráulica e até 500 MWh de origem térmica, somando as duas modalidades 1.000 MWh;
- A avaliação das ofertas recebidas seria realizada de modo independente para cada modalidade (hidráulica e térmica), sendo utilizado o critério de ordem crescente dos preços de oferta hidráulica e preços de oferta térmica até totalizar o volume máximo de energia estabelecido para cada modalidade;
- A energia deveria ser entregue no nodo de fronteira, não havendo, por tanto, operação comercial do ofertante da energia no mercado argentino. A comercialização dessa energia é realizada pela própria CAMMESA;

³¹ Antes de 2004 já haviam sido realizadas exportações de energia elétrica brasileira para esses países por meio das interligações já existentes, no entanto, como pode ser observado nos dados apresentados no Capítulo 3.3, os montantes exportados foram irrisórios quando comparados com aqueles iniciados em 2004.

- O fornecimento de energia proveniente do Brasil teria caráter interruptível, ou seja, poderia ser interrompido caso afete a segurança do sistema interligado brasileiro;
- O ONS informaria a CAMMESA semanalmente os volumes de energia elétrica interruptível que estariam disponíveis para a semana seguinte e por cada modalidade (hidráulica ou térmica);
- O faturamento seria realizado mensalmente correspondendo a energia de fato entregue no nodo de fronteira e a liquidação realizada em dólares americanos;
- Os procedimentos para a programação da operação, para o despacho de cargas e para o cálculo de preços seriam aqueles estabelecidos pela Resolução Nº 61 da Secretaria de Energia Elétrica, de 29 de abril de 1992, bem como pelos documentos que a complementam e modificam.

É interessante notar que a Resolução 0434 menciona que o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Intercâmbios de Energia Elétrica, criado no âmbito da Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética, definiu, no mesmo ano de 2004, que seria implantado em breve um mecanismo baseado em processos de licitação para ofertar energia elétrica brasileira no mercado argentino, em substituição ao mecanismo de intercâmbios com compensação posterior, mecanismo esse que continua vigente até os dias atuais.

No entanto, apesar de expressar a intenção dos governos em desenvolver os mecanismos de intercâmbios de energia elétrica entre os dois países, o documento também menciona o caráter excepcional dessa importação realizada pela Argentina. Ou seja, o documento ora menciona elementos que indicam a intenção de se desenvolver os intercâmbios, ora menciona que os mesmos se dão em caráter excepcional, o que aparentemente seria uma contradição.

A CAMMESA promoveu a licitação em 21/5/2004 para adquirir energia elétrica proveniente do Brasil entre os meses de junho e agosto de 2004. A empresa vencedora foi a Tractebel, com a oferta de preços de U\$ 9,39 por MWh de origem hidráulica e U\$ 10,39 por MWh de origem térmica³².

Em junho de 2004, a empresa recebeu autorização da ANEEL (Resolução Autorizativa Nº 261) para realizar a exportação à Argentina, em caráter excepcional, temporário e

³² Informações sobre esse processo constam em seu Relatório, vinculado à Resolução ANEEL Nº 261 de 2004.

interruptível, pela interligação de Garabi II, limitada a 500 MW/h e até o dia 31 de agosto de 2004.

Em agosto de 2004, a CAMMESA promoveu uma nova licitação para adquirir energia elétrica proveniente do Brasil entre os meses de setembro e novembro de 2004. A empresa vencedora foi a CHESF.

Em setembro de 2004, a empresa recebeu autorização da ANEEL (Resolução Autorizativa Nº 330³³), para exportar energia elétrica para a Argentina, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Garabi II, limitada a potência de 350 MW e a ser realizada entre o 1º de setembro e 30 de novembro de 2004.

De modo semelhante ao que foi realizado pela CAMMESA, a UTE também realizou em maio de 2004 uma licitação para a compra de energia elétrica proveniente do Brasil. A empresa vencedora foi a Enertrade Comercializadora de Energia S.A., que receberia pelos serviços prestados R\$ 0,44 por MWh.

Em junho de 2004, a empresa recebeu autorização da ANEEL (Resolução Autorizativa Nº 260³⁴) para exportar energia elétrica ao Uruguai, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera, até o dia 30 de novembro de 2004.

Em dezembro de 2004, a UTE realizou outra licitação para a compra de energia elétrica brasileira para suprimento durante o ano de 2005. A empresa Enertrade saiu novamente vencedora.

Em janeiro de 2005, a empresa recebeu autorização da ANEEL (Resolução Autorizativa Nº 008³⁵) para exportar energia elétrica ao Uruguai, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera, por todo o ano de 2005.

Também em janeiro de 2005, a UTE promoveu uma nova licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante os meses de janeiro e fevereiro, que seria entregue através da interligação de Garabi, após entendimentos realizados também com o governo argentino.

A empresa vencedora foi a Tractebel, que no mesmo mês recebeu autorização (Resolução Autorizativa ANEEL Nº 026³⁶) para exportar ao Uruguai até 500 MW de potência e

³³ Informações sobre esse processo também constam em seu Relatório, vinculado à Resolução.

³⁴ Informações sobre esse processo também constam em seu Relatório, vinculado à Resolução.

³⁵ Informações sobre esse processo também constam em seu Relatório, vinculado à Resolução.

³⁶ Informações sobre esse processo também constam em seu Relatório, vinculado à Resolução.

respectiva energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível, durante os meses de janeiro e fevereiro, através da interligação Garabi II.

Em março de 2005, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL N° 091, também foi concedida uma nova autorização à COPEL para importar e exportar energia elétrica mediante intercâmbio com a ANDE, por meio da interligação de Acaray.

A nova autorização se deveu ao fato de que em 2002 ocorreu um processo de transferência de direitos e obrigações da COPEL para a COPEL Geração S.A., que passou, por meio desta resolução, a ser a autorizada a realizar os intercâmbios de energia elétrica com a ANDE, por meio da interligação de Acaray.

Em novembro de 2005, a UTE promoveu uma nova licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante o ano de 2006. A empresa vencedora foi a Tradener, que, em dezembro, recebeu autorização (Resolução Autorizativa ANEEL N° 379³⁷) para exportar energia elétrica ao Uruguai, em caráter excepcional, temporário e interruptível, durante o ano de 2006, através da interligação de Rivera.

No ano de 2005 também houve a assinatura de alguns atos internacionais. Em novembro, o Brasil e a Argentina assinaram a “Declaração por ocasião da Celebração do Vigésimo Aniversário da Assinatura dos Acordos de Iguaçu”.

Por meio do documento, os governos reiteraram seu interesse na condução do projeto da hidroelétrica de Garabi, mediante a participação da iniciativa privada e manifestaram a intenção de criar condições para que até o final de 2008 fossem redimensionados os montantes dos intercâmbios de energia elétrica por meio das interligações entre seus países.

Em dezembro de 2005, os dois países assinaram o “Acordo de Entendimento em matéria energética para o período transitório”, dispondo sobre os intercâmbios de energia elétrica no chamado “período transitório”, que compreendia o período entre a assinatura do acordo e o final do ano de 2008, quando deveriam ser restabelecidas as condições normais de suprimento entre eles, o que não ocorreu até os dias atuais (ANEEL, 2007).

³⁷ Conforme Relatório do processo, vinculado à Resolução, participaram da licitação promovida pela UTE as seguintes empresas: Enertrade, Furnas, Tractebel, Tradenergy, CESP, União Comercializadora de Energia Elétrica, Tradener e Ecom Energia.

Não obstante, Brasil e Uruguai assinaram no mês de abril um “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração”, que cria a comissão que consta em seu título.

Em 2006, no mês de fevereiro, a UTE promoveu uma licitação para adquirir energia elétrica do Brasil por meio da interligação Garabi II. A empresa vencedora foi a Tradener, que, em março e abril, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL N° 481 e N° 518³⁸, recebeu autorização para exportar até 700 MW de potência e respectiva energia elétrica associada ao Uruguai, em caráter excepcional, temporário e interruptível, até 30 de abril de 2006, através da interligação Garabi II entre Brasil e Argentina.

A empresa foi autorizada a exportar a energia de origem hidrelétrica, exclusivamente em caso de existência de energia vertida turbinável nos reservatórios do sistema brasileiro e, complementarmente, energia de origem termelétrica não utilizada no atendimento ao mercado interno brasileiro.

Em dezembro de 2006, a UTE promoveu outra licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante o ano de 2007 e a empresa vencedora foi a Tradener.

Em janeiro de 2007, a empresa recebeu autorização da ANEEL (Resolução Autorizativa N° 785³⁹) para exportar energia elétrica ao Uruguai durante o ano de 2007, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera.

No mês de agosto de 2007, a CIEN foi autorizada (Resolução Autorizativa ANEEL N° 1.006⁴⁰) a exportar energia elétrica para a Argentina, em caráter excepcional, temporário e interruptível até 30 de setembro de 2007, pela interligação de Uruguiana, em montante limitado a 50 MW e pela interligação de Garabi II, em montante limitado a 1.000 MW, atualizando a autorização já concedida à CIEN em 2001 (Resolução ANEEL N° 443) para exportar energia elétrica por Garabi.

Essa resolução veio após a assinatura de acordos de fornecimento de energia entre a CIEN e a CAMMESA referente ao suprimento pela interligação Garabi II (5/5/2007 e 13/7/2007) e pela

³⁸ Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução. Conforme o Relatório, participaram da licitação promovida pela UTE as seguintes empresas: Enertrade, Furnas, Delta, Tradenergy, Tradener e Ecom Energia.

³⁹ Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução. Conforme o Relatório, participaram da licitação promovida pela UTE as seguintes empresas: Tradener, Delta, Coomex, NC Energia e Furnas.

⁴⁰ Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução.

interligação Uruguaiana (13/07/2007). Pela resolução, o suprimento deve prever a combinação de energia termoeleétrica, com origem nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e não utilizada no atendimento ao mercado interno e, complementarmente, energia hidrelétrica, exclusivamente em caso de existência de energia vertida turbinável nos reservatórios da Região Sul do Brasil.

Em novembro de 2007, a UTE promoveu uma licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante o ano de 2008. A empresa vencedora foi a Tradener, que no mês de dezembro recebeu autorização da ANEEL (Resolução Autorizativa Nº 1.133) para exportar energia elétrica ao Uruguai durante o ano de 2008, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera.

No ano de 2007 também houve a assinatura de alguns atos internacionais. Brasil e Argentina assinaram o “Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, Rio Pepiriguaçu”, pelo qual reafirmaram seu interesse em dar continuidade ao projeto de Garabi. Para tal, instituíram uma Comissão Técnica Mista para supervisionar as atividades que serão realizadas pela Eletrobras e pela EBISA no âmbito do Tratado.

Brasil e Uruguai assinaram o “Termo Aditivo ao Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração”, pelo qual definem a cooperação no sentido de aprimorar a eficiência energética no Brasil e no Uruguai.

Também nesse mesmo ano, o Ministério de Indústria, Energia e Minas do Uruguai promulgou a “Autorização à UTE a constituir uma sociedade anônima com a ‘Corporação Nacional para o Desenvolvimento’ para construir e gerenciar a estação conversora de frequência na região da cidade de Melo que será conectada à estação de Candiota, no Brasil”.

Além disso, em 2007, o Decreto Nº 6.051 deu execução ao 64º Protocolo do Acordo de Complementação Econômica Nº 2 (ACE-2), assinado entre o Brasil e o Uruguai no âmbito da ALADI. Por meio desse protocolo é incorporado ao ACE-2 o “Acordo-Quadro de Interconexão Energética entre o Brasil e o Uruguai” assinado em 2006.

Esse acordo criou uma Comissão de Interconexão Energética entre os dois países e indicou as modalidades de intercâmbio que poderiam ser adotadas para dinamizar a integração energética, dentre as quais: (i) contratação de potência firme com energia associada; (ii)

contratação de abastecimento firme de energia; (iii) intercâmbios interruptíveis de otimização; e (iv) intercâmbios interruptíveis de emergência.

No ano de 2008, em abril, a Resolução CNPE N° 3 estabeleceu as diretrizes para que o Brasil e a Argentina assinassem um Acordo Complementar ao acordo que já haviam assinado em 2005, estabelecendo o suprimento de energia elétrica à Argentina, no período que foi chamado de “transitório”, que se encerraria no fim de 2008.

O acordo complementar deveria ser celebrado para possibilitar o suprimento excepcional de energia elétrica interruptível à Argentina durante o período de maio a agosto de 2008, após solicitação do governo argentino.

A energia elétrica enviada à Argentina poderia ser: (i) de origem térmica, desde que essa energia não fosse necessária no atendimento do sistema interligado brasileiro; (ii) de origem hidráulica, desde que fosse gerada no caso da existência de energia vertida turbinável; e (iii) excepcionalmente, proveniente do sistema interligado brasileiro, em montantes definidos pelo CMSE, desde que exportada de maio a agosto de 2008, sendo obrigatória sua devolução ao Brasil, inclusive com compensação de energia elétrica para neutralizar perdas, no período de setembro a novembro de 2008.

Além disso, ficou definido pela resolução, que os custos referentes às garantias, à liquidação financeira no âmbito da CCEE, às perdas de energia elétrica no sistema de transmissão, ao transporte, aos tributos e aos encargos, fossem de responsabilidade da Argentina, tanto no período de suprimento quanto no período de devolução da energia.

No mesmo mês, a Secretaria de Energia Elétrica do MME comunicou à ANEEL que seria atribuído à CIEN o papel de agente comercializador para as operações de exportação e importação de energia elétrica com a Argentina, que seriam realizadas conforme a Resolução do CNPE.

Em maio de 2008, por meio da Resolução Normativa ANEEL N° 319, foram estabelecidos os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica à Argentina durante o ano de 2008. Por esse instrumento, ficou definido que o suprimento, de caráter excepcional e interruptível, seria realizado pela interligação de Garabi, respeitando o estabelecido pela resolução do CNPE com relação às fontes de origem da energia e necessidade ou não de devolução ao Brasil.

Ainda no mês de maio, considerando a Resolução do CNPE e a comunicação do MME, a ANEEL concedeu autorização à CIEN (Resolução Autorizativa Nº 1.368⁴¹) para exportar e importar energia elétrica com a Argentina, no período de maio a novembro de 2008, por meio da interligação de Garabi.

Em junho de 2008, após solicitação do governo uruguaio, a Resolução CNPE Nº 5 estabeleceu, de modo semelhante ao que havia estabelecido para as exportações à Argentina, as diretrizes para a celebração de um “Acordo de Entendimento” entre o Brasil e o Uruguai para possibilitar o suprimento excepcional de energia elétrica interruptível ao Uruguai, durante o período de maio a agosto de 2008, na modalidade com devolução, em adição ao suprimento já em curso por meio da interligação de Rivera, na modalidade sem devolução.

A energia elétrica enviada ao Uruguai poderia ser: (i) de origem térmica, desde que essa energia não fosse necessária no atendimento do sistema interligado brasileiro; (ii) de origem hidráulica, desde que fosse gerada no caso da existência de energia vertida turbinável; e (iii) excepcionalmente, proveniente do sistema interligado brasileiro, em montantes definidos pelo CMSE, desde que exportada de julho a agosto de 2008, sendo obrigatória sua devolução ao Brasil, inclusive com compensação de energia elétrica para neutralizar perdas, no período de setembro a novembro de 2008.

Além disso, ficou definido pela resolução, que os custos referentes às garantias, à liquidação financeira no âmbito da CCEE, às perdas de energia elétrica no sistema de transmissão, ao transporte, aos tributos e aos encargos, fossem de responsabilidade do Uruguai, tanto no período de suprimento quanto no período de devolução da energia.

Logo depois, por meio da Resolução Normativa ANEEL Nº 327, foram estabelecidos os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica ao Uruguai durante o ano de 2008. Por esse instrumento, ficou definido que o suprimento, de caráter excepcional e interruptível, seria realizado pela interligação de Rivera, respeitando o estabelecido pela resolução do CNPE com relação às fontes de origem da energia e necessidade ou não de devolução ao Brasil.

Em agosto de 2008, foi concedida autorização (Resolução Autorizativa ANEEL Nº 1.495) à empresa Tradener para exportar e importar energia elétrica com o Uruguai, no período de julho a novembro de 2008, por meio da interligação de Rivera.

⁴¹ Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução.

A autorização foi concedida considerando que a UTE indicou a empresa como transportadora e agente comercializador a ser autorizado pela ANEEL para as operações de exportação e importação, em decorrência do Acordo de Entendimento entre Brasil e Uruguai, de 18/7/2008.

No mês de setembro, Brasil e Argentina assinaram o “Acordo, por Troca de Notas, para Implementação do Convênio de Cooperação entre a Eletrobras e a EBISA”, pelo qual, como o próprio nome indica, é aprovado o convênio que foi firmado entre as duas empresas (1/9/2008), prevendo a realização de estudos de inventário dos aproveitamentos hidroelétricos no Rio Uruguai e em seu afluente, o rio Peperi-Guaçu, na região compartilhada entre os dois países e também os estudos de viabilidade dos aproveitamentos selecionados.

Os estudos indicaram dois aproveitamentos, que foram o de Garabi e o de Panambi, somando uma capacidade instalada estimada em 2.200 MW. Em 10 de janeiro de 2011, a EBISA publicou uma licitação internacional para contratar os estudos de engenharia, os estudos socioambientais e o plano de comunicação social do projeto Garabi-Panambi (ELETROBRAS, 2011b).

É interessante notar que em documentos anteriores, como no Protocolo assinado em 1996, no Memorando assinado em 1997 e na Declaração assinada em 2005, ressalta-se a intenção de fomentar a participação privada no empreendimento da usina hidroelétrica de Garabi. No entanto, desde o Tratado de 1980, foi definido que as obras fossem executadas pela Eletrobras e pela EBISA. Além disso, no Convênio de 2008 entre a Eletrobras e a EBISA consta que, caso não sejam elas as empresas executoras do empreendimento, elas poderão transferir essa atribuição a outras instituições desde que sejam públicas ou controladas pelo poder público.

Também em setembro de 2008, foi promulgado o Despacho ANEEL N° 3.428, que desconheceu o recurso administrativo colocado pela Petrobras contra a Resolução Normativa ANEEL N° 319, de 2008, que estabeleceu os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica à Argentina durante o ano de 2008.

O recurso pleiteou que parte do eventual saldo positivo do processo de devolução da energia elétrica excepcional pela Argentina ao Brasil fosse destinada à liquidação das diferenças financeiras por variação cambial, decorrentes da exportação de energia elétrica relativa ao ano de 2004, situação em que a Petrobras teria créditos. Entretanto, não houve reconhecimento do recurso e o eventual saldo positivo do processo de devolução da energia permaneceu sendo destinado exclusivamente aos agentes participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

Em novembro de 2008, a UTE promoveu uma licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante o ano de 2009. A empresa vencedora foi a Tradener, com a oferta de R\$ 2,00/MWh.

Em dezembro de 2008, a empresa recebeu autorização (Resolução Autorizativa ANEEL Nº 1.712⁴²) para exportar energia elétrica ao Uruguai durante o ano de 2009, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera.

No ano de 2009, foram feitas novas mudanças no marco regulatório do setor elétrico brasileiro com relação aos intercâmbios de energia elétrica. As Leis 11.943/2009 e 12.111/2009 fizeram inclusões na Lei 10.848/2004 pertinentes às operações de importação.

Na orientação atual do setor elétrico, os distribuidores do sistema interligado devem garantir o atendimento de todo o seu mercado através de contratações no ambiente regulado. Nesse sentido, foi definido que cabe à ANEEL mediar os conflitos que possam surgir em contratos de compra e venda de energia que tenham lastro na energia de importação e que enfrentem problemas em seu cumprimento.

Essa disposição foi incluída na legislação, pois, em 2004, parte da energia elétrica que o Brasil iria importar da Argentina simplesmente não chegou. A Argentina já enfrentava problemas de abastecimento interno e, por isso, os contratos para suprimento ao Brasil naquele momento não foram cumpridos. Inclusive, foi justamente o período em que o Brasil passou a ser exportador de energia elétrica à Argentina. Isso ocasionou problemas no mercado brasileiro, já que essa energia que viria da Argentina já havia sido vendida aos distribuidores brasileiros e teve de ser compensada internamente.

Lei 10.848/2004 – Art. 2º [...]

§16. Caberá à Aneel dirimir conflitos entre compradores e vendedores de energia elétrica, que tenham celebrado CCEARs (Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), utilizando lastro em contratos de importação de energia elétrica ou à base de gás natural, cujas obrigações tenham sido alteradas em face de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, decorrentes de eventos alheios à vontade do vendedor, nos termos do inciso V do art. 3º da Lei 9.427/1996. (Incluído pela Lei 11.943/2009)

⁴² Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução.

§17. No exercício da competência de que trata o § 16 deste artigo, a Aneel, reconhecendo a extraordinariedade e a imprevisibilidade dos acontecimentos, poderá garantir neutralidade aos agentes envolvidos, no limite de suas responsabilidades. (Incluído pela Lei 11.943/2009).

§18. Caberá à Aneel, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decidir de ofício, ou por provocação das partes, acerca das questões de que trata o § 16 deste artigo. (Incluído pela Lei 12.111/2009).

Além disso, com a promulgação da Lei 12.111/2009, foi adicionada à Lei 9.427/1996, que institui a ANEEL, novas atribuições à agência relacionadas aos intercâmbios internacionais de energia elétrica.

Ficou estabelecido que as tarifas de transmissão, definidas pela ANEEL, devem assegurar a cobertura dos custos dos sistemas, inclusive o das interligações internacionais conectadas à rede básica, e que cabe à ANEEL definir o adicional de tarifas de uso específico das instalações de interligações internacionais para exportação e importação de energia elétrica.

A Lei 12.111/2009 também trouxe definições acerca das instalações de transmissão destinadas às conexões internacionais que são mencionadas na Lei 9.074/1995. Foi estabelecido que, a partir de 2011, as instalações destinadas às conexões internacionais passassem a ser objeto de concessão de serviço público de transmissão, mediante licitação na modalidade de concorrência ou leilão. As instalações anteriores passaram a ser equiparadas aos concessionários do serviço público de transmissão e os ajustes contratuais e das operações são definidos pela ANEEL, ficando vedado a esses agentes a celebração de novos contratos de importação ou exportação de energia elétrica.

Em fevereiro de 2009, após indicação realizada pelo MME, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa Nº 1.812, autorizou a CIEN a exportar e importar energia elétrica interruptível com o Uruguai e com a Argentina, no limite de 2.000 MW de potência e respectiva energia elétrica associada durante o ano de 2009, pela interligação de Garabi.

A exportação de energia elétrica a esses países deveria contemplar, sem devolução, a energia de origem termelétrica, não utilizada no atendimento ao mercado interno brasileiro e/ou de origem hidrelétrica, exclusivamente em caso de existência de energia vertida turbinável nos reservatórios da Região Sul do sistema brasileiro. O documento ressalta que os custos referentes às garantias, perdas de energia, transporte, encargos, taxas e tributos sejam de responsabilidade do Uruguai e da Argentina.

No mesmo mês, a Secretaria de Energia Elétrica do MME comunicou à ANEEL que o Brasil também exportaria energia elétrica interruptível à Argentina em 2009 por meio da interligação de Uruguaiana e que a Eletrosul seria o agente comercializador que deveria ser autorizado.

Em março, depois de solicitação dos governos argentino e uruguaio, a Resolução CNPE N° 1 estabeleceu as diretrizes para a celebração de Memorandos de Entendimentos, para possibilitar o suprimento de energia elétrica excepcional e interruptível à Argentina e ao Uruguai durante o período de maio a agosto de 2009.

A energia elétrica enviada à Argentina e ao Uruguai poderia ser: (i) de origem térmica, desde que essa energia não fosse necessária no atendimento do sistema interligado brasileiro; (ii) de origem hidráulica, desde que fosse gerada no caso da existência de energia vertida turbinável; e (iii) excepcionalmente, proveniente do sistema interligado brasileiro, em montantes definidos pelo CMSE, sendo obrigatória sua devolução ao Brasil, inclusive com compensação de energia elétrica para neutralizar perdas, no período de setembro a novembro de 2009.

Além disso, ficou definido que os custos referentes às garantias, à liquidação financeira no âmbito da CCEE, às perdas de energia elétrica no sistema de transmissão, ao transporte, aos tributos e aos encargos, fossem de responsabilidade da Argentina e do Uruguai, tanto no período de suprimento quanto no período de devolução da energia.

Alguns dias depois, conforme havia sido indicado pelo MME, a Resolução Autorizativa ANEEL N° 1.867 autorizou a Eletrosul a exportar e importar energia elétrica interruptível com a Argentina, até o limite de 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, até o final de 2009, pela interligação de Uruguaiana.

A exportação deveria contemplar, sem devolução, a energia de origem termoeletrica, não utilizada no atendimento ao mercado interno brasileiro e/ou de origem hidroelétrica, exclusivamente em caso de existência de energia vertida turbinável nos reservatórios do sistema brasileiro.

Ainda em março de 2009, Brasil e Uruguai assinaram um Adendo ao Memorando de Entendimento sobre Interconexão Energética de 2006, prevendo um acordo entre as empresas públicas Eletrosul e Eletrobras com a UTE para a gestão da construção de uma nova interligação entre os dois países.

Já em junho de 2009, a Resolução Normativa ANEEL N° 369 estabeleceu os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica excepcional e interruptível à Argentina e ao Uruguai, no período de maio a agosto de 2009, respeitando os

critérios estabelecidos pela resolução CNPE Nº 1 com relação às fontes de origem da energia e necessidade ou não de devolução ao Brasil.

Pela resolução, ficou também estabelecido que fosse emitido um despacho autorizando o ONS a dar início ao suprimento de energia ao Uruguai assim que fosse firmado o Memorando de Entendimento entre o MME e o MIEM, do Uruguai, formalizando os intercâmbios de energia com devolução entre os dois países. O Memorando de Entendimento foi firmado em julho de 2009 e logo depois foi promulgado o despacho (Despacho ANEEL Nº 2.762).

No mês de agosto de 2009, o CNPE promulgou a Resolução Nº 4, alterando a Resolução CNPE Nº 1 do início do mesmo ano. O suprimento de energia elétrica excepcional, de caráter interruptível e com devolução obrigatória foi mantido para o período de maio a agosto de 2009, entretanto, o suprimento de energia interruptível, sem necessidade de devolução, foi permitido por todo o ano de 2009.

No mês seguinte, a Resolução Autorizativa ANEEL Nº 2.091⁴³ autorizou a empresa Tradener a importar energia elétrica do Uruguai até o final de 2009, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera, por conta da devolução de energia que o Uruguai deveria fazer ao Brasil.

A empresa Tradener já possuía autorização para realizar as exportações ao Uruguai durante o ano de 2009 (Resolução Autorizativa ANEEL Nº 1.712, de 2008) e, após manifestação de interesse da UTE e da própria empresa, ela foi mantida como agente comercializador para também realizar as importações durante o ano.

Em dezembro de 2009, a UTE promoveu uma licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante o ano de 2010. A empresa vencedora foi a Tradener, com a oferta de R\$ 0,11/MWh. No mesmo mês, a empresa recebeu autorização (Resolução Autorizativa ANEEL Nº 2.231⁴⁴) para exportar energia elétrica ao Uruguai durante o ano de 2010, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera.

Em 2010, foram incorporados novos instrumentos à legislação brasileira, com referência aos intercâmbios internacionais de energia elétrica. Foi promulgado o Decreto Nº 7.246, que regulamentou a Lei Nº 12.111/2009 e trouxe mudanças com relação aos procedimentos de

⁴³ Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução.

⁴⁴ Informações sobre o processo também estão em seu Relatório, vinculado à Resolução.

autorização para as instalações de transmissão e para a comercialização de energia elétrica em caráter de exportação ou importação.

Conforme mencionado anteriormente, a Lei Nº 12.111/2009, dentre outros, definiu que as instalações de transmissão destinadas às conexões internacionais passassem a ser objeto de concessão de serviço público de transmissão, mediante licitação, a partir de 2011. Com a promulgação do Decreto Nº 7.246, ficou definido (Art. 21) que essas licitações fossem promovidas pela ANEEL, observando as diretrizes fixadas pelo MME.

Além disso, o Decreto Nº 7.246 estabeleceu que o MME celebrasse os contratos de concessão e expedisse os atos autorizativos necessários para viabilizar a importação e a exportação de energia elétrica. Com essa definição, a partir de 2011, as operações de exportação e importação de energia elétrica passariam a ser autorizadas pelo MME, através de portarias e não mais pelas resoluções da ANEEL.

Também ficou definido que as instalações de transmissão de energia elétrica, destinadas a interligações internacionais, fossem disponibilizadas, mediante Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão, ao ONS e a ele ficassem subordinadas suas ações de coordenação e operação.

Em 2010, também foi promulgado o Decreto 7.129/2010, que estabeleceu que no mercado livre (ACL) a comercialização de energia elétrica por agentes vendedores, sob controle público, poderia ser realizada por meio de leilões, chamadas ou ofertas públicas junto a outros agentes vendedores ou exportadores.

Com relação aos processos de exportação e importação de energia elétrica, foi promulgada, em fevereiro de 2010, a Resolução Autorizativa ANEEL Nº 2.280, que autorizou a Eletrobras a importar e exportar energia elétrica com o Uruguai, por um período de 30 anos, nas modalidades, condições e montantes que fossem estabelecidos pelo MME, já considerando a implantação de uma nova interligação entre os dois países (a interligação Presidente Médici – Melo), que foi objeto de um estudo de planejamento desenvolvido pela Eletrobras e pela Eletrosul no ano anterior.

A resolução autorizou a execução das obras em território brasileiro para implantar as instalações da interligação, que compreendem: (i) uma conexão 230 kV na Subestação Presidente Médici; (ii) uma linha de transmissão em 230 kV entre as Subestações Presidente Médici e Candiota; (iii) uma subestação 500/230 kV, denominada Candiota; e (iv) uma linha de transmissão de 500 kV entre a Subestação Candiota e a fronteira com o Uruguai (60 km).

Também ficou estabelecido que, ao término da autorização, os bens e instalações sejam incorporados sem ônus ao patrimônio da União e que a Eletrobras apresentasse em 180 dias o Projeto Básico das instalações.

Em abril de 2010, depois de solicitação recebida dos governos argentino e uruguaio, a Resolução CNPE Nº 1 estabeleceu as diretrizes para a celebração de Memorandos de Entendimentos, para possibilitar o suprimento de energia elétrica excepcional e interruptível à Argentina e ao Uruguai durante o ano de 2010.

A energia elétrica enviada à Argentina e ao Uruguai poderia ser: (i) de origem térmica, desde que essa energia não fosse necessária no atendimento do sistema interligado brasileiro; (ii) de origem hidráulica, desde que fosse gerada no caso da existência de energia vertida turbinável; e (iii) excepcionalmente, proveniente do sistema interligado brasileiro, em montantes definidos pelo CMSE, desde que enviada entre os meses de maio a agosto de 2010, sendo obrigatória sua devolução ao Brasil, inclusive com compensação de energia elétrica para neutralizar perdas, no período de setembro a novembro de 2010.

Além disso, ficou definido que os custos referentes às garantias, à liquidação financeira no âmbito da CCEE, às perdas de energia elétrica no sistema de transmissão, ao transporte, aos tributos e aos encargos, fossem de responsabilidade da Argentina e do Uruguai, tanto no período de suprimento quanto no período de devolução da energia.

Em julho de 2010, a Resolução Autorizativa ANEEL Nº 2.461 autorizou a CIEN e a Eletrosul a exportar e importar energia elétrica interruptível com a Argentina, até o fim de 2010, em montante limitado à capacidade de 2.100 MW, por meio, respectivamente, da interligação de Garabi (I e II) e da interligação de Uruguaiana.

Ambas as empresas foram indicadas pela Secretaria de Energia Elétrica do MME para serem os agentes comercializadores nessas interligações para cumprir com o suprimento de energia elétrica definido pela Resolução CNPE Nº 1.

Alguns dias depois, a Resolução Normativa ANEEL Nº 406, estabeleceu os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica interruptível à Argentina e ao Uruguai no ano de 2010 (Atualizada mais tarde pela Resolução Normativa ANEEL Nº 430, de 29/03/2011).

No mês de dezembro, após solicitação dos governos argentino e uruguaio, a Resolução CNPE Nº 3, estabeleceu as diretrizes para a celebração de Memorandos de Entendimentos, para

possibilitar o suprimento de energia elétrica excepcional e interruptível à Argentina e ao Uruguai durante o ano de 2011.

A energia elétrica enviada à Argentina e ao Uruguai poderia ser: (i) de origem térmica, desde que essa energia não fosse necessária no atendimento do sistema interligado brasileiro; (ii) de origem hidráulica, desde que fosse gerada no caso da existência de energia vertida turbinável; e (iii) excepcionalmente, proveniente do sistema interligado brasileiro, em montantes definidos pelo CMSE, desde que enviada entre os meses de maio a agosto de 2011, sendo obrigatória sua devolução ao Brasil, inclusive com compensação de energia elétrica para neutralizar perdas, no período de setembro a novembro de 2011.

Além disso, ficou definido que os custos referentes às garantias, à liquidação financeira no âmbito da CCEE, às perdas de energia elétrica no sistema de transmissão, ao transporte, aos tributos e aos encargos, fossem de responsabilidade da Argentina e do Uruguai, tanto no período de suprimento quanto no período de devolução da energia.

Também em dezembro de 2010, foi publicado o Decreto Nº 7.377, que incorporou à legislação brasileira o “Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados”, celebrado entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela em dezembro de 2005 e protocolizado no âmbito da ALADI como “Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio Nº 19” (AAPPC Nº 19).

O acordo estipula que os Estados Partes procurarão implementar a coordenação institucional, regulatória e técnica de suas atividades nacionais em matéria de projetos que permitam o intercâmbio de energéticos entre esses países.

Por fim, também em dezembro de 2010, a UTE promoveu uma licitação para adquirir energia elétrica do Brasil durante o ano de 2011 e a empresa vencedora foi a Tradener.

Em janeiro de 2011, a empresa Tradener recebeu autorização, por meio da Portaria MME Nº 002, para exportar energia elétrica ao Uruguai durante o ano de 2011, em caráter excepcional, temporário e interruptível, pela interligação de Rivera, para atender o suprimento estabelecido pela Resolução CNPE Nº 3, de dezembro de 2010.

Essa portaria do MME foi a primeira após a promulgação do Decreto Nº 7.246, em 2010, que estabeleceu que essas autorizações fossem emitidas pelo MME e não mais pela ANEEL.

Também em janeiro de 2011, o MME assinou com o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina um “Memorando de Entendimento Sobre Intercâmbio de Energia Elétrica”, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNPE Nº 3, de dezembro de 2010.

O documento formalizou a intenção para ser instituído um mecanismo permanente de intercâmbios compensados de energia elétrica entre os dois países, ou seja, a exportação seguida de posterior devolução da energia, indicando a direção em que esses intercâmbios ocorrerão pelo menos no futuro próximo.

Os dois países também assinaram, no mesmo mês, a “Declaração Sobre o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados no Trecho Limítrofe do Rio Uruguai e seu Afluente, o Rio Peperi-Guaçu”, que é o mais recente documento oficial disponível acerca do projeto da hidroelétrica binacional Garabi-Panamby. Nela, os governos reafirmam a importância de concretizar esses aproveitamentos hidrelétricos e mencionam que os estudos de viabilidade já se encontram em fase de contratação.

Em março de 2011, a Portaria MME Nº 178 autorizou a CIEN a exportar e importar até 2.100 MW de potência e respectiva energia elétrica associada com a Argentina, por meio da interligação de Garabi, durante o ano de 2011, para atender o suprimento estabelecido pela Resolução CNPE Nº 3, de dezembro de 2010.

Pouco tempo depois, no mês de maio, a Portaria MME Nº 307 autorizou a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF) a também exportar e importar até 2.100 MW de potência e respectiva energia elétrica associada com a Argentina, por meio da interligação de Garabi, durante o ano de 2011, para atender o suprimento estabelecido pela Resolução CNPE Nº 3, de 2010.

Em julho de 2011, o Despacho ANEEL Nº 2.906 autorizou a Eletrobras a realizar os estudos geológicos e topográficos, necessários para a elaboração do projeto da linha de transmissão “Candiota – Presidente Médici” (230 kV) e da linha de transmissão “Candiota – Fronteira Brasil/Uruguai” (500 kV), que farão parte da nova interligação do Brasil com o Uruguai.

No mês de setembro de 2011, o Despacho ANEEL Nº 3.885 encaminhou ao MME a solicitação de autorização apresentada pela empresa Tractebel, para exportar para o Uruguai até 350 MW de potência e energia elétrica associada. Essa solicitação está diretamente relacionada ao projeto de uma nova interligação com o Uruguai, que vem sendo realizado atualmente pela Eletrobras.

O início desse processo com a Tractebel se deu em 2006⁴⁵, quando a empresa informou ao MME sua intenção de implantar uma usina termoeletrica na região de Candiota e uma linha de transmissão dedicada para a exportação da energia elétrica da usina para o Uruguai.

Em 2007, o MME definiu que, como a usina não seria conectada ao SIN, ela não seria despachada pelo ONS e nem seria agente da CCEE. A Tractebel solicitou autorização para a exportação firme de 350 MW de potência e energia elétrica associada, proveniente da usina a ser instalada.

Em 2008, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração da ANEEL diante do fato de que a usina não seria despachada pelo ONS nem seria agente da CCEE, manifestou que não havia amparo na legislação e no regulamento para que fosse autorizado tal empreendimento. A ANEEL solicitou da Tractebel o projeto de conexão da usina ao SIN e das instalações de transmissão para a interligação com o Uruguai, o que foi feito pela empresa.

Em 2009, após reunião entre representantes da Eletrobras, Eletrosul e da ANEEL, foi comunicado que a exportação ao Uruguai seria executada pelo Grupo Eletrobrás e que a solicitação de autorização da Tractebel ficaria parada até pronunciamento do MME sobre a interligação entre Brasil e Uruguai. O MME informou que seria alterado o modo de exportação ao Uruguai e a Tractebel informou que, mesmo assim, ainda tinha interesse na autorização para exportação e para a construção de uma linha exclusiva para conectar a usina ao Uruguai e solicitou que seu processo não fosse arquivado até nova manifestação do MME.

Já em 2011, como não houve manifestação do MME, a ANEEL encaminhou a solicitação de autorização da Tractebel ao MME (Despacho Nº 3.885).

Ainda durante o ano de 2011, no mês de outubro, foi publicada pelo MME a Portaria Nº 596, relevante para a análise do marco regulatório para os intercâmbios internacionais de energia elétrica, já que o documento apresenta um conjunto de regras para a outorga de autorizações para a exportação e importação.

Essa Portaria, no entanto, não agregou novas regras às operações, pois as regras que apresentou já constavam nas inúmeras resoluções da ANEEL e outras Portarias do MME que

⁴⁵ Informações sobre o processo são encontradas em seu Relatório, vinculado ao Despacho ANEEL Nº 3.885.

autorizaram as operações até então. Dentre as regras que constam no instrumento, vale destacar:

- As autorizações do MME podem ser outorgadas apenas às pessoas jurídicas constituídas no Brasil com o objetivo de importar, exportar ou comercializar energia elétrica no mercado brasileiro.
- As autorizações devem ser solicitadas na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério, juntamente com uma série de documentos que são exigidos da empresa solicitante.
- A autorizada deve pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), submeter-se à fiscalização da ANEEL e a qualquer regulamentação que venha a ser estabelecida e aderir à CCEE.
- A autorizada deve informar mensalmente à ANEEL todas as transações de exportações, com os montantes, a origem da energia e a identificação dos compradores; contabilizar separado as receitas, despesas e custos com a importação e exportação; e pagar os encargos de acesso e uso aos sistemas de transmissão e distribuição.
- É necessário firmar Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD) ou Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), que devem ser apresentados à ANEEL.
- É necessário firmar contrato de compra de energia elétrica com os geradores para atendimento à exportação e contrato de compra e venda de energia elétrica com os agentes do mercado do país de intercâmbio, que devem ser registrados na ANEEL e também na CCEE.

O último documento publicado em 2011 acerca dos intercâmbios internacionais de energia elétrica foi a Portaria do MME Nº 687, no mês de dezembro, após a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Energia Elétrica entre o MME do Brasil e o MIEM do Uruguai (não disponível para consulta).

A Portaria autorizou a empresa Tradener a exportar, durante o ano de 2012, até 72 MW de potência e respectiva energia elétrica associada ao Uruguai, por meio da interligação de Rivera, de acordo com o que foi acordado no Memorando de Entendimento.

Ainda que os documentos relacionados à Itaipu Binacional não sejam analisados na presente pesquisa, vale mencionar que desde os anos 2000 até os dias atuais, Brasil e Paraguai também assinaram documentos referentes à usina. Foram eles: o “Acordo, por troca de Notas, referente à atualização do valor dos rendimentos de capital da ITAIPU Binacional” (2000); o “Acordo, por troca de Notas, referente à Atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu” (2005); e o “Memorando de Entendimento sobre Aspectos Técnicos e Financeiros Relacionados à Itaipu Binacional” (2007).

Tabela 11 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2004 a 2011

Ano	Acontecimento
2004	Nova reestruturação no setor elétrico brasileiro. Promulgação da Lei 10.848, regulamentada pelo Decreto 5.163, dispondo sobre as novas diretrizes para a comercialização de energia elétrica no país. As contratações referentes à importação e exportação de energia elétrica permaneceram sendo negociadas livremente e regidas por contratos bilaterais de compra e venda.
Maio de 2004	Argentina e Uruguai, por meio da CAMMESA e da UTE, realizam as primeiras licitações para adquirir energia elétrica proveniente do Brasil.
Junho de 2004	A empresa Tractebel foi vencedora da licitação promovida pela CAMMESA e recebeu autorização para exportar energia elétrica para a Argentina até o dia 31 de agosto de 2004, pela interligação Garabi II.
Junho de 2004	A empresa Enertrade foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai, até o dia 30 de novembro de 2004, pela interligação de Rivera.
Agosto de 2004	A CAMMESA realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Setembro de 2004	A empresa CHESF foi vencedora da licitação promovida pela CAMMESA e recebeu autorização para exportar energia elétrica para a Argentina, de 1º de setembro de 2004 a 30 de novembro de 2004, pela interligação Garabi I.
Dezembro de 2004	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Janeiro de 2005	A empresa Enertrade foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai, no ano de 2005, pela interligação de Rivera.
Janeiro de 2005	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil para ser entregue através da interligação de Garabi.
Janeiro de 2005	A empresa Tractebel foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2005, pela interligação Garabi II.
Março de 2005	Foi concedida autorização à COPEL para importar e exportar energia elétrica mediante intercâmbio com a ANDE, por meio da interligação de Acaray.
Novembro de 2005	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.

Tabela 11 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2004 a 2011 (continuação)

Ano	Acontecimento
Dezembro de 2005	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai, no ano de 2006, pela interligação de Rivera.
Fevereiro de 2006	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil para ser entregue através da interligação de Garabi.
Março de 2006	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai, até 30 de abril de 2006, pela interligação Garabi II.
Dezembro de 2006	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Janeiro de 2007	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai, no ano de 2007, pela interligação de Rivera.
Agosto de 2007	Foi concedida autorização à CIEN para exportar energia elétrica à Argentina pela interligação de Uruguaiana e de Garabi II até 30 de setembro de 2007, após ter firmado contratos com a CAMMESA.
Novembro de 2007	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Dezembro de 2007	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai pela interligação de Rivera em 2008.
Abril de 2008	O CNPE definiu o suprimento excepcional de energia elétrica interruptível à Argentina, na modalidade com devolução, durante o período de maio a agosto de 2008.
Maio de 2008	Após indicação do MME, foi concedida autorização à CIEN para exportar e importar energia elétrica com a Argentina, no período de maio a novembro de 2008, pela interligação de Garabi.
Junho de 2008	O CNPE definiu o suprimento excepcional de energia elétrica interruptível ao Uruguai, na modalidade com devolução, durante o período de maio a agosto de 2008, em adição ao suprimento na modalidade sem devolução.
Agosto de 2008	Após indicação da UTE, foi concedida autorização à Tradener para exportar e importar energia elétrica com o Uruguai, no período de julho a novembro de 2008, pela interligação de Rivera.
Setembro de 2008	Foi implementado o convênio de cooperação entre a Eletrobras e a EBISA para a realização de estudos de inventário dos aproveitamentos hidroelétricos no Rio Uruguai e em seu afluente, o rio Peperi-Guaçu.
Novembro de 2008	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Dezembro de 2008	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai durante 2009, pela interligação de Rivera.
2009	Foram promulgadas as Leis 11.943 e 12.111, definindo que cabe à ANEEL mediar os conflitos em contratos de compra e venda de energia que tenham lastro na importação e também que, a partir de 2011, as instalações das conexões internacionais devem ser objeto de concessão de serviço público de transmissão, mediante licitação.
Fevereiro de 2009	Após indicação do MME, foi concedida autorização à CIEN para exportar e importar energia elétrica interruptível com o Uruguai e com a Argentina, durante o ano de 2009, pela interligação de Garabi.

Continua...

Tabela 11 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2004 a 2011 (continuação)

Ano	Acontecimento
Março de 2009	O CNPE definiu o suprimento excepcional de energia elétrica interruptível à Argentina e ao Uruguai, na modalidade com devolução, durante o período de maio a agosto de 2009.
Março de 2009	Após indicação do MME, foi concedida autorização à Eletrosul para exportar e importar energia elétrica interruptível com a Argentina, até o final de 2009, pela interligação de Uruguiana.
Março de 2009	Brasil e Uruguai assinaram um documento prevendo um acordo entre a Eletrosul e Eletrobras com a UTE para a gestão da construção de uma nova interligação entre os dois países.
Agosto de 2009	O CNPE definiu o suprimento de energia elétrica interruptível à Argentina e ao Uruguai, na modalidade com devolução e sem devolução, durante o ano de 2009.
Setembro de 2009	Foi concedida autorização à Tradener para importar energia elétrica do Uruguai até o final de 2009, pela interligação de Rivera, pois seria necessária a devolução de energia elétrica do Uruguai para o Brasil.
Dezembro de 2009	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Dezembro de 2009	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai durante 2010, pela interligação de Rivera.
2010	O Decreto Nº 7.246 definiu que as licitações para as instalações de conexões internacionais fossem promovidas pela ANEEL e que cabe ao MME celebrar os contratos de concessão e expedir os atos autorizativos para a importação e a exportação de energia elétrica.
Fevereiro de 2010	Foi concedida autorização à Eletrobras para importar e exportar energia elétrica com o Uruguai pela nova interligação que será construída entre os dois países (interligação Presidente Médici – Melo).
Abril de 2010	O CNPE definiu o suprimento de energia elétrica interruptível à Argentina e ao Uruguai, na modalidade com devolução e sem devolução, durante o ano de 2010.
Julho de 2010	Após indicação do MME, a CIEN e a Eletrosul receberam autorização para exportar e importar energia elétrica com a Argentina, até o fim de 2010, pelas interligações de Garabi (I e II) e de Uruguiana.
Dezembro de 2010	O CNPE definiu o suprimento de energia elétrica interruptível à Argentina e ao Uruguai, na modalidade com devolução e sem devolução, durante o ano de 2011.
Dezembro de 2010	Foi internalizado no Brasil o “Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados”, celebrado entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela em 2005.
Dezembro de 2010	A UTE realiza nova licitação para a compra de energia elétrica do Brasil.
Janeiro de 2011	A empresa Tradener foi vencedora da licitação promovida pela UTE e recebeu autorização para exportar energia elétrica para o Uruguai durante 2011, pela interligação de Rivera.
Março de 2011	Foi concedida autorização à CIEN para exportar e importar energia elétrica com a Argentina, em 2011, pela interligação de Garabi.
Maio de 2011	Foi concedida autorização à CGTF para exportar e importar energia elétrica com a Argentina, em 2011, pela interligação de Garabi.
Setembro de 2011	Foi encaminhada ao MME a solicitação de autorização da empresa Tractebel para exportação de energia elétrica ao Uruguai, mediante uma nova interligação (processo iniciado ainda em 2006).

Continua...

Tabela 11 – Resumo dos Principais Acontecimentos: Anos 2004 a 2011 (continuação)

Ano	Acontecimento
Outubro de 2011	MME publicou Portaria estabelecendo as condições para a outorga de autorização para a exportação e importação de energia elétrica.
Dezembro de 2011	Foi concedida autorização à Tradener para exportar energia elétrica do Uruguai durante o ano de 2009, pela interligação de Rivera.

Fonte: Elaboração própria.

5.3. PROCEDIMENTOS APLICADOS AOS INTERCÂMBIOS POR MEIO DE INTERLIGAÇÕES NÃO ASSOCIADAS ÀS UNIDADES BINACIONAIS DE GERAÇÃO

Depois de realizada uma análise dos diversos instrumentos que formam o arcabouço regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica, por meio de interligações não associadas a centrais binacionais de geração, é possível identificar os principais procedimentos, ou etapas, que estão envolvidos na realização desses intercâmbios.

A partir dessa identificação, também é possível compreender com maior detalhamento o papel desempenhado por cada uma das instituições, apresentadas no Capítulo 4, para a realização desses intercâmbios.

Os principais procedimentos para a realização dos intercâmbios internacionais são apresentados a seguir de maneira gráfica, para facilitar sua compreensão e posteriormente são detalhados seus principais aspectos.

Deve ser ressaltado que os intercâmbios internacionais de energia elétrica que ocorrem por conta de Itaipu Binacional possuem regramentos e procedimentos distintos àqueles oriundos das interligações não associadas a centrais binacionais e que são descritos no presente trabalho.

A título de registro, vale mencionar que os intercâmbios internacionais realizados por Itaipu Binacional, além de seguirem as diretrizes estabelecidas pelo Tratado de Itaipu e pelos instrumentos que o modificaram ao longo dos anos, possuem regras de comercialização específicas, que estão definidas por diversas normas jurídicas da legislação brasileira.

Figura 12 – Principais Procedimentos para a Importação de Energia Elétrica

Fonte: Elaboração própria.

Figura 13 – Principais Procedimentos para a Exportação de Energia Elétrica

Fonte: Elaboração própria.

a) Planejamento da Importação

Atualmente, o Brasil não tem realizado importações de energia elétrica proveniente dos demais países do MERCOSUL, à exceção da energia de Itaipu Binacional e da devolução de energia que esses países fazem ao Brasil.

As importações do Brasil foram realizadas na década de 1970 pela interligação de Acaray, na década de 1990 pelas interligações de Acaray e Uruguiana e no início dos anos 2000 também pelas interligações de Garabi e Rivera.

b) Planejamento da Exportação

Desde que iniciado o suprimento de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai, no ano de 2004⁴⁶, essas exportações tem sido planejadas anualmente. Ou seja, são realizados acordos anuais para o suprimento e quando se aproxima o término de sua vigência esses acordos são renovados por mais um ano.

Participam desse processo o CNPE, que estabelece as diretrizes para a assinatura dos acordos entre os países, e também o MME, que assina esses acordos e dá as orientações às demais instituições brasileiras para que elas operacionalizem as atividades de exportação.

Também podem participar dos entendimentos os próprios agentes importadores, como a CAMMESA e a UTE e os possíveis comercializadores brasileiros.

c) Contratos Iniciais da Importação

Quando eram realizadas as importações, os comercializadores brasileiros firmavam contratos preliminares de compra de energia firme no país exportador e contratos preliminares de venda de energia firme para compradores brasileiros.

⁴⁶ Conforme os dados apresentados no Capítulo 3.3, já haviam sido realizadas exportações a esses países anteriormente, no entanto, os montantes foram irrisórios quando comparados com aqueles iniciados em 2004.

d) Contratos Iniciais de Exportação

São firmados acordos entre os governos do Brasil e do país importador. Também podem ser firmados acordos de entendimento entre os agentes importadores com potenciais agentes exportadores brasileiros. Algumas exportações ocorrem precedidas de processos de licitação.

e) Modalidades de Importação

Quando inauguradas as interligações entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, o Brasil possuía contratos de importação firme de energia proveniente desses países. Ou seja, os montantes de energia estavam estabelecidos e deveriam ser entregues no período contratado, sem interrupções.

No entanto, conjunturas desfavoráveis impediram a continuidade desses intercâmbios de potência firme (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 7). O Brasil enfrentou problemas quando não recebeu o suprimento contratado com a Argentina, que teve que ser compensado internamente, incorrendo em prejuízos a agentes brasileiros. Alguns anos depois, a interligação de Acaray foi desligada por conta do baixo nível dos reservatórios paraguaios. Atualmente, o Brasil não possui contratos de importação com esses países.

f) Modalidades de Exportação

No caso das exportações, os contratos são realizados sempre prevendo a interrupção do suprimento, ou seja, caso os montantes planejados para a exportação possam comprometer a segurança do sistema brasileiro, os mesmos podem ser ajustados ou interrompidos.

Na modalidade de fornecimento interruptível, o suprimento de energia elétrica pode ter origem em usinas termoeletricas que não sejam necessárias para atender a demanda do sistema interligado brasileiro ou de usinas hidroelétricas com vertimento turbinável, definidas pelo ONS segundo o mérito econômico (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 7).

A origem da energia foi discutida quando do início dessa modalidade de exportação, em 2004, quando não mais eram utilizadas as interligações para cumprir os contratos de importação de energia firme. Decidiu-se por não utilizar os estoques dos reservatórios da região Sul do Brasil e, por isso, os montantes são definidos baseados na energia que não é alocada no sistema (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 7).

A exportação também pode ser realizada sob a modalidade excepcional e interruptível, para atender situações de emergência no outro país. Nesse caso, as exportações são precedidas de um pedido formal do governo do outro país para que o Brasil envie energia em caráter excepcional.

Para possibilitar esse suprimento, são firmados atos internacionais entre os dois governos, definindo o período do suprimento e as condições gerais. Depois, são identificados os comercializadores que farão as operações pelas interligações dos sistemas, que recebem autorização para tal.

Nesse caso, o suprimento de energia elétrica brasileira, em caráter excepcional, é proveniente do sistema interligado brasileiro e, por isso, só pode ser enviado durante alguns meses determinados e precisa ser integralmente devolvido, acrescido de perdas, também em meses determinados pelo Brasil. Ou seja, não ocorre uma exportação comercial, mas sim uma espécie de “empréstimo” de eletricidade que é devolvida no período especificado, ou caso contrário, ficará registrada na balança de intercâmbios elétricos entre os países como um saldo a devolver.

Apesar de ser realizado como um “empréstimo”, os países importadores precisam arcar com todos os custos relativos ao transporte, encargos, tributos, etc. que incorrem por conta dessas operações, tanto no suprimento como na devolução.

Atualmente, o Brasil tem exportado energia elétrica para a Argentina e para o Uruguai sob as duas modalidades. Há o envio de energia interruptível, proveniente de termoeletricas não despachadas ou hidroelétricas com vertimento turbinável, que pode ser realizado de maneira mais flexível ao longo do período da autorização, conforme definições do ONS, e sem necessidade de devolução. Adicionalmente, há o envio de energia excepcional, proveniente do sistema interligado brasileiro, que só pode ser enviada em alguns meses determinados e precisa ser devolvida ao Brasil também no período determinado pela autorização.

No caso das exportações ao Uruguai, sempre é realizada uma licitação pela UTE para selecionar o comercializador que fará as operações de exportação e importação (devolução). No caso das exportações à Argentina, não ocorrem mais licitações, que em 2004 foram realizados pela CAMMESA, mas os comercializadores são indicados e posteriormente autorizados.

g) Outras Modalidades de Suprimento

Além das modalidades de importação firme, exportação interruptível e exportação excepcional e interruptível, ocorrem intercâmbios de energia elétrica para a realização de testes, que são posteriormente compensadas entre os países (ONS, 2010).

h) Agente de Importação ou Exportação

No caso das importações, os agentes brasileiros interessados, após firmarem contratos preliminares de importação, solicitam autorização para exercerem a atividade e comercializar a energia no mercado brasileiro.

No caso das exportações, como o processo é iniciado fora do país, ou seja, por meio de uma solicitação externa, é necessário em seguida identificar o comercializador brasileiro que se encarregará das exportações e também das importações, quando houver devolução de energia.

Isso pode ocorrer por meio de um processo licitatório, que já foi promovido pela CAMMESA no início das exportações brasileiras para a Argentina e vem sendo promovido até os dias atuais pela UTE. Também, pode ocorrer por indicação direta do MME e/ou do agente comprador, como, por exemplo, a UTE e a CAMMESA.

Em geral, podem habilitar-se para ser agentes de importação ou exportação empresas de geração privadas ou estatais e também os agentes comercializadores.

i) Autorizações

Os comercializadores enviam solicitação de autorização ao MME para realizar as exportações ou importações de energia elétrica. Após análise do pleito, o MME concede (ou não), por meio da publicação de uma portaria, uma autorização, por período determinado, para que esses agentes realizem a comercialização da energia de exportação ou importação.

Também, conforme o caso, pode ser concedida autorização para a implantação da conexão internacional, quando o agente comercializador passa também a ser o transportador, sendo proprietário das instalações em território brasileiro.

Vale ressaltar que até o ano de 2010 essas autorizações eram concedidas pela ANEEL, como pode ser percebido no Capítulo 5, já que há um número expressivo de autorizações concedidas pela agência ao longo dos últimos anos.

As operações de importação ou exportação autorizadas devem observar a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela ANEEL (Resolução Normativa ANEEL N° 109/2004, alterada pelas Resoluções Normativas N° 260/2007 e N° 263/2007 e condições estabelecidas no art. 4° do Decreto n° 5.163/2004).

j) Contratos Definitivos

Depois de concedida a autorização pelo MME para o agente comercializador realizar a importação ou exportação de energia elétrica, o mesmo pode então firmar os contratos definitivos de compra e venda de energia elétrica, que devem ser homologados pela ANEEL.

Conforme analisado no Capítulo 0, os contratos firmados por comercializadores brasileiros com empresas do exterior se são com a ANDE, no caso dos intercâmbios com o Paraguai pela interligação de Acaray; com a UTE, no caso dos intercâmbios com o Uruguai pela interligação de Rivera; com a CAMMESA, no caso das exportações para a Argentina pelas interligações de Uruguiana e Garabi e, anteriormente, foram firmados com agentes do “*Mercado Eléctrico Mayorista – MIEM*” da Argentina.

No caso de exportações, o comercializador precisa também celebrar contratos com os geradores brasileiros que irão atender à exportação. Para tal, os agentes de geração devem estar adimplentes com as obrigações setoriais, inclusive junto à CCEE (Resolução ANEEL n° 1.884 de 2009).

Em algumas operações de exportação de energia elétrica é exigido que os contratos de venda de energia possuam lastro físico (Art. 1° da Resolução ANEEL N° 352/2003), no entanto, em algumas autorizações concedidas é dispensado o lastro para exportações com energia de origem termoelétrica e em outras o lastro é dispensado.

k) Contratos para Operacionalizar os Intercâmbios

Os comercializadores autorizados a realizar as importações ou exportações de energia elétrica, devem assinar os seguintes contratos: Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), assinado com o ONS; Contrato de Conexão à Transmissão (CCT), assinado com a concessionária de transmissão, no ponto de acesso, com a interveniência do ONS; Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI), assinado com o proprietário das instalações que

serão utilizadas para a exportação ou importação, caso as mesmas não sejam de propriedade do comercializador.

l) Registro das Operações de Importação ou Exportação

Os agentes de importação ou exportação de energia elétrica devem registrar no Sistema Integrado do Comércio Exterior (SICOMEX) sua Licença de Importação ou seu Registro de Exportação (Resolução Normativa ANEEL N° 225, de 2006).

m) Operação dos Intercâmbios

A operação dos intercâmbios é realizada pelo ONS, que estabelece os procedimentos de operação, os critérios para programar as usinas que serão destinadas à exportação e programa os volumes de energia que são exportados (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 5).

O ONS também coordena essas operações com os operadores dos sistemas dos outros países envolvidos, que são a CAMMESA, na Argentina, a UTE, no Uruguai e a ANDE, no Paraguai. Os operadores intercambiam todas as informações e estão em permanente contato para coordenar conjuntamente as operações de intercâmbios por meio das interligações existentes.

As exportações brasileiras de energia elétrica são realizadas sempre em caráter interruptível, ou seja, podem ser interrompidas caso venham a afetar a segurança do sistema brasileiro. Por isso, os volumes de energia que podem ser exportados são definidos semanalmente pelo ONS, que adota como referência seus Programas Mensais de Operação.

Esses volumes são ratificados diariamente, durante a etapa de Programação Diária de Operação e podem ainda ser ajustados até a Operação em Tempo Real, caso surjam ocorrências no sistema brasileiro que exijam ajustes nesses montantes.

Quando a energia exportada é do sistema interligado brasileiro, o que exige sua devolução posterior, o ONS deve submeter à ANEEL uma nota técnica comprovando que o montante a ser exportado não comprometerá a segurança do sistema.

Além disso, de maneira geral, os volumes destinados à exportação, não podem afetar os preços do mercado brasileiro.

Vale mencionar que, quando da importação de energia elétrica da Argentina, a interligação de Garabi era modelada como se fosse uma central termoelétrica localizada na região de fronteira com a Argentina (ONS, 2010).

n) Contabilização dos Intercâmbios

A contabilização dos intercâmbios é realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CCEE.

No caso das exportações, as receitas, despesas e custos incorridos com a atividade devem ser contabilizados em separado, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo setor. Além disso, como os encargos atribuídos à exportação são de responsabilidade dos comercializadores, após sua contabilização a CCEE emite uma declaração com os valores referentes aos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) referentes à carga exportada para que o comercializador possa repassar esses custos ao agente importador (UTE e CAMMESA) (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 6).

A CCEE também informa os fatores de perdas para que o comercializador possa cobrar do agente importador a diferença entre o volume de eletricidade utilizado no cálculo dos contratos e os volumes que foram efetivamente contabilizados (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010).

o) Procedimentos Após a Exportação

As transações de exportações devem ser informadas à ANEEL, mensalmente, no prazo de quinze dias após sua contabilização pela CCEE, indicando os montantes, a origem da energia vendida e a identificação dos compradores.

p) Devolução de Energia Elétrica ao Brasil

Quando há o envio de energia elétrica do sistema interligado brasileiro para outro país, o que exige a devolução posterior dessa energia, a geração adicional no sistema brasileiro e a conseqüente redução dos volumes armazenados nos reservatórios não são considerados nos modelos de formação de preço e de otimização eletroenergética de curto e médio prazos.

Não obstante, a devolução da energia deve ocorrer em períodos e montantes que possam ser armazenados e/ou alocados à curva de carga do sistema interligado brasileiro. Além disso, os montantes deverão contemplar a compensação de energia elétrica para neutralizar perdas.

A diferença positiva entre o montante de recursos financeiros obtido nas operações de devolução e de suprimento de energia será destinada exclusivamente aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE⁴⁷ e deverão ser distribuídos na proporção de suas energias alocadas totais no período de exportação. A CCEE deverá apurar o montante de recursos para cada agente do MRE e incluí-lo no Sistema de Contabilização e Liquidação.

⁴⁷ Regra comercial do sistema elétrico brasileiro que permite a mitigação de riscos hidrológicos pelos geradores hidroelétricos, afetando os fluxos financeiros entre os mesmos (CHIPP, LATTARI, *et al.*, 2010, p. 8).

6. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES SOBRE O MARCO INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO DOS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL POR INTERLIGAÇÕES NÃO ASSOCIADAS ÀS CENTRAIS BINACIONAIS DE GERAÇÃO

6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme apresentado ao longo dos capítulos do presente trabalho, os intercâmbios de energia elétrica realizados entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL, por interligações não associadas a centrais binacionais de geração, não são recentes, já que iniciaram ainda na década de 1970, por meio da interligação de Acaray, entre Brasil e Paraguai.

Entretanto, foi a partir da década de 1990 que as interligações com Argentina e Uruguai foram inauguradas e construídas, processo finalizado em meados da década dos anos 2000, período em que o Brasil enfrentava uma grave crise de abastecimento, marcado pelo racionamento de energia elétrica no país.

Parte do histórico pertinente às interligações entre o Brasil e esses países pode ser encontrado em meio aos diversos instrumentos jurídicos que compõe o marco regulatório brasileiro para os intercâmbios internacionais de energia elétrica – acordos internacionais, leis, decretos, resoluções e portarias⁴⁸.

Conforme observado, os acordos internacionais assinados entre o governo brasileiro e os governos dos demais membros do MERCOSUL, ainda que tratem de maneira específica sobre a integração energética, são bastante genéricos e apenas indicativos.

⁴⁸ Apesar de os documentos fornecerem muitas informações importantes a respeito do histórico das interligações e de seu funcionamento atual, nem toda a informação sobre o processo está contida nesses documentos. A análise sobre os mesmos indica haver questões que não estão expressas em documentos, conforme conclusão da presente pesquisa.

Esses acordos, apesar de sempre mencionarem que há um desejo pelo fortalecimento da integração, não explicitam que integração seria essa e quais resultados esperam alcançar com o chamado projeto de integração. Ou seja, não deixam claro se os entendimentos almejam um projeto de integração produtiva ou se estão baseados em trocas comerciais simplesmente.

Mesmo aqueles acordos que fazem menção a projetos específicos – como usinas de geração e linhas de transmissão – não indicam em que plano maior os mesmos estariam inseridos nem se de fato há um plano maior. Nem mesmo quando indicaram prazos para a condução de algumas obras, o não cumprimento não gerou ônus algum às partes envolvidas, pois nenhum dos documentos gerava obrigações e por isso podem ser considerados apenas indicativos.

Alguns instrumentos assinados pelos ministérios da área de energia dos países envolvidos, com o intuito de formalizar os intercâmbios internacionais já acordados em nível presidencial, chegam a fixar algumas diretrizes gerais, como, por exemplo, o período do suprimento. No entanto, esses documentos assinados até então fazem referência apenas aos intercâmbios de excedentes de energia elétrica que irão ocorrer no curto prazo.

Diante dessas observações, constatou-se que os atos internacionais não estabelecem, ou ao menos não deixam claro, qual é o projeto de integração energética que se está perseguindo, se é que de fato se está buscando a integração. Os instrumentos não definem diretrizes para o futuro da integração, nem regramentos para o suprimento de energia elétrica entre esses países no médio ou longo prazo. Ou seja, não dão indicação alguma se a integração energética evoluirá para algo além da troca de excedentes, que é o que de fato tem ocorrido na prática.

A legislação brasileira (Leis e Decretos) também dá um tratamento genérico aos intercâmbios internacionais de energia elétrica⁴⁹. Mesmo com as reestruturações pelas quais passou o setor elétrico brasileiro e, conseqüentemente seu marco regulatório, na década de 1990 e depois em 2004, pouco foi modificado no que se refere aos intercâmbios internacionais de energia elétrica.

A legislação estabelece, basicamente, quem são as instituições responsáveis por definir suas diretrizes e outorgar as autorizações. Ou seja, não estabelece regramentos, apenas define quem pode estabelecer esses regramentos.

⁴⁹ À exceção da importação de Itaipu Binacional, que possui na legislação brasileira instrumentos específicos que determinam sua comercialização no mercado brasileiro.

No Brasil, à exceção da energia de Itaipu, as negociações referentes à energia de importação e à energia para exportação são realizadas no mercado livre (ACL). Desta forma, as condições de contratação são definidas entre os próprios agentes envolvidos.

Já a outorga de autorizações para essas operações, conforme definido pela legislação, era anteriormente de responsabilidade da ANEEL e, a partir de 2011, passou a ser de responsabilidade do MME, que já fazia anteriormente indicações à ANEEL para algumas outorgas.

São, portanto, os instrumentos da ANEEL e do MME (Resoluções e Portarias) que tem outorgado autorizações e formalizado algumas condições mínimas para a operacionalização dos intercâmbios internacionais de energia elétrica.

No entanto, esses instrumentos são referentes aos intercâmbios pontuais e de excedentes de energia elétrica. Nenhuma das instituições chegou a emitir qualquer instrumento com vistas a estabelecer diretrizes ou regramentos para outros intercâmbios que não sejam os de excedentes em períodos específicos em que os mesmos se mostram oportunos.

Isso pode ser percebido quando analisamos as diversas autorizações para a exportação de energia elétrica brasileira à Argentina e ao Uruguai, que vem sendo concedidas para o período de um ano, para intercâmbios de energia excedente e interruptível.

Apesar dessa situação já ocorrer há mais de uma década – o que gerou um grande número de autorizações, conforme foi observado –, permanece a ausência de planejamento para um projeto de integração no médio e longo prazo e permanece o marco regulatório que nada inclui de um projeto real de integração e que atende apenas aos intercâmbios pontuais de excedentes.

Além de não haver diretrizes gerais ou regras para estabelecer um projeto de integração que seja capaz de aproveitar o potencial dos países da região e trazer benefícios efetivos aos envolvidos, conforme a possibilidade já apresentada pela literatura sobre o tema, os regramentos hoje estabelecidos – conforme se observa no grande número de instrumentos emitidos – se dão pontualmente e conforme a conjuntura do período, indo, portanto, na contra mão do fortalecimento de um projeto de real integração.

Em suma, o marco regulatório brasileiro no que tange aos intercâmbios internacionais de energia elétrica é bastante genérico e voltado apenas para os intercâmbios de excedentes. As leis e decretos pouco discorrem sobre como devem ocorrer esses intercâmbios. O regramento é dado caso a caso por instrumentos emitidos anteriormente pela ANEEL e atualmente pelo

MME, mas sem nenhuma diretriz, planejamento ou definições para os intercâmbios futuros, em uma perspectiva de médio ou longo prazo.

Com relação à estrutura institucional, percebeu-se que, do mesmo modo como a estrutura regulatória, ela não está adaptada a atender um projeto de integração energética que não seja meramente baseado na troca de excedentes.

Atualmente, para a operacionalização dos intercâmbios da maneira como eles estão sendo realizados, ou seja, para a realização de intercâmbios de excedentes, na modalidade emergencial e interruptível, a estrutura institucional não representa um entrave. Cada país possui suas próprias instituições, cada uma responsável por determinadas atividades e essas instituições, cada uma com sua estrutura, se comunicam para acomodar a realização dos intercâmbios.

No entanto, para que se chegue à integração energética propriamente, de modo a aproveitar a complementaridade dos recursos dos países envolvidos, o que exige um planejamento conjunto, que seja também internalizado às políticas energéticas nacionais, a estrutura institucional atual representa um entrave.

A estrutura atual está voltada para atender a certos interesses, sem que se consiga abrir espaços para projetos como o da integração, onde se necessita chegar a consensos e a políticas conjuntas. Desde o planejamento até a operacionalização, os intercâmbios de energia elétrica estão envoltos pelas instituições e políticas nacionais, voltadas para resguardar ao máximo seus próprios interesses.

Quando da construção das interligações entre Brasil e Argentina e Brasil e Uruguai, o interesse brasileiro estava na importação de energia elétrica, já que o país enfrentava dificuldades de abastecimento. Foram concedidas autorizações prevendo a importação firme. Logo depois, Argentina e Uruguai também enfrentaram problemas para atender sua própria demanda por energia elétrica. Nesse momento as autorizações mudaram. A importação firme deixou de existir e foi autorizada a exportação de energia elétrica brasileira a esses países, mas sempre de modo excepcional e interruptível, quando houvesse excedentes.

Ou seja, mesmo havendo a possibilidade de realizar intercâmbios de energia elétrica entre esses países, os mesmos nunca foram coordenados de modo a criar um projeto de integração, mas sempre acomodados de acordo com a conjuntura do período e os interesses.

Além disso, foi observado que apesar de haver instâncias supranacionais que tratem das questões energéticas, como, por exemplo, dentro do próprio MERCOSUL (Subgrupo de

Trabalho Nº 9), os entendimentos para os intercâmbios não ocorrem nesses espaços. Formalmente existem intenções e espaços, mas na prática nada se verifica.

Ou seja, apesar da criação formal de um espaço de negociação, não há na prática uma tentativa de coordenação supranacional para planejar e operacionalizar esses intercâmbios de modo a construir uma integração energética para além dos intercâmbios de excedentes.

Assim, diante das verificações sobre o marco institucional e regulatório brasileiro, a presente pesquisa verificou que, apesar das intenções expressas em acordos internacionais e discursos na direção de fortalecer a integração regional, isso não é cumprido na prática, pois os intercâmbios, da forma como vem sendo realizados, são caracterizados como emergenciais, excepcionais e interruptíveis, sem perspectiva de planejamento para o médio ou longo prazo.

Ou seja, a integração energética que se tem conduzido entre esses países está baseada apenas no intercâmbio de excedentes de energia elétrica. Nem a estrutura institucional e nem a estrutura regulatória estão moldadas de forma a atender um projeto de integração energética com vistas a aproveitar a complementaridade de recursos que esses países apresentam.

Por essa razão, ao manter um projeto de meras trocas de excedentes, há pouco estímulo para que se avance com novas interligações. Hoje o Brasil não importa mais energia elétrica por essas interligações, mas sim exporta. Por isso, a ampliação das instalações e dos próprios intercâmbios depende de uma iniciativa dos demais países em encampar os projetos, arcando com o fato de que as exportações de energia elétrica realizadas pelo Brasil se dão em caráter interruptível.

Parece não haver interesse brasileiro em expandir as interligações na região, como havia no período anterior à crise de abastecimento vivenciada em 2001. Os principais agentes brasileiros que se envolveram nesses projetos permanecem, mas não há indicações de novos projetos, à exceção da nova interligação com o Uruguai, a partir de uma iniciativa da UTE para importar mais energia do Brasil, já que a interligação de Rivera é limitada a uma capacidade de 72 MW.

6.2. PLANEJAMENTO

E qual seria então o desafio a ser superado para que a integração energética, por meio da interligação entre os sistemas elétricos, pudesse ser aproveitada ao seu máximo, gerando os benefícios esperados aos países envolvidos?

Inicialmente, parece haver um problema na esfera do planejamento. Se de fato as intenções dos governos, expressas nos diversos atos internacionais, vão em direção à integração energética, é necessário que haja um planejamento. Não apenas o planejamento por meio de agendas bilaterais, como as que já foram criadas entre esses países. Mas o planejamento que seja internalizado às políticas energéticas nacionais.

Mesmo com a assinatura de diversos acordos internacionais, com o comprometimento com o projeto da integração energética e com a criação de agendas bilaterais, se esses objetivos não forem internalizados na política energética nacional de cada um dos países envolvidos, os projetos de integração não irão se desenvolver para além de projetos conjunturais.

O Brasil passou por uma grave crise de desabastecimento em 2001, que incorreu na reestruturação do modelo do setor elétrico nacional. A situação ocorrida há dez anos ainda justifica a condução de inúmeros projetos, principalmente na área de geração, mesmo que eles suscitem polêmicas do ponto de vista técnico, financeiro e/ou ambiental. Garantir a segurança do abastecimento é uma das principais diretrizes do modelo vigente.

As interligações com a Argentina e com o Uruguai deixaram de ser fonte de energia elétrica ao Brasil. Por outro lado, construiu-se a interligação com a Venezuela, que traz energia da hidroelétrica de Guri até a cidade de Boa Vista, no estado de Roraima. Atualmente, estão em fase de estudos usinas hidroelétricas em território peruano e boliviano para a importação de energia elétrica também desses países. Nessa região, ainda há o interesse de agentes brasileiros para importar energia elétrica e construir infraestrutura para tal.

Os intercâmbios com a Argentina e com o Uruguai não estão mais inseridos na política energética brasileira. No entanto, olhar os intercâmbios apenas como uma via de mão única para a importação de energia elétrica limita o potencial de otimização dos recursos regionais e, conseqüentemente, os benefícios da integração.

Conforme apontado por diversos estudos sobre a temática da integração energética regional, que já foram mencionados pelo presente trabalho, um planejamento amplo da integração permitiria aos países tirar proveito da complementaridade entre os seus sistemas de geração e consumo de energia elétrica. Seria possível, além de promover o uso mais racional dos recursos naturais da região, ou atender uma mesma demanda com custos inferiores aos encontrados nos sistemas nacionais, através da energia não utilizada no país vizinho, ou aumentar a geração de energia a partir das próprias usinas já existentes, fazendo uso mais efetivo da capacidade instalada na região.

Esses benefícios e sua busca é que deveriam nortear o planejamento da integração energética, planejamento esse que obrigatoriamente deveria ser incorporado às políticas energéticas nacionais caso se queira promover a integração.

Atualmente, não é apenas a política energética brasileira que está concentrada no atendimento de sua demanda interna e em garantir a segurança do suprimento, com pouca atenção às interligações que não trazem energia elétrica ao país. A Argentina e o Uruguai estão na mesma situação.

Esses dois países, conforme já mencionado, desde o início da década dos anos 2000 até os dias atuais, vem passando por dificuldades para atender seu mercado interno. Por isso, seus acordos com o governo brasileiro tem sido freqüentes, pois o Brasil tornou-se uma fonte de energia elétrica. Por isso também que está em construção uma nova interligação entre Brasil e Uruguai, pois essa interligação é de interesse uruguaio para atender sua demanda interna.

Ou seja, Argentina e Uruguai também estão focados no atendimento de sua demanda interna, mas nesse caso o Brasil é uma das fontes de energia elétrica disponível. Essa situação é semelhante a que ocorre atualmente entre o Brasil e a Venezuela, e o Perú e a Bolívia, onde o Brasil tem interesse na energia elétrica.

Nesse sentido, outra conclusão do presente trabalho é que o objetivo da política energética brasileira no que se refere às interligações internacionais é atender sua demanda interna a partir de grandes excedentes do exterior, de maneira análoga ao que tem feito com as importações de gás natural boliviano. Esse objetivo parece não ter se alterado ao longo dos últimos anos, mesmo com a mudança de governos, reestruturações no setor elétrico, assinatura de acordos internacionais, etc.

O fato de haver atualmente interesse nas interligações com outros países na região amazônica e não haver mais tanto interesse nas interligações da Bacia do Prata confirma isso. Todas as

interligações que o Brasil possui com os sistemas elétricos de outros países foram construídas com o objetivo de importar energia elétrica, desde a interligação de Acaray (1973) até a interligação com a Venezuela (2001).

No entanto, ao longo dos anos, devido à indisponibilidade energética dos países vizinhos, algumas dessas importações não puderam ser mantidas e as interligações estão ou desligadas, como Acaray, ou sendo utilizadas para os intercâmbios emergenciais, sem indicações de regramentos para que os mesmos sejam acordados em caráter permanente. A única exceção a essa regra é a interligação que está em construção com o Uruguai, projeto encampado pela UTE.

Essas considerações trazem alguma elucidação à questão do planejamento de longo prazo da integração energética, hoje algo inexistente nos intercâmbios realizados entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, à exceção da energia de Itaipu Binacional, que não foi tratada no presente trabalho e que possui regramentos próprios para sua comercialização.

Apesar de o planejamento ser a etapa inicial dos intercâmbios, ela não é a única. Há que se fazer considerações acerca da estrutura dos mercados de energia elétrica e da operação desses intercâmbios.

6.3. ESTRUTURA DOS MERCADOS

Conforme visto no Capítulo 5.1, a comercialização de energia elétrica no Brasil é realizada em dois ambientes: o ambiente de contratação livre (ACL) e o ambiente de contratação regulada (ACR). A energia elétrica de importação e de exportação sempre foi negociada livremente entre os agentes, mesmo antes da criação desses dois mercados e hoje permanece assim⁵⁰.

Há alguns atores que participam das importações e exportações de energia elétrica. Mais notadamente está a Eletrobras (com suas subsidiárias), proprietária da interligação de

⁵⁰ À exceção da energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, que possui regras específicas de comercialização.

Uruguaiana e de Rivera e a CIEN, proprietária da interligação de Garabi I e II. A COPEL é o agente de importação da energia da interligação de Acaray, mas conforme mencionado, a interligação está atualmente desligada.

Há também outros agentes comercializadores, autorizados a realizar intercâmbios internacionais de energia elétrica após terem participado e vencido as licitações de oferta de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai, como, por exemplo, a Tractebel e a Enertrade.

Na Argentina, a estrutura do setor elétrico é fruto de uma reestruturação conduzida na década de 1990, inspirada na reestruturação do setor elétrico britânico. As atividades do setor foram liberalizadas, promoveu-se a concorrência onde era possível e os ativos foram transferidos à iniciativa privada (CAMMESA, 2011).

Atualmente, as transações de compra e venda de energia elétrica ocorrem no MEM (*Mercado Eléctrico Mayorista*), que é dividido entre o mercado de longo prazo e o mercado de curto prazo (*spot*). No MEM, os distribuidores e os grandes usuários contratam sua demanda com os produtores e/ou comercializadores através de negociações livres, assim o preço da energia é definido como resultado dessas negociações, ou seja, pelo mercado (CAMMESA, 2011).

O MEM é aberto às negociações para os intercâmbios com os países vizinhos, já que nele é permitida a realização de contratos entre empresas privadas para a exportação ou importação de energia elétrica (CAMMESA, 2011).

No Uruguai, o setor de energia elétrica é controlado basicamente pela UTE, empresa estatal que exerce as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no país. Apesar de existir usinas de geração de propriedade de terceiros, a demanda uruguaia é atendida basicamente pelas usinas de geração da UTE e pela energia proveniente da usina hidroelétrica binacional de Salto Grande.

Nos intercâmbios internacionais de energia elétrica é sempre a UTE o agente uruguaio envolvido nas operações, seja para a construção de interligações ou para a comercialização da energia de importação ou exportação.

No Paraguai, todo o mercado de energia elétrica é controlado pela ANDE, que executa as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no país. Apesar de a política e o planejamento energético serem formalmente de responsabilidade do Vice-Ministério de Energia, quem o executa na prática também é a ANDE, que ademais é quem exerce na prática o papel de ente regulador do setor.

Por isso, todos os projetos de integração energética em que o Paraguai se envolve tem, na prática, planejamento, execução, comercialização e operação centralizados em uma única instituição, que é a ANDE.

Fato é que os mercados de energia elétrica desses países possuem estruturas diferentes. Se no Brasil e na Argentina há uma diversidade maior de atores que participam do setor, ainda que com a preponderância de alguns, no Uruguai e principalmente no Paraguai o setor é concentrado em poucos ou em apenas um agente (UTE e alguns outros pequenos agentes no Uruguai e ANDE no Paraguai).

O Paraguai, onde o setor elétrico permaneceu sob a estrutura de um monopólio público, é o país que mais possui projetos de integração elétrica, entre interligações e centrais binacionais de geração. Poder-se-ia supor que isso se deve ao fato da centralização das decisões em uma única instituição ou ao fato de o Paraguai possuir grandes excedentes de energia elétrica. Ou ainda, a ambos.

Por outro lado, o Brasil, com mais atores participantes e com mais instâncias decisórias, também se envolveu nos projetos de integração energética sempre que estes lhe pareceram vantajosos.

Fato é que, quando se pensa no avanço da integração energética regional para além dos intercâmbios de excedentes, há ainda questões não resolvidas com relação às regras de funcionamento dos mercados nacionais de energia elétrica. Um exemplo bastante recente, ainda que envolva um projeto não tratado pelo presente trabalho, foi a reivindicação paraguaia para vender a energia excedente de Itaipu Binacional no mercado livre brasileiro, proposta esta combatida veementemente pelos agentes brasileiros.

Por conta da rejeição inicial a essa proposta, foi suscitada a possibilidade de reativar a interligação de Acaray, por meio da qual o Paraguai poderia vender parte de sua energia ao mercado livre brasileiro e depois compensar essa energia internamente com sua parcela da energia de Itaipu (LEAL, 2009).

Essa venda de energia paraguaia ao mercado brasileiro, conforme apresentado no presente trabalho, tem sido realizada desde a década de 1970 e, mais especificamente, tem sido realizada no ambiente de contratações livre desde a década de 1990, quando esse ambiente foi criado, sendo interrompida somente pelo baixo nível dos reservatórios da hidroelétrica de Acaray.

No entanto, como as regras de comercialização da energia de Itaipu Binacional são diferentes, ocorrem essas disputas que são tratadas politicamente pelo alto escalão dos governos envolvidos.

Por situações como essa, que se tornam barreiras à comercialização de energia elétrica de um país no outro, há que se pensar na harmonização de regras de comercialização entre os países, ainda que as mesmas sejam harmonizadas somente no que diz respeito aos intercâmbios internacionais de energia elétrica.

Caso houvesse essa harmonização, a venda da energia elétrica proveniente da parcela paraguaia de Itaipu Binacional não precisaria mais ser discutida em torno do Tratado de Itaipu, pois a situação estaria definida pelo regramento geral e não pelo regramento específico, que nesse caso é dado pelo Tratado.

Nesse sentido, percebeu-se que, no caso dos intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, as diferenças na estrutura dos mercados de eletricidade podem até não afetar a operacionalização de intercâmbios de excedentes, mas representam um entrave quando se vislumbra um projeto de real integração energética entre esses países, que exigiria uma coordenação supranacional e o desmonte de barreiras hoje presentes para os intercâmbios.

6.4. OPERAÇÃO DOS INTERCÂMBIOS

Atualmente, e conforme visto no Capítulo 4, os intercâmbios de energia elétrica entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL são operacionalizados pelo ONS, que controla o sistema interligado brasileiro, ao qual as interligações com esses países estão conectadas.

Não há uma instituição regional dedicada ao despacho dos intercâmbios internacionais de energia elétrica. Quando os mesmos são realizados, o ONS coordena essas operações com as instituições responsáveis pelo despacho dos outros países envolvidos, que são a CAMMESA, na Argentina, a UTE, no Uruguai e a ANDE, no Paraguai.

Essas instituições intercambiam todas as informações e estão em permanente contato para coordenar conjuntamente as operações de intercâmbios por meio das interligações existentes. Inclusive, sua comunicação pode ser formalizada através do estabelecimento de procedimentos comuns, como aqueles já elaborados entre o ONS e a CAMMESA (Regulamento Internacional de Operação ONS – CAMMESA, 2006).

De maneira geral, os operadores nacionais estabelecem os montantes de energia elétrica que podem ser despachados para exportação, que devem ser informados ao operador do país importador para a devida programação, de acordo com seu sistema de despacho. A energia de importação pode ser modelada, por exemplo, como uma usina termoeletrica localizada na região de fronteira, o que era realizado pelo ONS para a interligação de Garabi, quando o Brasil importava energia por essa interligação, no início dos anos 2000.

Essa coordenação do despacho para a realização dos intercâmbios internacionais de energia elétrica da maneira como os mesmos vem sendo realizados atualmente, ou seja, baseados meramente em troca de excedentes, parece ser suficiente.

Entretanto, do mesmo modo como quando nos referimos ao planejamento e à estrutura dos mercados de energia elétrica, quando se vislumbra atingir outro patamar de integração há que se considerar também um patamar mais complexo com relação ao despacho, que necessariamente operaria outra lógica.

Atualmente, os despachos nacionais seguem seus sistemas próprios e estão direcionados para atingir determinados objetivos domésticos, como, por exemplo, a segurança de abastecimento juntamente com a modicidade tarifária, a partir de um despacho econômico das cargas disponíveis.

Considerando uma situação de real integração energética, na qual os países envolvidos fossem importadores e exportadores de energia elétrica e estivessem alinhados em torno do objetivo de operar conjuntamente os recursos da região, de modo a tirar vantagens de abastecimento e também econômicas, seria necessário não apenas uma coordenação e troca de informações entre operadores de sistemas, mas sim um sistema único de despacho, que, do mesmo modo como, por exemplo, o ONS realiza o despacho econômico do sistema brasileiro, realizasse o despacho econômico da região.

Fato é que, apesar de haver atualmente uma coordenação e troca de informações entre os operadores nacionais, ela ainda está a uma grande distância do que seria um despacho conjunto, que seria a essência da real integração energética através da eletricidade entre esses

países. Ou seja, seria a aplicação da lógica de um despacho de cargas ideal sem considerar as fronteiras políticas, mas aproveitando de maneira ótima as cargas regionais disponíveis, o que, conforme a literatura já apontou, traria benefícios a todos os países envolvidos.

6.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Resumindo as idéias aqui apresentadas, para que seja possível avançar com a integração energética entre os países membros do MERCOSUL para um patamar além dos intercâmbios de excedentes, hoje em prática, é necessário considerar que:

- A estrutura institucional e regulatória hoje vigente não abarca um projeto de integração energética, mas apenas a operação de intercâmbios de excedentes de energia elétrica.
- Apesar de os acordos internacionais mencionarem intenções de aprofundar o processo de integração energética, isso não se verifica na prática.
- Não há planejamento nem regramentos para a condução da integração no médio e longo prazo. O processo se dá baseado em regramentos mínimos, que permitem a troca de excedentes, sempre que essas trocas não afetem o abastecimento doméstico.
- O planejamento da integração energética no médio ou longo prazo, que poderia ser realizado em nível supranacional, deve obrigatoriamente ser internalizado nas políticas energéticas nacionais.
- As políticas nacionais são voltadas ao atendimento de seus mercados domésticos, o que torna atraente somente os projetos de integração que se apresentam como fontes de energia ao atendimento dessa demanda. No entanto, essa visão não permite enxergar o processo de integração de maneira dinâmica, considerando situações de exportações e importações, que poderiam otimizar a utilização dos recursos da região.
- Há que se pensar na harmonização das regras de comercialização entre os países, pelo menos no que diz respeito aos intercâmbios internacionais de energia elétrica, para que

as regras nacionais não se transformem em barreiras à energia proveniente de outros países.

- Para operacionalizar uma situação de integração energética ideal, a troca de informações mantida atualmente entre operadores nacionais não é suficiente. O despacho de cargas deve ser realizado a partir de outra lógica, ou seja, um despacho conjunto, a fim de que sejam considerados todos os recursos disponíveis na região para maximizar os benefícios aos países envolvidos.

Por fim, deve-se destacar que o Brasil possui o maior sistema elétrico da região, tanto em termos de capacidade instalada de geração, de sistemas de transmissão e de distribuição, de população, consumo de energia, etc. É um país de proporções continentais, fazendo fronteira com quase todos os países sulamericanos (à exceção do Chile e do Equador), com muitos dos quais possui interligações de energia elétrica.

Por essas características, iniciativas no sentido de impulsionar a integração energética regional perpassam, quase que obrigatoriamente, pela participação brasileira.

Entretanto, não é razoável acreditar que a opção pelo avanço da integração energética, a integração com a otimização dos recursos regionais e não somente aquela baseada na troca de excedentes, não seja conhecida ou não tenha sido sequer aventada pelos órgãos responsáveis pelo planejamento energético do país.

O Brasil não poderia ter um planejamento restrito, mas deveria ter um planejamento orientado a combinar os benefícios oriundos de diversas opções, dentre elas a integração com os países vizinhos para a utilização mais eficiente dos recursos regionais.

Por isso, a questão do avanço da integração não é apenas de um problema de planejamento simplesmente, mas sim de orientação do planejamento. Ou seja, de diretrizes para a realização do planejamento, o que, para esta temática, não mudou desde a construção da interligação de Acaray, inaugurada na década de 1970.

Resta saber se a miopia no planejamento da utilização dos recursos naturais para a produção de energia no Brasil e na região conseguirá ser superada.

REFERÊNCIAS

ADME. **Informe de Gestión - Administración del Mercado Eléctrico**, 2009. Disponível em: <http://www.adme.com.uy/institucional/pdf/gestion/2009/GER-IN-2009-008-01-Informe_de_Gestion_2009.pdf>. Acesso em: 7 Junho 2011.

ANEEL. **Relatório. Processo: 48500.005407/2000-10**. 14 de agosto de 2007. Brasília. 2007.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Relatório ANEEL 10 Anos**, 2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Aneel_10_Anos.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

ANEEL. **Agência Nacional de Energia Elétrica**, 2011. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

ANTUNES, A. J. C. **Infraestrutura na América do Sul: situação atual, necessidades e complementaridades possíveis com o Brasil**. CEPAL. [S.l.]. 2007.

ARANGO, S.; DYNER, I.; LARSEN, E. R. Lessons from Deregulation: Understanding Electricity Markets in South America. **Utilities Policy**, Vol. 14, 2006. pp. 196-207.

ARGENTINA. **Ley 23.390 - Convenio de Ejecucion del Acuerdo Interconexion Energetica del 12/2/74 Suscripto con la Republica Oriental del Uruguay el 27/05/83**. B.O., Buenos Aires, 11 de março de 1987.

ARGENTINA. **Secretaria de Energía**, 2011. Disponível em: <<http://energia3.mecon.gov.ar/home>>. Acesso em: 3 Junho 2011.

BAUMAN, R. **Integração Regional e Desenvolvimento Econômico – Com referência a Celso Furtado**. CEPAL, Agosto 2005.

BEHRENS, A. Regional Energy Trade: Its Role in South America. **Energy Policy**, março de 1990. pp. 175-185.

BRAGA, M. B. Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL. **Cadernos PROLAM/USP**, Ano I, Volume I, 2002.

BRASIL. **Ministério de Minas e Energia**, 2011. Disponível em: <www.mme.gov.br>. Acesso em: 11 Junho 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Glossário Legislativo**, 2011b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Agencia/glossario/>>. Acesso em: 31 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Divisão de Atos Internacionais**, 2011c. Disponível em: <www.mre.gov.br/dai>. Acesso em: 13 de setembro de 2011.

CAF. **Caminos para el Futuro: Gestión de la Infraestructura en América Latina**. Corporación Andina de Fomento. Caracas. 2009.

CAMMESA. **Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico**, 2011. Disponível em: <<http://portalweb.cammesa.com/default.aspx>>. Acesso em: 3 Junho 2011.

CCEE. **Visão Geral das Operações na CCEE**. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. [S.l.]. 2010.

CCEE. **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica**, 2011. Disponível em: <www.ccee.org.br>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

CEBH. **Comisión de Entes Binacionales Hidroeléctricos**, 2011. Disponível em: <<http://cebh.mre.gov.py/v1>>. Acesso em: 7 Junho 2011.

CFEE. **Consejo Federal de la Energía Eléctrica**, 2011. Disponível em: <<http://www.cfee.gov.ar/index.php>>. Acesso em: 3 Junho 2011.

CHIPP, H. J. et al. Perspectiva da integração eletroenergética do cone sul: uma alternativa de evolução gradual. **Revista de CIER**, v. 54, p. 3-9, 2010.

CIER. Comisión de Integración Energética Regional. **Síntesis Informativa Energética de los Países de la CIER**, 2010. Disponível em: <www.cier.org.uy>. Acesso em: 29 de Outubro de 2011.

COMIP. **Comisión Mixta del Río Paraná**, 2011. Disponível em: <www.comip.org.ar>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

COOPERS & LYBRAND. **Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro. Relatório Consolidado Etapa VII-1. Volume I – Sumário Executivo**. Coopers & Lybrand. [S.l.]. 1997.

CTMSG. **Comisión Técnica Mixta de Salto Grande**, 2011. Disponível em: <<http://200.40.197.147/index.html>>. Acesso em: 7 Junho 2011.

DÁVILA-VILLERS, D. R. Competition and Co-operation in the River Plate: The Democratic Transition and Mercosur. **Bulletin of Latin American Research**, Vol. 11, No. 3, setembro de 1992. pp. 261-277.

EBISA. **Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima**, 2011. Disponível em: <www.ebisa.com.ar>. Acesso em: 3 Junho 2011.

EBY. **Entidad Binacional Yacyretá**, 2011. Disponível em: <www.eby.gov.py>. Acesso em: 3 Junho 2011.

ELETROBRAS, 2011a. Disponível em: <www.elektrobras.com>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

ELETROBRAS. **UnE Garabi-Panamby**, 2011b. Disponível em: <<http://www.elektrobras.com/elb/main.asp?View=>

ELETROBRAS. **Transmissão**, 2011c. Disponível em: <<http://www.elektrobras.com/elb/data/Pages/LUMISB1BA38CDPTBRIE.htm>>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

ENARSA. **Energía Argentina Sociedad Anónima**, 2011. Disponível em: <<http://www.enarsa.com.ar/index.htm>>. Acesso em: 6 Junho 2011.

ENRE. **Ente Nacional Regulador de la Electricidad**, 2011. Disponível em: <www.enre.gov.ar>. Acesso em: 3 Junho 2011.

EPE. **Empresa de Pesquisa Energética**, 2011. Disponível em: <www.epe.gov.br>. Acesso em: 15 de novembro de 2011.

FERNANDES, B. Clima é justificativa "furada" para apagão, diz Ildo Sauer. Entrevista com Ildo Luis Sauer. 11 de novembro de 2009. **Terra Magazine**, 2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,OI4094854-EI6578,00-Clima+e+justificativa+furada+para+apagao+diz+exPetrobras.html>>. Acesso em: 14 de outubro de 2011.

IEE. **Projeto Integração Energética Brasil-Argentina**. Apresentação de Power Point. IE/UFRJ, IDEE/FB, CEARE/UBA, IEE/USP. São Paulo, setembro de 2005. 2005a.

IEE. **Projeto Integração Energética Brasil-Argentina: estudo de caso**. Apresentação de Power Point. Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, setembro de 2005. 2005b.

IEE. **Análise da Crise de Abastecimento de 2001/02 no Sistema Interligado Nacional**. Apresentação de Power Point. Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. s.d.

ITAIPU BINACIONAL, 2011. Disponível em: <www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 11 Junho 2011.

LEAL, M. Itaipu: Paraguai inicia venda progressiva de 300MW no mercado livre. **Jornal da Energia**, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=1632>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

MENDONÇA, A. F.; DAHL, C. The Brazilian electrical system reform. **Energy Policy**, Vol. 27, 1999. pp. 73-83.

MERCOSUR, 2011. Disponível em: <www.mercosur.int>. Acesso em: 19 Junho 2011.

NICKSON, R. A. The Itaipu Hydro-Electric Project: The Paraguayan Perspective. **Bulletin of Latin American Research**, Vol. 2, Nº 1, outubro de 1982. pp. 1-20.

OLIVEIRA, A. D. South Cone Energy Integration: a Look from Brazil. **International Journal of Energy Sector Management**, Vol. 1, Nº 2, 2007. pp. 122-140.

ONS & CAMMESA. **Regulamento Internacional de Operação ONS - CAMMESA. Fraseologia e Terminologia Operacional**, 2006a. ISSN Módulo 2. Revisão 1. Data de Vigência: 1/1/2006. Disponível em:

<<http://portalweb.cammesa.com/Pages/Institucional/Empresa/Reglamentoarg.aspx>>. Acesso em: 15 de agosto 2011.

ONS & CAMMESA. **Reglamento Internacional de Operación ONS - CAMMESA. Normativo Geral**, 2006b. ISSN Módulo 1. Revisão 1. Data de Vigência: 01/01/2006. Disponível em:

<<http://portalweb.cammesa.com/Pages/Institucional/Empresa/Reglamentoarg.aspx>>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.

ONS. Operador Nacional do Sistema Elétrico. **Acompanhamento Mensal dos Intercâmbios Internacionais - Dezembro, 2010**. Disponível em:

<http://www.ons.org.br/resultados_operacao/acompanhamento_mensal_intercambios_internacionais/index.aspx>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

ONS. **Operador Nacional do Sistema Elétrico**, 2011. Disponível em: <www.ons.org.br>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

OXILIA DÁVALOS, V. E. **Raíces Socioeconômicas da Integração Energética na América do Sul: Análise dos Projetos Itaipu Binacional, Gasbol e Gasandes**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

PACHECO, L. B. **Como se Fazem as Leis**. 2ª. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

PARAGUAY. MOPC. **Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones**, 2011a. Disponível em: <<http://www.mopc.gov.py/mopcweb/index.php>>. Acesso em: 7 Junho 2011.

PARAGUAY. **Viceministerio de Minas y Energía**, 2011b. Disponível em: <<http://www.ssme.gov.py>>. Acesso em: 7 Junho 2011.

QUINTO, J. D. ¿Veremos algún Día un Mercado Único de la Energía en América Latina? **Revista CIER**, p. 64-70, Ano XV, Nº 50. Outubro 2006 - Junho 2007. 2007.

RUIZ-CARO, A. **Puntos de Conflicto de la Cooperación e Integración Energética em América Latina y El Caribe**. CEPAL - Série Recursos Naturales e Infraestructura, Nº 148. Março. 2010.

SAUER, I. L. Um Novo Modelo para o Setor Elétrico Brasileiro. In: SAUER, I. L., et al. **A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro**. Campo Grande e São Paulo: Ed. UFMS e Paz e Terra, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3^a ed. rev. atual. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

SOUZA, N. A. D.; RODRIGUES, L. A. A Integração Energética na América Latina. **Data Venia**, n. 25. São Paulo, fev-abr 2009.

URSEA. **Unidad Reguladora de Servicios de Energía y Agua**, 2011. Disponível em: <<http://www.ursea.gub.uy/home.htm>>. Acesso em: 10 Junho 2011.

URUGUAY. MIEM. **Ministerio de Industria, Energía y Minería**, 2011a. Disponível em: <<http://www.miem.gub.uy/portal/hgxpp001?5,1,51,O,S,0,SRC;177;0;2183;N;SRC;MNU;E;30;8;MNU;,>>>. Acesso em: 7 Junho 2011.

URUGUAY. MIEM-DNE. **Dirección Nacional de Energía**, 2011b. Disponível em: <<http://www.miem.gub.uy/portal/hgxpp001?5,6,36,O,S,0,SRC;177;0;2183;N;SRC;MNU;E;30;5;MNU;,>>>. Acesso em: 7 Junho 2011.

UTE. Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas. **Memoria Anual**, 2009. Disponível em: <http://www.ute.com.uy/pags/Institucional/documentos/Memoria_2009.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2011.

UTE. **Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas**, 2011. Disponível em: <<http://www.ute.com.uy>>. Acesso em: 7 de junho de 2011.

VAINER, C.; NUTI, M. **A Integração Energética Sul-Americana: Subsídios para uma Agenda Socioambiental**. INESC. Brasília, p. 72. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A	Principais Instrumentos do Marco Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro	135
APÊNDICE B	Principais Atos Bilaterais Sobre os Intercâmbios de Energia Elétrica Entre Brasil e Argentina	138
APÊNDICE C	Principais Atos Bilaterais Sobre os Intercâmbios de Energia Elétrica Entre Brasil e Uruguai	139
APÊNDICE D	Principais Atos Bilaterais Sobre os Intercâmbios de Energia Elétrica Entre Brasil e Paraguai	141
APÊNDICE E	Principais Atos Multilaterais Sobre Integração Elétrica Entre o Brasil e os Demais Membros do MERCOSUL	142
APÊNDICE F	Resoluções do CNPE Para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica Entre o Brasil e os Demais Membros do MERCOSUL	143
APÊNDICE G	Instrumentos da ANEEL Para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica Entre o Brasil e os Demais Membros do MERCOSUL	144
APÊNDICE H	Portarias Ministeriais Para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica Entre o Brasil e os Demais Membros do MERCOSUL	149

**APÊNDICE A – PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DO MARCO REGULATÓRIO DO SETOR
ELÉTRICO BRASILEIRO**

Tabela 1 – Marco Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro: Principais Instrumentos

Instrumento	Data	Conteúdo
Constituição Federal	1988	Artigo 175: é do setor público a responsabilidade pela prestação de serviços através de concessões ou permissões. Artigo 176: as jazidas, recursos minerais e potenciais hídricos são propriedade do Estado.
Lei 5.655	1971	Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica.
Lei 8.631	1993	Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.
Decreto 774	1993	Regulamenta a Lei nº 8.631/1993.
Lei 8.987	1995	Lei das Concessões. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no país, conforme previsto no art. 175 da Constituição Federal.
Lei 9.074	1995	Estabelece normas para a outorga e prorrogação de concessões e permissões para a prestação de serviços públicos. Dispõe especificamente sobre os serviços de energia elétrica. Estabelece o Produtor Independente de Energia e o Consumidor Livre. Dispõe sobre as instalações de transmissão de energia elétrica, entre outros.
Lei 9.427	1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina as concessões de serviços públicos de energia elétrica, com o estabelecimento de seu regime econômico financeiro, entre outros.
Lei 9.433	1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
Lei 9.478	1997	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre outros.
Lei 9.648	1998	Cria o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), estabelece o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), autoriza a reestruturação da Eletrobras e de suas subsidiárias para a privatização, entre outros.
Decreto 2.655	1998	Estabelece diretrizes gerais para o funcionamento do setor elétrico. Estabelece o ambiente competitivo nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica, com livre acesso às instalações de transmissão e distribuição. Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica. Define as regras de organização do ONS, entre outros.
Lei 9.991	2000	Dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas do setor de energia elétrica; entre outros.
Lei 10.433	2002	Autoriza a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE). Revogada mais tarde pela Lei 10.848/2004.

Continua...

Instrumento	Data	Conteúdo
Lei 10.438	2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial; sobre a recomposição tarifária extraordinária, vinculada ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Percee); cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa); cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, entre outros.
Decreto 4.550	2002	Regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Eletronuclear e por ITAIPU Binacional.
Lei 10.604	2002	Dispõe sobre os recursos para subsidiar os consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda; estabelece a compra de energia elétrica pelos distribuidores através de leilões; entre outros.
Lei 10.762	2003	Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, entre outros.
Lei 10.847	2004	Cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.
Lei 10.848	2004	Constitui o novo modelo para o setor elétrico. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, estabelecendo o mercado regulado e o mercado livre para os contratos de compra e venda de energia elétrica. Cria a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em substituição ao Mercado Atacadista de Energia (MAE). Estabelece o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. Retira a Eletrobras e suas empresas controladas do Programa Nacional de Desestatização (PND), entre outros.
Decreto 5.081	2004	Dispõe sobre as atribuições do ONS na nova estrutura do setor elétrico.
Decreto 5.163	2004	Regulamenta a comercialização de energia elétrica no âmbito do novo modelo do setor elétrico brasileiro, entre outros.
Decreto 5.177	2004	Regulamenta a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entre outros.
Decreto 5.287	2004	Altera dispositivos de decretos anteriores sobre a tarifação de energia elétrica no meio rural e sobre a comercialização de energia elétrica gerada pela Eletronuclear e por ITAIPU Binacional, alterando o Decreto 4.550/2002.
Lei 11.488	2007	Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), autoriza a ANEEL a celebrar aditivos aos contratos de concessão de uso de bem público de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, altera outros dispositivos de leis anteriores referentes ao setor elétrico, entre outros.
Decreto 6.265	2007	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica oriunda de ITAIPU Binacional, alterando o Decreto 4.550/2002.
Lei 11.651	2008	Autoriza a Eletrobras, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou Controladas, a associar-se para atuação nacional ou no exterior na produção ou transmissão de energia elétrica.
Decreto 6.460	2008	Dispõe sobre as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas (ICG).

Continua...

Instrumento	Data	Conteúdo
Lei 11.943	2009	Estabelece o Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE), que presta garantias a empresas estatais do setor elétrico que participem de sociedades de propósito específico para empreendimentos do PAC ou considerados estratégicos; entre outros.
Lei 12.111	2009	Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados e sobre a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); entre outros.
Lei 12.212	2010	Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; sobre o emprego de recursos dos distribuidores em programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética; entre outros.
Decreto 7.129	2010	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica no mercado livre por agentes vendedores sob controle público.
Decreto 7.246	2010	Regulamenta a Lei no 12.111/2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional e dá outras providências.

Fonte: Elaboração própria.

**APÊNDICE B – PRINCIPAIS ATOS BILATERAIS SOBRE OS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA
ELÉTRICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Tabela 1 – Principais Atos Bilaterais sobre Integração Elétrica: Brasil e Argentina

Assinatura	Documento
14/03/1972	Convênio Eletrobras e "Agua y Energia Eléctrica (AyE)" (não disponível).
17/05/1980	Acordo, por troca de Notas, sobre a Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Argentino (não disponível).
17/05/1980	Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu, entre o Brasil e a Argentina (Promulgado pelo Decreto Nº 88.441/1983).
30/11/1985	Declaração do Iguaçu.
23/08/1989	Programa de Integração e Cooperação Econômica Entre o Brasil e a Argentina.
16/03/1990	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, Protocolo Nº 08 (Energia) Diretriz de Prioridade
26/05/1993	Anexo V ao Protocolo Nº 8: Energia (não disponível).
09/04/1996	Protocolo de Intenções entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação e Interconexão Energéticas.
13/08/1997	Memorando de Entendimento entre a Argentina e o Brasil Sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração Elétrica.
05/07/2002	Acordo, por troca de Notas, para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética.
07/05/2004	Argentina. Secretaria de Energia. Resolução 0434/2004.*
30/11/2005	Declaração por ocasião da Celebração em 30 de Novembro de 2005 do Vigésimo Aniversário da Assinatura dos 'Acordos de Iguaçu'.
07/12/2007	Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, Rio Pepiri-Guaçu, para a Constituição de uma Comissão Técnica Mista.
08/09/2008	Acordo, por Troca de Notas, para Implementação do Convênio de Cooperação entre Eletrobras e EBISA.
31/01/2011	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina Sobre Intercâmbio de Energia Elétrica.
31/01/2011	Declaração Sobre o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados no Trecho Limítrofe do Rio Uruguai e seu Afluente, o Rio Peperi-Guaçu.

Fonte: Elaboração própria.

* Ato nacional que dispõe sobre os intercâmbios de energia elétrica com o Brasil.

**APÊNDICE C – PRINCIPAIS ATOS BILATERAIS SOBRE OS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA
ELÉTRICA ENTRE BRASIL E URUGUAI**

Tabela 1 – Principais Atos Bilaterais sobre Integração Elétrica: Brasil e Uruguai

Assinatura	Documento
26/04/1963	Acordo para a Criação de uma Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim (não disponível).
05/08/1965	Ajuste Complementar ao Acordo sobre a Criação da Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim (não disponível).
26/06/1968	Convênio de Interconexão e Intercâmbio de Energia Elétrica entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), com a interveniência da Eletrobras, e a UTE (não disponível).
20/05/1974	Acordo sobre a Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim (não disponível).
12/06/1975	Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.
12/06/1975	Acordo sobre Interconexão Energética (não disponível).
07/07/1977	Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim).
07/07/1977	Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, Anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão) (não disponível).
14/08/1985	Memorando de Entendimento Relativo ao Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e ao Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão.
13/08/1986	Segundo Memorando de Entendimento Relativo ao Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Lagoa Mirim) e ao Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão (Protocolo do Rio Jaguarão) (não disponível).
11/03/1991	Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí.
16/09/1991	Terceiro Memorando de Entendimento Relativo ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e ao Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos de Trechos Limítrofe do Rio Jaguarão.
29/09/1994	Protocolo de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio para a Interconexão Elétrica.
06/05/1997	Memorando de Entendimento sobre Interconexão em Extra-Alta Tensão entre os Sistemas Elétricos dos dois Países.

As	Tabela 1 – Principais Atos Bilaterais sobre Integração Elétrica: Brasil e Uruguai (continuação)	
14/12/1997	Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração.	
01/04/2005	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Permanente em Matéria Energética e de Mineração.	Continua...
26/02/2007	Termo Aditivo ao Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração.	
02/07/2007	Uruguai. Ministério de Indústria, Energia e Minas. Autorização à UTE a constituir uma sociedade anônima com a ‘Corporação Nacional para o Desenvolvimento’ para construir e gerenciar a estação conversora de frequência na região da cidade de Melo que será conectada à estação de Candiota, no Brasil.*	
11/08/2010	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Minas da República Oriental do Uruguai sobre o Intercâmbio de Energia Elétrica.	
21/12/2011	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Minas da República Oriental do Uruguai sobre o Intercâmbio de Energia Elétrica (não disponível).	

Fonte: Elaboração própria.

* Atos nacionais que dispõem sobre os intercâmbios de energia elétrica com o Brasil.

**APÊNDICE D – PRINCIPAIS ATOS BILATERAIS SOBRE OS INTERCÂMBIOS DE ENERGIA
ELÉTRICA ENTRE BRASIL E PARAGUAI**

Tabela 1 – Principais Atos Bilaterais sobre Integração Elétrica: Brasil e Paraguai

Assinatura	Documento
20/01/1956	Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaí.
22/06/1966	Ata Final (Sete Quedas) e Memorando (não disponível).
26/04/1973	Tratado para o Aproveitamento Hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos Dois Países, Desde e Inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá, até a Foz do Rio Iguaçu, Anexos A, B e C e seis Notas (Tratado de Itaipu) (Aprovado pelo decreto Legislativo Nº 23 de 30/05/1973).
01/11/1973	Nota Interpretativa do Artigo XVIII do Tratado de Itaipu (não disponível).
01/11/1973	Nota Interpretativa da Alínea b do Artigo XVIII do Tratado de Itaipu (não disponível).
11/02/1974	Nota Interpretativa do Anexo C do Tratado de Itaipu (não disponível).
10/09/1974	Acordo sobre Integralização do Capital da Itaipu (não disponível).
08/01/1975	Acordo sobre Estudos dos Rios do Alto Paraná (não disponível).
30/10/1978	Acordo, por Troca de Notas, sobre o Número de Unidades Geradoras em Itaipu (não disponível).
12/03/1979	Acordo, por Troca de Notas, Modificativo do Anexo "B" ao Tratado de Itaipu.
28/01/1986	Acordo, por Troca de Notas, que Modifica os Anexos "A" e "C" do Tratado de Itaipu, para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, de 26 de abril de 1973.
20/12/1993	Acordo, por Troca de Notas Reversais, Prorrogando a Vigência do Anexo "A", do Tratado de Itaipu.
13/11/2000	Acordo, por troca de Notas, referente à atualização do valor dos rendimentos de capital da ITAIPU Binacional (não disponível).
08/12/2005	Acordo, por troca de Notas, referente à Atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu.
19/01/2007	Memorando de Entendimento sobre Aspectos Técnicos e Financeiros Relacionados à Itaipu Binacional

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E – PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS SOBRE INTEGRAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL

Tabela 1 – Principais Atos Multilaterais Sobre Integração de Energia Elétrica

Assinatura	Documento
23/07/1998	MERCOSUL/CMC/DEC N° 10/98
09/12/2005	Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, celebrado entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela e protocolizado no âmbito da ALADI como “Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio N° 19” (AAPPC N° 19).
28/02/2007	Decreto N° 6.051 – Dispõe sobre o 64 ^a Protocolo ao Acordo de Complementação Econômica n° 2, assinado no âmbito da ALADI, entre o Brasil e o Uruguai em 30/08/2006.
01/12/2010	Decreto N° 7.377 – Promulga o “Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados”, celebrado em 2005.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE F – RESOLUÇÕES DO CNPE PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL

Tabela 1 – Resoluções do CNPE para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica

Instrumento	Data	Conteúdo
Resolução CNPE Nº 1	17/09/2001	Criar Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos sobre a política de integração energética, importações de gás natural e energia elétrica.
Resolução CNPE Nº 3	06/08/2002	Cria o Comitê Técnico 8, que terá como objetivo propor políticas para nortear as negociações com países vizinhos na área energética.
Resolução CNPE Nº 3	24/04/2008	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina, no ano de 2008, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano.
Resolução CNPE Nº 5	17/06/2008	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Oriental do Uruguai, no ano de 2008, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano.
Resolução CNPE Nº 1	20/03/2009	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2009, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano, e dá outras providências.
Resolução CNPE Nº 4	31/08/2009	Dá nova redação ao art. 2o da Resolução CNPE no 1, de 20 de março de 2009, que estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2009, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano.
Resolução CNPE Nº 1	26/04/2010	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2010, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano, e dá outras providências.
Resolução CNPE Nº 3	13/12/2010	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2011.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE G – INSTRUMENTOS DA ANEEL PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL

Tabela 1 – Instrumentos Emitidos pela ANEEL para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica

Instrumento	Data	Conteúdo
Resolução ANEEL Nº 031	30/12/1997	Autoriza o Consórcio Eron de Energia Mercosul importar energia elétrica proveniente do Mercado Elétrico Mayorista da Argentina e construir o sistema de transmissão associado à importação (Revogada pela Resolução Aneel 129 de 29/04/1998; Revogada pela Resolução Aneel 130 de 29/04/1998).
Resolução ANEEL Nº 129	29/04/1998	Autoriza a CIEN a importar 1.000 MW proveniente do Mercado Elétrico Mayorista da Argentina, destinada à comercialização com a COPEL e com a CELESC.
Resolução ANEEL Nº 130	29/04/1998	Autoriza a CIEN a importar 1.000 MW proveniente do Mercado Elétrico Mayorista da Argentina, destinada à comercialização com a GERASUL e FURNAS.
Resolução ANEEL Nº 192	22/06/1998	Homologa os contratos de compra de potência firme com energia associada proveniente da Argentina e firmados entre FURNAS e a CIEN e entre esta e a GERASUL.
Resolução ANEEL Nº 240	22/07/1998	Autoriza a COPEL a importar até 50 MW de potência firme e respectiva energia associada, proveniente do Paraguai, fornecida pela ANDE.
Resolução ANEEL Nº 259	12/08/1998	Autoriza a CIEN a realizar os estudos geológicos e topográficos necessários à elaboração do projeto de linha de transmissão, para a interconexão Brasil-Argentina, em municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.
Despacho ANEEL Nº 63	19/10/1998	Aprova os projetos básicos apresentados pela CIEN para a interconexão Brasil - Argentina, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
Resolução ANEEL Nº 015	14/01/2000	Autoriza a Eletrobras a importar energia elétrica proveniente do Uruguai através da Estação Conversora de Frequência de Rivera (revogada pela Resolução ANEEL 043 de 01/02/2001).
Resolução ANEEL Nº 153	23/05/2000	Autoriza a ELETROSUL a implantar, operar e manter as instalações necessárias à importação de energia elétrica proveniente do Uruguai através da Estação Conversora de Frequência de Rivera, no município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.
Resolução ANEEL Nº 280	26/07/2000	Autoriza a Tradener Ltda importar 3.000 MW de potência firme e respectiva energia elétrica associada, proveniente da Argentina, para comercialização (Revogada pela Resolução ANEEL 303 de 04/06/2002).

Tabela 1 – Instrumentos Emitidos pela ANEEL para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica (continuação)

Instrumento	Data	Conteúdo
Despacho ANEEL N° 448	13/10/2000	Aprova o projeto básico do sistema de transmissão integrante da interligação Brasil - Argentina II, apresentado pela CIEN para importar energia elétrica da Argentina.
Resolução ANEEL N° 481	06/12/2000	Declara de utilidade pública, para instituição de... administrativa em favor da CIEN, área de terra necessária à passagem do trecho de linha de transmissão entre o Rio Uruguai e a Estação Conversora de Garabi, e da Linha de Transmissão Garabi - Itá, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
Resolução ANEEL N° 043	01/02/2001	Autoriza a Eletrobras a importar e exportar energia elétrica, mediante intercâmbio com o Uruguai, por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera (Revoga a Resolução ANEEL 015 de 14/01/2000).
Resolução ANEEL N° 101	28/03/2001	Autoriza a EDS a importar 1.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada proveniente da Argentina para comercialização (Revogada pela Resolução ANEEL 253 de 07/05/2002).
Resolução ANEEL N° 266	13/07/2001	Autoriza a Eletrobras a importar e exportar energia elétrica mediante intercâmbio com a Argentina por meio da Estação Conversora de Frequência de Uruguiana.
Resolução ANEEL N° 273	17/07/2001	Autoriza a CIEN a importar energia elétrica da Argentina por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Resolução ANEEL N° 443	22/10/2001	Autoriza em caráter excepcional e temporário a CIEN a exportar energia elétrica para a Argentina por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Resolução ANEEL N° 117	18/03/2002	Altera dispositivos da Resolução ANEEL 129 de 29/04/1998, que autorizou a CIEN a importar energia elétrica do Mercado Elétrico Mayorista da Argentina.
Resolução ANEEL N° 227	24/04/2002	Autoriza a Tractebel Energia S.A. a exportar energia elétrica interruptiva à Argentina.
Resolução ANEEL N° 253	07/05/2002	Revoga a Resolução ANEEL 101 de 28/03/2001, que concedeu autorização à EDS, para importar da Argentina 1.200 MW de potência firme e respectiva energia associada.
Resolução ANEEL N° 303	04/06/2002	Revoga a autorização concedida a Tradener Ltda, pela Resolução ANEEL 280 de 26/07/2000, para a importação de 3.000 MW de potência firme e respectiva energia associada proveniente da Argentina.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 260	03/06/2004	Autoriza a empresa Enertrade a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 261	03/06/2004	Autoriza a empresa Tractebel a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível à Argentina pela Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 330	13/09/2004	Autoriza a CHESF a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível para a Argentina pela Estação Conversora de Frequência de Garabi.

Continua...

Tabela 1 – Instrumentos Emitidos pela ANEEL para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica (continuação)

Instrumento	Data	Conteúdo
Resolução Autorizativa ANEEL N° 008	10/01/2005	Autoriza a empresa Enertrade Comercializadora de Energia S.A. a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 026	24/01/2005	Autoriza a Tractebel a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 091	02/03/2005	Autoriza a COPEL a importar e exportar energia elétrica, mediante intercâmbio com a ANDE, pela Estação Conversora de Frequência de Acaray.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 379	19/12/2005	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 481	13/03/2006	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência Garabi II.
Despacho ANEEL N° 612	22/03/2006	Atesta que os montantes de energia elétrica, expressos nas faturas apresentadas pela COPEL, foram importados do Paraguai, por intermédio da ANDE.
Despacho ANEEL N° 615	22/03/2006	Atesta que os montantes de potência e energia elétrica associada, referentes às faturas apresentadas pela CIEN, foram importados da Argentina, por intermédio da CEMSA e da Central Costanera Sociedad Anónima.
Despacho ANEEL N° 723	10/04/2006	Atesta que os montantes de potência contratada e energia elétrica associada, referentes às faturas apresentadas pela CIEN, foram importadas da Argentina, por intermédio da CEMSA e da Central Costanera Sociedad Anónima.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 518	18/04/2006	Prorroga o prazo estabelecido pela Resolução Autorizativa ANEEL 481, de 13/03/2006, para a autorização concedida à empresa Tradener para exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai pela Estação Conversora de Frequência Garabi II.
Despacho ANEEL N° 1161	31/05/2006	Atesta que os montantes de potência e energia elétrica associada, referentes às faturas apresentadas pela CIEN, foram importadas da Argentina, por intermédio da CEMSA e da Endesa Costanera S.A.
Resolução Normativa ANEEL N° 225	18/08/2006	Estabelece as condições para a anuência, no âmbito do SISCOMEX, às operações de importação e de exportação de energia elétrica realizadas no Sistema Interligado Nacional e no Sistema Isolado.
Despacho ANEEL N° 2141	18/09/2006	Atesta os valores das faturas discriminadas, que contemplam os quantitativos de potência contratada e / ou encargos setoriais correlatos, referentes ao contrato de importação de energia elétrica da Argentina, celebrado entre a CIEN e a CEMSA.

Continua...

Instrumento	Data	Conteúdo
Despacho ANEEL N° 2181	21/09/2006	Atesta o valor constante da fatura CEMSA 3078, que contempla o encargo de transporte de interconexão internacional, associado à parcela de potência contratada, referente ao contrato de importação de energia elétrica da Argentina, celebrado entre a CIEN e a CEMSA.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 785	09/01/2007	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Despacho ANEEL N° 432	16/02/2007	Atesta os valores das faturas discriminadas referentes ao contrato de importação de energia elétrica da Argentina, celebrado entre a CIEN e a CEMSA e a Central Costanera S.A.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1006	14/08/2007	Autoriza a CIEN a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível à Argentina pela Estação Conversora de Frequência de Uruguiana.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1133	11/12/2007	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Normativa ANEEL N° 319	20/05/2008	Estabelece os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica à Argentina no ano de 2008.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1368	20/05/2008	Autoriza a CIEN a exportar e importar energia elétrica para a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Resolução Normativa ANEEL N° 327	29/07/2008	Estabelece os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica ao Uruguai no ano de 2008.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1495	12/08/2008	Autoriza a empresa Tradener a exportar e a importar energia elétrica com o Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Despacho ANEEL N° 3428	15/09/2008	Desconhece o recurso administrativo interposto pela Petrobras, face à Resolução Normativa ANEEL 319 de 20/05/2008, referente ao suprimento de energia elétrica à Argentina no ano de 2008.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1712	09/12/2008	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1812	17/02/2009	Autoriza a CIEN a exportar e importar energia elétrica interruptível, mediante intercâmbio com o Uruguai e com a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1867	31/03/2009	Autoriza a Eletrosul a exportar e importar energia elétrica interruptível com a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Uruguiana.

Continua...

Instrumento	Data	Conteúdo
Resolução Autorizativa ANEEL N° 1884	14/04/2009	Inclui parágrafo na Resolução Autorizativa ANEEL 1.712, de 09/12/2008, que autorizou a empresa Tradener a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Normativa ANEEL N° 369	16/06/2009	Estabelece os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai no ano de 2009.
Despacho ANEEL N° 2762	29/07/2009	Autoriza o ONS a iniciar o suprimento de energia elétrica ao Uruguai.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 2091	15/09/2009	Autoriza a empresa Tradener a importar energia elétrica do Uruguai, pela Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 2231	15/12/2009	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica excepcional, temporária e interruptível ao Uruguai, por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 2280	23/02/2010	Autoriza a Eletrobras a importar e exportar energia elétrica com o Uruguai, nas modalidades, condições e montantes que vierem a ser estabelecidos pelo MME.
Resolução Autorizativa ANEEL N° 2461	06/07/2010	Autoriza a CIEN e a Eletrosul a exportar e importar energia elétrica interruptível com a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi e da Estação Conversora de Frequência de Uruguiana, respectivamente.
Resolução Normativa ANEEL N° 406	13/07/2010	Estabelece os critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai, no ano de 2010.
Resolução Normativa ANEEL N° 430	29/03/2011	Altera a Resolução Normativa ANEEL 406, de 13/07/2010, que estabelece critérios a serem observados pelo ONS e pela CCEE no suprimento de energia elétrica à Argentina e ao Uruguai.
Despacho ANEEL N° 2.906	14/07/2011	Autoriza a Eletrobras a realizar estudos geológicos e topográficos, necessários à elaboração do projeto da Linha de Transmissão Candiota - Presidente Médici e da Linha de Transmissão Candiota - Fronteira Brasil/Uruguai, nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá, no Estado do Rio Grande do Sul.
Despacho ANEEL N° 3.885	27/09/2011	Encaminha ao MME o pleito de autorização, apresentado pela empresa Tractebel para exportar até 350 MW de potência e energia associada proveniente da Usina Termelétrica Seival, para o Uruguai, tendo em vista o disposto no Decreto 7.246 de 28/06/2010.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE H – PORTARIAS MINISTERIAIS PARA OS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL

Tabela 1 – Portarias Ministeriais para os Intercâmbios Internacionais de Energia Elétrica

Instrumento	Data	Conteúdo
Portaria MME Nº 1.509	07/10/1980	Aprova o Instrumento de Aditamento entre a COPEL e a ANDE, com a finalidade de ampliar o contrato de Assistência Recíproca, Interconexão e Abastecimento de Energia Elétrica.
Portaria MME Nº 834	12/07/1983	Aprova o Aditamento nº 1 ao Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica Firmado em 10/04/1980 entre a ENERSUL e a ANDE, celebrado em 16/10/1982, para ampliar o suprimento originalmente contratado, de forma a atender à cidade paraguaia de Salto del Guairá.
Portaria DNAEE Nº 234	24/06/1996	Autoriza a interconexão dos sistemas elétricos e o intercâmbio de energia elétrica para a localidade de Cerrillada, no Uruguai, regulamentados pelo Convênio de Interconexão e Intercâmbio de Energia Elétrica, firmado entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a UTE.
Portaria Interministerial MME/MRE Nº 002	26/03/1997	Grupo de Trabalho para realização de estudos sobre novas interligações elétricas com o Uruguai (não disponível).
Portaria MME Nº 002	12/01/2011	Autoriza a empresa Tradener a exportar energia elétrica, em caráter excepcional, temporário e interruptível ao Uruguai, por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera
Portaria MME Nº 178	25/03/2011	Autoriza a CIEN a exportar e importar energia elétrica para a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi.
Portaria MME Nº 307	12/05/2011	Autoriza a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A (CGTF) a exportar e importar energia elétrica com a Argentina, por meio da Estação Conversora de Frequência de Garabi.

Fonte: Elaboração própria.